

ISSN 18078834

BNB *CONJUNTURA ECONÔMICA*
Número 20

Boletim elaborado pelo
Escritório Técnico de Estudos
Econômicos do Nordeste/Etene,
do Banco do Nordeste do Brasil/BNB

Fortaleza
Banco do Nordeste do Brasil
2009

Obra publicada pelo

**Banco do
Nordeste**



O nosso negócio é o desenvolvimento

Presidente

— Roberto Smith

Diretores

- João Emílio Gazzana
- Luiz Carlos Everton de Farias
- Luiz Henrique Mascarenhas Corrêa Silva
- Oswaldo Serrano de Oliveira
- Paulo Sérgio Rebouças Ferraro
- Pedro Rafael Lapa

Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste - Etene

José Sydrião de Alencar Júnior
(Superintendente)

Ambiente de Estudos, Pesquisa e Avaliação

Biágio de Oliveira Mendes Júnior
(Gerente de Ambiente)

Antônio de Castro Queiroz Serra
(Gerente Executivo – Célula de Estudos e Pesquisas Macroeconômicas, Industriais e de Serviços)
Airton Saboya Valente Júnior
(Gerente Executivo – Célula de Estudos Rurais e Agroindustriais)

Equipe Responsável

Autores: Adriano Sarquis Bezerra de Menezes, Antônio Ricardo de Norões Vidal, Assuéro Ferreira, Carlos Américo Leite Moreira, Carlos Alberto Figueiredo Júnior, Daniel Barboza Guimarães, Francisco Ferreira Alves, Francisco Raimundo Evangelista, Laura Lúcia Ramos Freire, Luciano Carvalho Vivas, Maria Simone de Castro Pereira Brainer, Marcos Falcão Gonçalves, Otávio Augusto Sousa Miranda e Wendell Márcio Araújo Carneiro.

Estagiários: Antônio Rodrigo Félix Rodrigues, Deborah Régis de Almeida, Germano Bezerra de Melo e Valéria Falcão de Souza.

Ambiente de Comunicação Social

José Maurício de Lima da Silva

Editor

José Ribamar Mesquita (Reg. 122 DRT/CE).

Revisão Vernacular

Edmílson Nascimento da Silva

Normalização Bibliográfica

Maria Nilma Rodrigues da Costa

Diagramação

Franciana Pequeno da Silva

BNB/Etene

Av. Pedro Ramalho, 5700 - Bl. A2 - Térreo - Passaré
Fortaleza - Ceará - Brasil - CEP 60.740-000
e-mail: conjuntura@bnb.gov.br
fone: (85) 3299.3033

Os conceitos e opiniões emitidos nesse documento não refletem necessariamente o ponto de vista do BNB.

Depósito Legal junto à Biblioteca Nacional, conforme lei nº. 10.994, de 14 de dezembro de 2004

BNB Conjuntura Econômica. - N. 20 (jan. - mar. 2009) - . - Fortaleza:
Banco do Nordeste do Brasil, 2008 -

116p.

Trimestral.

ISSN 18078834

1. Economia - Brasil - Nordeste - Periódico. I. Banco do Nordeste do Brasil.

CDU 33(812/814) (11)

SUMÁRIO

05	1. AVALIAÇÃO E PERSPECTIVAS
05	1.1 A Expansão do Cultivo de Soja nos Cerrados do Nordeste
10	1.2. Instrumentos Financeiros para a Promoção e a Difusão de Novas Tecnologias
19	2. SÍNTESE DE EXPECTATIVAS
25	3. NÍVEL DE ATIVIDADE
25	3.1. Produto Interno Bruto (PIB)
32	3.2. Produção Industrial do Brasil
36	3.2.1. Produção Industrial do Nordeste
46	3.3. Comércio
46	3.3.1. Desempenho do Comércio no Brasil
48	3.3.2. Comércio no Nordeste
51	3.4. Produção Agropecuária
51	3.4.1. Agronegócio
54	3.4.1.1. Desempenho do PIB e do Faturamento do Agronegócio
57	3.4.1.2. Balança Comercial do Agronegócio
60	3.4.2. Agricultura
71	3.4.3. Pecuária
75	4. EMPREGO E RENDIMENTO
75	4.1. Brasil
76	4.2. Nordeste
79	5. SETOR EXTERNO
80	5.1. Balança Comercial Nordestina
91	6. FINANÇAS PÚBLICAS
91	6.1. Governo Federal

91	6.1.1. Resultado Fiscal do Governo Central
93	6.1.2. Dívida Pública Federal
95	6.1.3. Necessidades de Financiamento do Setor Público
95	6.2. Estados e Municípios do Nordeste
96	6.2.1. Arrecadação do ICMS
97	6.2.2. Transferências Constitucionais
99	6.2.3. Transferências Voluntárias
103	7. Intermediação Financeira
104	7.1. Brasil - Depósitos e Operações de Crédito
108	7.2. Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito
111	7.3. BNB - Depósitos, Operações de Crédito e Taxas de Juros

1 - Avaliação e Perspectivas

1.1 A Expansão do Cultivo de Soja nos Cerrados do Nordeste

Segundo dados da revista BNB Conjuntura Econômica n. 19 (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2008), a cultura da soja no Nordeste ultrapassou a da cana-de-açúcar em Valor Bruto da Produção (VBP), em 2008, alcançando R\$ 3,4 bilhões, ou seja, 17,2% a mais que os R\$ 2,9 bilhões obtidos pela cana-de-açúcar. Conforme se observa no Gráfico 1, o VBP da soja vem evoluindo progressivamente nos últimos 20 anos. Nesse período, ocorreram declínios apenas em 2005 e 2006, devido à expressiva queda nos preços ocasionada pelo elevado estoque de passagem nos Estados Unidos no biênio, e em 2009

por conta da crise financeira mundial. Em contraposição, o comportamento da curva do VBP da cana-de-açúcar, a partir de 1995, segue uma trajetória declinante e com mais irregularidades em comparação com a soja.

A expansão da produção de soja no Nordeste resulta de um conjunto de fatores, destacando-se:

- expansão do cultivo nas áreas de cerrado;
- pesquisas sobre novas cultivares adaptadas para os cerrados, o que levou ao incremento da produtividade;

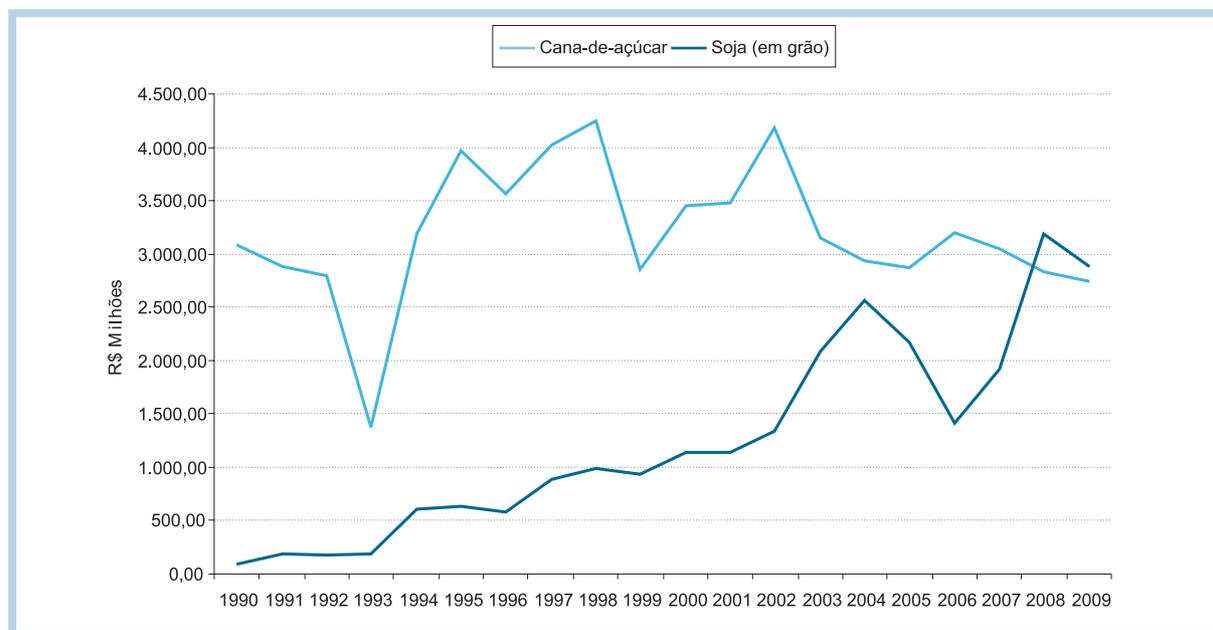


Gráfico 1 – Evolução dos VBPs da Cana-de-açúcar e da Soja, Período de 1990 a 2009

Fontes: IBGE, 2009a; Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

Nota: Valores até 2007 atualizados pelo IGP-DI da Fundação Getúlio Vargas.

- aumento dos financiamentos de custeio e investimento para a atividade; e
- investimentos e melhoria na infraestrutura de armazenamento e escoamento da produção.

A produção de soja no Nordeste registrou incremento médio anual de 12,7% entre 1999 e 2008 (últimas dez safras), subindo de 1,6 milhão para 4,8 milhões de toneladas, sendo que a partir de 2003 esse crescimento foi mais intenso, com aumento anual médio de 13,9%. Enquanto isso, a produção de cana-de-açúcar registrou evolução média anual de 3,7% entre 1999 e 2008, aumentando de 53,4 milhões para 74,1 milhões de toneladas (IBGE, 2009a; 2009b). Essa evolução é explicada pelo maior aumento de área plantada de soja (8,2% a.a.) comparado ao da cana-de-açúcar (1% a.a.), bem como pelo comportamento nos rendimentos dessas lavouras. A produtividade da soja evoluiu 4,2% a.a., enquanto a da cana-de-açúcar melhorou em 2,1% a.a. no mesmo período (Tabela 1).

Vale destacar que a lavoura da cana-de-açúcar é antiga no Nordeste, razão pela qual foi menor a sua evolução em termos de área plantada e rendimento, porquanto a atividade já está consolidada na região. Por sua vez, a soja encontra-se ainda em expansão, resultando em maiores variações anuais de área plantada. Para melhoria do rendimento, tem-se procurado implantar variedades de cultivares mais adaptadas às condições dos

cerrados nordestinos, o que tem elevado a produtividade média das lavouras de soja.

O comportamento dos preços também justifica a significativa ascensão do VBP da soja comparativamente ao da cana-de-açúcar. Enquanto a curva dos preços dos principais derivados da cana-de-açúcar (álcool e açúcar) apresentou-se declinante a partir dos anos 2005/2006, os preços da soja registraram comportamento inverso, ou seja, ascendente. Se compararmos os preços do período de abril/2006 a abril/2009, constata-se alta de 95,4% no indicador Cepea/Esalq-Paraná para a soja, enquanto para o açúcar, o álcool hidratado e o álcool anidro o indicador Cepea/Esalq registrou baixa de 9,2%, 24,4% e 27,6%, respectivamente, afetando negativamente o VBP da cana-de-açúcar (CEPEA/ESALQ, 2009)¹.

No que tange à pesquisa e ao crédito, vale destacar o papel do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), no fomento à sojicultura na região. Desde a criação do Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), o BNB vem apoiando a realização de pesquisas tecnológicas e a difusão de seus resultados. Para a soja, já foi liberado R\$ 1,9 milhão, beneficiando a Bahia, o Ceará, o Maranhão, a Paraíba e o Piauí, conforme distribuição proporcional explicitada no Gráfico 2.

A Bahia foi o estado pioneiro na produção de soja na região e o maior beneficiário dos recursos para pesquisa nesse setor, com 41,4% do total,

Tabela 1 – Variação Anual de Área Plantada, Produção e Rendimento das Lavouras de Soja e Cana-de-açúcar entre 1999 e 2008

Variável	Soja		Cana-de-açúcar		Variação Média Anual (%)	
	1999	2008	1999	2008	Soja	Cana-de-açúcar
Área Plantada (ha)	779.133	1.580.054	1.134.437	1.237.707	8,17	0,97
Produção (mil t)	1.642	4.829	53.396	74.083	12,74	3,71
Rendimento (kg/ha)	2.107	3.057	49.583	59.855	4,22	2,11

Fonte: IBGE, 2009a; Banco do Nordeste do Brasil, 2009.

1 Preços referentes a 24 de abril de 2009.

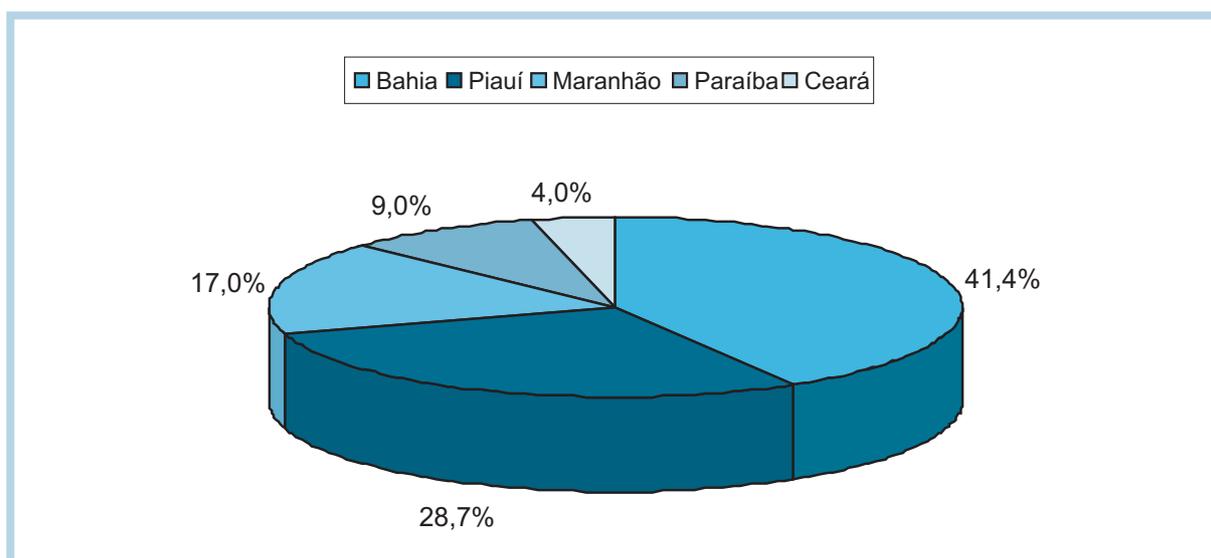


Gráfico 2 – Recursos Liberados pelo Fundeci para a Pesquisa sobre a Cultura da Soja, por Estado

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2009a.

seguido do Piauí (28,7%) e do Maranhão (17%). Os projetos de pesquisa foram direcionados para a difusão da cultura nesses estados, para a seleção de cultivares adaptadas aos cerrados e resistentes à ferrugem asiática, para o manejo e tratamento dos solos e manejo de fungicidas para o controle da ferrugem asiática. Os resultados dessas pesquisas têm impulsionado a produção de soja na região, alcançando melhores níveis de produtividade (inclusive, em algumas safras, superando a média brasileira) com manejos mais adequados e sustentáveis da lavoura.

Quanto ao crédito de longo prazo, o BNB é o principal financiador para o setor produtivo da região. No período de 2000 a 2008, o BNB liberou R\$ 928 milhões para a plantação de soja (Tabela 2). O Maranhão, a Bahia e o Piauí, juntos, concentraram 98,8% desses recursos, com 34,9%, 32% e 31,9%, respectivamente. A concentração do crédito nesses estados deve-se à grande disponibilidade de áreas de cerrado, tipo de vegetação mais adaptável à cultura da soja na região. Os outros estados respondem por valores inexpressivos. No caso do Ceará, por exemplo, o financiamento para

Tabela 2 – Valores Contratados para a Cultura da Soja junto ao BNB, de 2000 a 2008, em R\$ Mil

Ano/Estado	Maranhão	Bahia	Piauí	Outros	Total
2000	839,17	538,11	2.046,28	22,25	3.445,81
2001	799,41	537,75	553,72	5,50	1.896,38
2002	9.484,10	0,00	3.300,83	6,17	12.791,10
2003	15.775,86	11.948,39	10.678,65	6,50	38.409,40
2004	34.394,51	37.861,32	57.039,91	2.514,27	131.810,01
2005	54.699,64	76.548,89	60.204,63	5.714,08	197.167,24
2006	47.447,90	38.061,78	31.819,34	626,54	117.955,56
2007	72.377,36	82.141,40	57.014,32	1.684,30	213.217,38
2008	88.475,58	49.266,77	72.899,38	611,08	211.252,81
Total	324.293,53	296.904,41	295.557,06	11.190,69	927.945,69
Participação por Estado (%)	34,95	32,00	31,85	1,20	100,00

Fonte: Banco do Nordeste do Brasil, 2009b.

a atividade se dá apenas no cultivo de sementes na região do Vale do Jaguaribe.

Associado a políticas públicas e outros investimentos privados, o crédito constitui importante instrumento para promoção do desenvolvimento. É o que vem ocorrendo nos cerrados nordestinos. Investimentos públicos nessa área estimulam os produtores a expandir a produção, por vislumbrarem a possibilidade de crescimento de suas respectivas atividades, gerando assim um ciclo virtuoso de desenvolvimento econômico.

A expansão da soja no cerrado nordestino contribuiu para irradiar o desenvolvimento local. Em algumas cidades já se observam essas mudanças, como é o caso de Luís Eduardo Magalhães e Barreiras, na Bahia, Balsas, no Maranhão e Uruçuí, no Piauí. Os investimentos públicos em infraestrutura urbana, estradas, pontes e energia elétrica, dentre outros, são alavancados pelo incremento da arrecadação de impostos decorrente dessa atividade. Por outro lado, o setor de serviços demanda maiores investimentos privados nas áreas de hotelaria, restaurantes, lazer, saúde, transportes, armazenamento, assistência técnica, e o comércio se desenvolve no fornecimento de máquinas e insumos agrícolas, além de ensejar a instalação de estabelecimentos comerciais em outros ramos de atividade.

O crescimento econômico se faz notar pelas mudanças que vêm ocorrendo nessas áreas de produção. No Piauí, onde a expansão agrícola para os cerrados ocorreu mais recentemente, constata-se essas transformações. Os municípios que se localizam entre os vales dos rios Parnaíba e Gurgueia vêm apresentando modificações significativas por conta da produção de grãos. Estradas estão sendo asfaltadas para o escoamento da produção, inclusive com a criação da primeira Parceria Público-Privada do Piauí para a construção da Transcerrados, rodovia que corta a maior zona produtora de grãos do estado. As fazendas es-

tão se estruturando mediante construção de suas sedes, que dispõem de silos para armazenagem, dormitórios e restaurantes para os empregados, agroindústrias para o primeiro processamento dos grãos e, em alguns casos, de algodão, maquinários para utilização nas lavouras, dentre outras benfeitorias. Nas cidades pode-se observar a ampliação dos serviços de hotelaria, restaurantes, postos de combustíveis, hospitais, etc. Além disso, em alguns municípios verifica-se a melhor distribuição urbana, em áreas planejadas, com a construção de habitações mais confortáveis e já dispendo de redes de esgoto e energia elétrica.

Como era de se esperar, esse crescimento se dá de forma gradual, chegando inicialmente em alguns setores da economia. Assim, observam-se ainda deficiências em termos de infraestrutura. Em alguns locais, as estradas ainda não foram asfaltadas, dificultando o transporte dos grãos. Pontes ainda não foram construídas, sendo necessário o uso de balsas, com ônus para o produtor, obrigado a pagar fretes mais caros. A comunicação, em muitas fazendas, se dá via rádio, devido à ausência de cobertura de telefonia móvel no município.

Mas, a depender do interesse dos produtores, os cerrados nordestinos ainda detêm potencial de expansão, o que necessariamente propiciará a vinda de novos investimentos para a região. A intenção de aumentar a área cultivada é evidente na maioria dos produtores, principalmente devido aos preços atraentes da soja atualmente, além do câmbio favorável, já que boa parte da soja é exportada.

A contribuição do BNB para a expansão do segmento de soja nos cerrados se dá por meio de financiamento à produção, tanto para investimentos como para custeio, além de aporte de recursos em ciência e tecnologia. Nesse sentido, a cada dia que passa o BNB mais se fortalece como instituição de desenvolvimento regional.

REFERÊNCIAS



BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Ambiente de Fundos Científicos, Tecnológicos e de Desenvolvimento. Fortaleza: BNB, 2009a.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. ETENE. Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas. Fortaleza: BNB, 2009b.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Conjuntura Econômica**, n. 19, out./dez. 2008. Fortaleza: BNB, 2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Conjuntura Econômica**, n. 20, jan./mar. 2009. Fortaleza: BNB, 2009.

CEPEA/ESALQ. **Indicadores de preços**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br/indicador/>>. Acesso em: 27 abr. 2009.

IBGE. **Produção agrícola municipal**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2009a.

_____. **Levantamento sistemático da produção agrícola**. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 abr. 2009b.

1.2 - Instrumentos Financeiros para a Promoção e a Difusão de Novas Tecnologias

*Laércio Matos**

A literatura econômica tem adotado, principalmente após o surgimento da escola de pensamento evolucionista neoschumpeteriana (DOSI, 1998; NELSON; WINTER, 2005; FREEMAN, 2005; LUNDVALL, 2005), na década de 1970, um olhar mais aprofundado sobre um dos fenômenos responsáveis pela transformação de regiões e países pouco dinâmicas em economias competitivas: a inovação tecnológica.

O conceito de inovação tecnológica está associado a algo novo, mas não deve ser confundido com invenção ou descoberta, embora esses dois fenômenos também sejam atribuídos a novidades. Uma invenção é a concepção material de uma nova ideia, o que não garante que o novo produto ou processo chegará a ser utilizado pela sociedade. Há muitos relatos de invenções que nunca foram assimiladas, e que por isso mesmo nem chegaram a entrar no mercado. A descoberta, também relacionada ao conceito de novidade, é a percepção de algo novo que surge de maneira inesperada, o que também não garante sua incorporação a algum processo produtivo.

A inovação, no entanto, embora também seja algo novo, diferencia-se da invenção e da descoberta porque só ocorre quando a novidade é percebida e assumida por um grupo social. Tanto invenções como descobertas podem se transformar em inovações, desde que sejam incorporadas às rotinas das pessoas, aos processos industriais,

às estruturas organizacionais, ou a quaisquer produtos ou processos envolvidos em atividades comerciais. Sua ocorrência dá-se, por isso, na disseminação de sua utilização em determinado grupo social, e não unicamente na geração de um novo produto ou serviço.

O momento da percepção e incorporação do novo é por isso crucial dentro do processo inovador. É o momento em que se concretiza a difusão da nova tecnologia. Frequentemente o conceito de difusão tecnológica é empregado com referência a exposições de novos produtos em feiras, demonstrações e relatos de experiências em congressos ou a publicações de artigos científicos. Embora todos esses eventos impulsionem o potencial de difusão tecnológica de novos produtos ou processos, nem sempre são eficazes na indução à percepção e adoção das novas tecnologias por parte dos grupos sociais.

O conceito de inovação tecnológica, como um fenômeno complexo, que ocorre apenas quando há incorporação, por parte da sociedade, de novas tecnologias, requer instrumentos que não apenas promovam os novos produtos e serviços, mas que estabeleçam nexos de percepção do valor que sua incorporação pode vir a agregar ao bem-estar dos usuários. Esses requisitos implicam também ampliação no conceito de difusão tecnológica, incluindo monitoração dos sinais ambientais favoráveis ou desfavoráveis à inovação; simulação

(*) Consultor do BNB/Etene. Mestre em Administração pela Universidade Estadual do Ceará (2002) e doutorado em Economia da Indústria e da Tecnologia pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2008).

de possíveis cenários decorrentes da inserção das novas tecnologias nas dinâmicas econômicas; conhecimento dos fluxos de informação e de produção intra e entre espaços geográficos; e previsão da reação dos consumidores na incorporação dos novos produtos e processos em seu cotidiano.

Por isso, a previsão da incorporação das inovações tecnológicas nas dinâmicas econômicas constitui uma etapa crucial no processo de desenvolvimento de novos produtos ou serviços, devendo, por conseguinte, ser incorporada a mecanismos ou instrumentos de apoio à difusão de novas tecnologias. Vários exemplos de boas ideias que chegaram a se materializar, mas sem se transformar em inovações, podem ser visualizados em visitas a feiras tecnológicas e institutos de pesquisa. Tais produtos e serviços, embora possam ter sido reconhecidos como úteis e inovadores por parte de seus criadores e das instituições que hospedaram o seu desenvolvimento, não foram incorporados ao cotidiano da sociedade, razão pela qual não podem ser considerados inovações.

As estratégias de difusão tecnológica devem, por isso, ser consideradas a partir das fases embrionárias do processo inovador, antes mesmo da materialização das ideias em protótipos, como forma de se evitar o dispêndio de recursos que poderiam ser utilizados em projetos com maiores probabilidades de sucesso. Certamente, não se trata aqui de uma apologia à redução do apoio a investimentos de baixo risco, mas de um alerta à incorporação de mecanismos de redução de riscos no apoio ao empreendedorismo inovador.

As incubadoras de empresas e a difusão tecnológica

Um instrumento, em particular, desempenha papel fundamental na incorporação de novas tecnologias: a incubadora de empresas de base tecnológica. Localizadas mais frequentemente nos ambientes acadêmicos, e em menor intensidade em configurações empresariais, as incubadoras

são o maior canal entre os principais vértices do chamado “Triângulo de Sábado”.

Há muitas divergências sobre os elementos mais importantes para o desenvolvimento de incubadoras de empresas de base tecnológica. Os debates costumam versar sobre as condições ambientais e infraestruturais para a sua instalação ou sobre a sua capacidade de gerar novos empreendedores. Nesse segundo aspecto, muitos são os casos em que o projeto incubado origina-se de parceria firmada entre pesquisador e empresário; e dentre esses, também são diversos os casos em que tal parceria se dissolve quando começam a ser tratadas as questões relativas à inserção comercial do novo produto.

O conceito schumpeteriano de um empreendedor dotado de talento natural para modificar paradigmas socioeconômicos por meio da inserção de novos produtos e serviços é hoje questionado por autores que defendem a possibilidade de desenvolvimento da capacidade empreendedora (DORNELLAS, 2001). Além de cursos de indução ao empreendedorismo, que se intensificaram desde a década de 1980, impulsionados pela política econômica de desregulamentação de mercados adotada pelos governantes da época, atualmente é também considerada fundamental para o desenvolvimento tecnológico a construção de ambientes favoráveis à concepção e elaboração de novos produtos e serviços. Especificamente no caso dos países em desenvolvimento, a construção de espaços favoráveis a novos empreendimentos revela-se fundamental para o sucesso de estratégias de *catching up* tecnológico.

A incubadora de empresas de base tecnológica salienta-se como espaço favorável à geração de empreendimentos inovadores, pela sua função precípua de estabelecer fluxos para a inserção comercial de novos produtos e serviços gerados com o auxílio das instalações acadêmicas, com elevado nível de agregação tecnológica, constituindo, por isso, eficiente instrumento de difusão tecnológica.

Ferreira e Oliveira (2002) atestam que o conhecimento dos setores econômicos que serão atingidos pela introdução de produtos ou processos inovadores, mesmo quando o estágio de pesquisa e desenvolvimento envolve elevado grau de incerteza, é fundamental para que as articulações com o mercado possam ser previamente efetuadas. Isso possibilita corrigir rotas ou mesmo interromper a qualquer instante o desenvolvimento de produtos cuja inviabilidade venha a ser percebida durante esse procedimento, ideia defendida também por Bygrave (1994) e Timmons (1994).

Estudo desenvolvido por Ferreira e Oliveira (2003), baseado em entrevistas com representantes de empresas incubadas, comprova a afirmação de que a dispersão e desconexão dos esforços de apoio à produção de inovações é a grande responsável pelo insucesso de bons projetos de empreendimentos instalados em incubadoras, que mais tarde acabam optando pela incorporação por outras empresas. A migração de empresas graduadas para centros mais dinâmicos pode ser considerada economicamente viável, numa visão agregada, mas indica desperdício de recursos

disponíveis para ações de desenvolvimento local, principalmente em regiões com baixo dinamismo econômico, onde a concentração industrial é um dos maiores problemas.

Há necessidade, portanto, de intensificação de estudos e sugestões acerca não apenas da estrutura e funcionamento das incubadoras de base tecnológica como instrumentos de indução ao desenvolvimento local, mas também de todo o arcabouço ambiental que concorra para a difusão de novas tecnologias e a consequente sustentação competitiva das empresas de base tecnológica. As ações de constituição e desenvolvimento de incubadoras de empresas e de parques tecnológicos mostram a crescente confiança nessa modalidade de incentivo ao desenvolvimento econômico e tecnológico de regiões, revelando um novo paradigma econômico para aquelas em estágios anteriores de desenvolvimento (Gráfico 1).

É interessante, por isso, intensificar estudos para compreensão dessas ferramentas de geração de novos processos industriais, ora em efervescência nas regiões periféricas. Vale ressaltar a

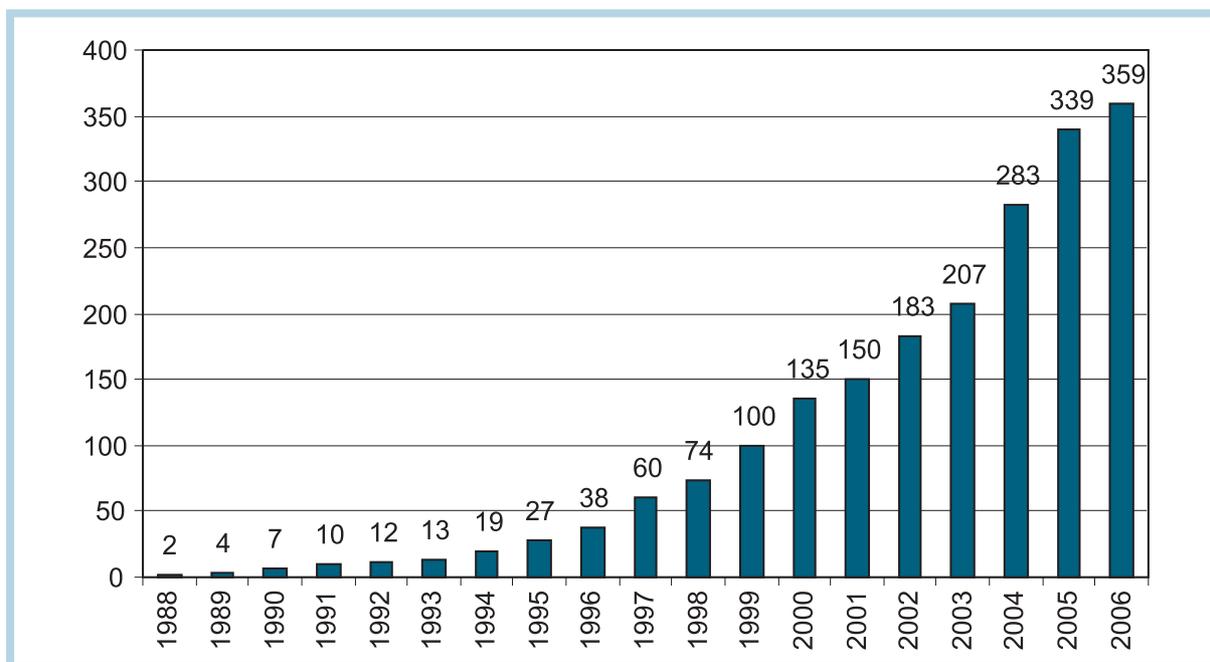


Gráfico 1 - Evolução do Número de Incubadoras no Brasil (1988-2006)

Fonte: Anprotec, 2009.

necessidade de os processos de incubação terem como elemento norteador a posição relativa que os futuros empreendimentos ocuparão nas dinâmicas econômicas locais, garantindo o fornecimento de insumos e matérias-primas, bem como eficientes canais de distribuição, além de ferramentas de previsão das reações dos consumidores na utilização dos novos produtos.

Em suma, o conceito de difusão tecnológica, tomado como toda e qualquer atividade necessária à assimilação de um novo produto ou serviço por parte da sociedade, deve ir além da promoção da inovação pela utilização de instrumentos de popularização das novas tecnologias. Essa conceituação abrangente suscita o questionamento sobre como financiar de maneira eficaz a difusão de novas tecnologias. Os instrumentos financeiros atualmente disponíveis não garantem, pelo menos individualmente, o apoio à incorporação de novos produtos e serviços. Há, no entanto, produtos financeiros que contemplam a grande maioria dos fatores concorrentes para o sucesso dos esforços de difusão tecnológica.

O financiamento da difusão tecnológica no Nordeste do Brasil

As correntes econômicas evolucionistas neoschumpeterianas destacam a firma, conectada com o ambiente em que se insere, como elemento central do processo inovador. O processo de inovação tecnológica ocorre, portanto, em decorrência de interações da firma com outras empresas, institutos de pesquisa, universidades e outras entidades públicas ou privadas (BAIARDI; BASTO, 2004), para “ganhar, desenvolver e intercambiar vários tipos de conhecimento, informações e outros recursos” (EDQUIST, 1997, p. 3).

Na década de 1970, intensificaram-se os estudos sobre desenvolvimento local que consideram a firma e, sobretudo, a pequena e média empresa (MPE) como a base do processo inovador, devido ao seu caráter adaptativo, mostrando-se, então, mais

latente o processo de desconcentração das grandes empresas, o que ajudou a reverter a situação de declínio que as pequenas e médias empresas vinham apresentando desde o início do século XX.

No contexto das MPEs, um tipo em especial a cada dia tem-se tornado mais importante aos olhos dos formuladores de políticas de *catching up* tecnológico: as empresas de base tecnológica (EBTs).

Devido ao elevado grau de agregação tecnológica contido em seus processos de desenvolvimento e produção, as EBTs apresentam altos índices de intangibilidade em seus ativos e altas taxas de risco e, também, de retorno financeiro, divergindo, por isso, da maior parte das empresas atendidas pelos tradicionais instrumentos de financiamento. Essas características provocam diversos obstáculos à definição de políticas apropriadas, em especial à obtenção de apoio financeiro. Ressalte-se que “a simples exigência de estar em dia com as obrigações fiscais para obter crédito exclui a maioria das MPEs” (LA ROVERE, 2001), tornando-se um grande entrave para essas empresas.

Por isso, a formatação de instrumentos de financiamento ao desenvolvimento inovador deve levar em conta que os atores objeto do financiamento à inovação (empresas, grupos de empresas, universidades, instituições de pesquisa ou projetos cooperativos) apresentam singularidades que demandam condições especiais de financiamento.

As EBTs, caracterizadas pelo alto risco inerente a seus processos de desenvolvimento e pela dificuldade de oferecer garantias reais aos financiamentos, não serão suficientemente atendidas pelos instrumentos tradicionais reembolsáveis.

Por outro lado, o elevado retorno que proporcionam constitui justificativa plausível para o redesenho dos instrumentos financeiros, inclusive com o aporte de capital de risco.

A literatura dá exemplo de inúmeros casos de cenários econômicos modificados por empreendi-

mentos de base tecnológica, como a indústria de telefones celulares na Finlândia.

Universidades, centros de pesquisas e projetos cooperativos, ligados diretamente às EBTs, não têm, a princípio, como gerar receitas diretas no desenvolvimento inovador, e, portanto, são mais adequáveis ao financiamento não-reembolsável.

Vale ressaltar, uma vez mais, que o caráter complexo e sistêmico da inovação sugere que a formatação de instrumentos deve considerar as interações das empresas do mesmo processo produtivo e da base empresarial com o sistema local de inovação. Por isso, há necessidade de os instrumentos financeiros serem reformulados e combinados, com vistas à maximização de sua efetividade; ou seja, que o apoio a um determinado nodo do sistema gere mais externalidades positivas do que negativas.

No âmbito nordestino, o principal agente financeiro promotor do desenvolvimento é o Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB). Fundado em 1954, o BNB tem destacada atuação como instituição de desenvolvimento, e apresenta como principal suporte de apoio à inserção competitiva das empresas nordestinas o Fundo Constitucional de Financiamento para o Nordeste (FNE). Dentre os instrumentos que compõem o leque de produtos financeiros disponibilizados pelo BNB, no tocante à promoção da inovação tecnológica, destacam-se o Programa de Apoio ao Desenvolvimento Tecnológico (Prodetc), com recursos reembolsáveis, e o Fundo de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (Fundeci), com recursos não-reembolsáveis, voltado para projetos de pesquisa e desenvolvimento.

Especificamente em relação à difusão tecnológica, na conceituação proposta neste estudo, que abrange todos os instrumentos de apoio à promoção e incorporação das novas tecnologias pela sociedade, o Prodetc, criado em 1991, é um subprograma do FNE voltado para a expansão dos

segmentos que utilizam tecnologias avançadas e para a adoção de técnicas modernas de gestão e organização produtiva. Os recursos do Prodetc destinam-se a:

- empresas localizadas em parques tecnológicos ou em incubadoras de empresas, buscando a transferência de conhecimentos gerados em universidades e centros de pesquisas;
- indústrias de tecnologia de ponta, procurando viabilizar a implantação ou expansão de empreendimentos baseados nessa modalidade tecnológica;
- compra e absorção de tecnologia, procurando viabilizar a transferência de *know-how* e a formação de *joint-ventures*;
- pesquisa e desenvolvimento nas empresas, incluindo a realização de projetos cooperativos com universidades e centros de pesquisa.

Além dos itens relacionados, os recursos do Prodetc podem ser destinados também à implantação de programas de qualidade, à adoção de modernas técnicas de gestão, mudanças de leiaute, *design*, capacitação, consultoria, automação de processos e obtenção de certificações.

É importante destacar que os recursos do FNE são bastante competitivos no que tange a encargos e prazos de amortização dos financiamentos, notadamente para as pequenas e médias empresas. Além disso, o Prodetc confere bônus de adimplência correspondente a 15% para empreendimentos localizados fora do semiárido e de 25% para os demais. Quanto à vinculação de ativos garantidores dos financiamentos além das tradicionais garantias reais e fidejussórias, o BNB tem estudado novas modalidades de engenharia financeira capazes de responder a algumas especificidades daquelas empresas cujos ativos intangíveis representam parcela significativa do patrimônio, uma característica de EBTs.

Uma das alternativas recém-apresentadas pelo BNB, no intuito de proporcionar novas estruturas de financiamento a empresas com alto grau de tecnologia em seus processos de produção, é a participação em fundos de *venture capital*. Nesse sentido, atualmente o BNB participa com 20% dos recursos do fundo de investimentos Criatec, administrado pelo BNDES. O objetivo do Criatec é gerar capital somente para empresas emergentes inovadoras, com vistas à obtenção de ganhos de capital por meio de investimentos de longo prazo em empresas com perfil inovador e que revelem favorável potencial econômico.

Os limites de financiamento vão de R\$ 600 mil até R\$ 1,5 milhão por empresa, em troca de participação acionária, mesmo que o empreendimento ainda não esteja formalizado. Após o processo de avaliação, o projeto pré-aprovado somente será beneficiado se o empreendimento tiver personalidade jurídica.

O acompanhamento do processo de geração dos novos empreendimentos, exercido por equipe de especialista mantida pelo Criatec, tem início no processo de formalização da empresa e estende-se pelo processo de gestão, fornecendo suporte estratégico e gerencial ao empreendedor, mediante formação da equipe de colaboradores, definição de metas e acompanhamento e avaliação dos resultados. O apoio do Criatec se conclui com a saída dos investidores, que pode se dar pela venda da participação para novos investidores considerados estratégicos ou para algum outro fundo de investimentos. Estima-se que a etapa de “desinvestimento” deverá ocorrer no período de dois a dez anos após o aporte inicial.

O diferencial competitivo e o potencial inovador são os requisitos essenciais para a aprovação dos pleitos enviados ao Criatec. Os projetos apoiados deverão ter conteúdo tecnológico que contribua claramente para a resolução de problemas relevantes, em mercados locais ou externos, atuais ou futuros. O Criatec apóia dois tipos de iniciativa:

- empresas já instaladas, com faturamento anual não superior a R\$ 6 milhões e reconhecido potencial de retorno; e
- projetos de pesquisa ou de novos empreendimentos, nas fases embrionárias – pesquisa concluída, protótipo ou planta-piloto –, com potencial e interesse de se estabelecerem no mercado.

O Criatec possui representações em diversas capitais brasileiras, sendo a de Fortaleza a única localizada no Nordeste. Por esse motivo, a capilaridade do BNB mostra-se vital para a eficiente aplicação dos recursos do Criatec nos estados localizados em sua área de atuação.

Do ponto de vista do apoio à difusão tecnológica, a estrutura necessária ao atendimento das necessidades de sustentação e competitividade econômica de empreendimentos com alto nível de agregação tecnológica deve conjugar, em linhas gerais, três etapas do processo, não necessariamente consecutivas:

- A pesquisa e desenvolvimento, que tem início na concepção das idéias inovadoras e conclusão na construção dos protótipos, geralmente desenvolvida em centros acadêmicos ou em projetos conjuntos universidade-empresa, devendo ser apoiada por recursos não-reembolsáveis.
- A consolidação do empreendimento, principalmente em segmentos que utilizam tecnologias avançadas e requerem a adoção de técnicas modernas de gestão e organização produtiva, devendo ser nutrida de instrumentos financeiros reembolsáveis, com condições diferenciadas no tocante a taxas de juros e a flexibilização de garantias, devido às altas taxas de risco e retorno que caracterizam essa etapa.
- Tanto na fase de pesquisa e desenvolvimento quanto na etapa de consolidação do empre-

endimento no mercado, torna-se fundamental o aporte de capital de risco quando há percepção da viabilidade econômica do empreendimento. Por isso, fundos de investimento têm apoiado tanto projetos com potencial sucesso econômico, como EBTs em estágios embrionários e até mesmo empreendimentos com mercados consumidores já consolidados.

A questão crucial referente à eficiência do apoio financeiro à difusão de novas tecnologias não reside, portanto, na carência de instrumentos adequados, mas na adequada alocação de cada modalidade no respectivo estágio da dinâmica empresarial. Esforços despendidos nesse sentido têm produzido grandes avanços, como a inserção de fundos de capital de risco na dinâmica econômica nordestina, até há pouco tempo restritos aos grandes centros econômicos das regiões Sul e Sudeste.

Conclusões

A inovação é um fenômeno complexo e não-linear, que ocorre na firma, em conexão com outros fenômenos relevantes para o desenvolvimento local. Instrumentos financeiros voltados para o apoio à inovação tecnológica como motor do desenvolvimento econômico de países e regiões, como os financiamentos bancários, devem, por isso, levar em conta o fato de que a inovação não se processa tão-somente no espaço geográfico ocupado pela firma, mas se espalha por outros atores com que ela faz interação.

A percepção dessas conexões é essencial para a eficácia de políticas de apoio à difusão tecnológica, vista neste estudo como a promoção e incorporação de novas tecnologias nas dinâmicas econômicas. A prévia construção das estratégias de difusão tecnológica constitui, por isso, uma etapa crucial no processo de desenvolvimento de novos produtos ou serviços, e, em consequência,

deve ser incorporada a mecanismos ou políticas que considerem a inovação tecnológica o motor do desenvolvimento econômico local.

O caráter complexo e sistêmico da inovação sugere que a formatação de instrumentos considere as interações das empresas do mesmo processo produtivo e da base empresarial com o sistema local de inovação. Por esse motivo, surge a necessidade de os instrumentos financeiros serem reformulados e combinados para a maximização de sua efetividade; ou seja, que o apoio seja estendido às empresas de maior potencialidade de agregação ao desenvolvimento econômico em todas as fases da inovação.

Os instrumentos financeiros descritos neste artigo, ofertados pelo principal agente financeiro atuando na região Nordeste, atestam que não há carência de apoio financeiro ou inadequação de recursos para empresas com alta agregação tecnológica. Há, no entanto, a necessidade de se flexibilizarem as atuais condições de financiamento e de alocação de garantias para empreendimentos de reconhecido potencial econômico-financeiro, o que há algum tempo já faz parte da pauta de discussão entre estudiosos e formatadores de instrumentos de política na região.

A adequada aplicação dos recursos disponíveis, em cada uma das etapas do processo de inovação, especialmente no caso das EBTs, que historicamente têm se destacado no contexto mundial como responsáveis pela transformação de cenários econômicos deprimidos em economias dinâmicas, torna-se fundamental para o sucesso comercial e sustentação econômica desses empreendimentos, e, conseqüentemente, numa visão macroeconômica, para o bom êxito das estratégias de *catching-up* de países e regiões.

REFERÊNCIAS

- ANPROTEC. **Evolução do movimento brasileiro de incubadoras.** Disponível em: <<http://www.anprotec.org.br>>. Acesso em 30 abr. 2009.
- BAIARDI, B.; BASTO, C. C. **A rede como habitat potencial da informação e gênese do APL: o caso da Retex na Bahia.** In: SIMPÓSIO DE GESTÃO DA INOVAÇÃO TECNOLÓGICA, 23., 2004, Curitiba. *Anais...*Curitiba, FEA/USP, 2004.
- BYGRAVE, W. **The portable MBA in entrepreneurship.** New York: John, 1994.
- DORNELAS, J. **O processo empreendedor nas empresas incubadas de base tecnológica.** In: CONGRESSO NACIONAL DA ANPROTEC, 10, Brasília. *Anais...* Brasília, ano 2000.
- DRUCKER, P. **Inovação e espírito empreendedor: práticas e princípios.** São Paulo: Editora Pioneira, 1998.
- DOSI, G. et al. **Technical change and economic theory.** London: Printer Publishers, 1988.
- EDQUIST, C. **Systems of innovation: technologies, institutions and organizations.** ISBN 1-85567-452-1 (hardback). ISBN 1-85567-453-X (paperback) Herndon: Cassell, 1997.
- FERREIRA, L. M.; OLIVEIRA, F. C. **Inovação na criação de clusters e incubadoras: lições advindas da política de promoção de novos clusters em empresas de alta tecnologia.** In: SEMINÁRIO LATINO-IBEROAMERICANO DE GESTIÓN TECNOLÓGICA, 10., Cidade do México. *Anais...*Cidade do México: Altec, 2003.
- _____. **Analyzing the innovative process from the metaphoric perspective of a production chain.** In: WORLD CONFERENCE ON BUSINESS INCUBATION. RIO DE JANEIRO, Rio de Janeiro. *Anais...*Rio de Janeiro: COOPE/UFRJ, 2001.
- FREEMAN, C. **The 'national system of innovation' in historical perspective.** *Cambridge Journal of Economics*, 19, 5-24. Cambridge: Academic Press Limited, 2005.
- LA ROVERE, R. L. **Perspectivas das micro, pequenas e médias empresas no Brasil.** In: Revista de Economia Contemporânea. Rio de Janeiro. V. 5. Edição Especial, 2001.
- LUNDVALL, B. A. **Políticas de inovação na economia do aprendizado.** *Parcerias estratégicas.* março/2001. Brasília: UnB, 2001.
- NELSON, R.; WINTER, S. **Uma teoria evolucionária da mudança econômica.** Tradução de Cláudia Heller. Campinas: Editora da Unicamp, 2005.
- TIMMONS, J. A. **New venture creation.** 4th. Boston: Irwin McGraw-Hill, 1994.

2 - Síntese de Expectativas

O Fundo Monetário Internacional (FMI) prevê um recuo de 1,3% na economia mundial em 2009, com uma moderação do ritmo de contração no segundo semestre. Já para 2010, a previsão é de retomada gradual, com incremento de 1,9% na atividade econômica. Nesse sentido, a flexibilização da política fiscal e monetária e o saneamento do sistema financeiro serão decisivos (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009).

O baixo dinamismo das principais economias desenvolvidas vem sendo determinante para esse desempenho. Vale destacar que o Produto Interno Bruto (PIB) dos países desenvolvidos caiu 7,5% no último trimestre de 2008 e manteve esse ritmo de queda no primeiro trimestre do corrente ano.

Na Zona do Euro, a retração estimada é de 4,2% em 2009 e de 0,2% em 2010. O recuo do comércio internacional e o expressivo movimento de correção dos preços imobiliários em alguns países vêm afetando substancialmente o desempenho econômico da região. No primeiro trimestre de 2009, os 16 países que utilizam a moeda única assinalaram uma queda de 2,5% no seu PIB, comparativamente ao trimestre anterior, e de 4,6% em relação ao mesmo período de 2008. Vale destacar que essa foi a quarta queda consecutiva da atividade econômica da região no indicador trimestre/trimestre imediatamente anterior.

Já a economia dos Estados Unidos, por sua vez, deverá registrar uma diminuição de 2,8% no seu PIB, devido ao baixo dinamismo da de-

manda interna. O desempenho do consumo das famílias, o principal componente dessa demanda, vem sendo bastante afetado pelo crescimento do desemprego nesse país. Consoante dados divulgados pelo Departamento de Trabalho Americano, o índice de desemprego nos EUA atingiu 8,9% em abril, com a perda de 539 mil postos de trabalho. Esse resultado elevou para mais de 14 milhões o contingente de pessoas sem trabalho naquele país, o maior desde 1983.

As economias emergentes e em desenvolvimento da América Latina deverão registrar taxas negativas de crescimento, porém num patamar inferior aos dos países desenvolvidos. O FMI prevê uma retração de 1,5% nos países latino-americanos em 2009. As condições adversas de financiamento externo, assim como a significativa diminuição da demanda mundial por produtos da região são fatores determinantes para esse recuo. Entretanto, em 2010 a região deverá registrar um crescimento em torno de 1,5%. A ausência de problemas bancários sistêmicos nos países latino-americanos será decisiva para a retomada do crescimento já no próximo ano.

A recessão mundial vem engendrando expressiva contração do comércio mundial. De acordo com a Organização Mundial do Comércio, a diminuição do volume de bens e serviços comercializados entre os países chegará a 9% em 2009, o pior resultado desde a Segunda Guerra Mundial. Vale destacar que o comércio global vinha apresentando incremento anualmente, desde 1982.

No caso do Brasil, o comércio exterior foi bastante afetado pela desaceleração da economia mundial. O valor das exportações caiu 16,5% no primeiro quadrimestre, em decorrência, sobretudo, da queda da demanda externa por produtos manufaturados. De fato, o valor exportado de bens industrializados assinalou um recuo de 28,7% nessa base de comparação, apesar do câmbio ainda competitivo no período.

A recente valorização do real graças à entrada de capitais no país, atraídos pelos juros elevados e reservas significativas, poderá prejudicar ainda mais o dinamismo das vendas externas de manufaturas. Alguns setores mais sensíveis ao impacto cambial, como móveis, têxteis e calçados, serão fortemente afetados.

As vendas internacionais de manufaturas também vêm sendo prejudicadas por uma série de medidas protecionistas do governo argentino (licenças não automáticas, direitos *antidumping*, cotas). Vale destacar que o Brasil é o principal fornecedor de produtos industrializados para esse país.

O dinamismo das exportações só não foi menor devido ao desempenho das vendas externas de produtos básicos, que nos primeiros quatro meses deste ano alcançaram o valor recorde de US\$ 17,2 bilhões, registrando expansão de 8,7% em relação ao mesmo período do ano anterior. O crescimento da demanda chinesa por matérias-primas foi determinante para a obtenção desse resultado.

Com relação às importações, constatou-se uma queda de 22,8% no primeiro quadrimestre, principalmente devido à retração das compras de bens de capital (6,4%) e matérias-primas (28,3%). A deterioração das importações em decorrência da apreciação do dólar e da contração da demanda interna foi determinante para o aumento de 49,4% do superávit da balança comercial no acumulado dos primeiros quatro meses do ano.

Diante desse cenário, as expectativas descritas no Relatório Focus do Banco Central (BANCO

CENTRAL DO BRASIL, 2009) apontam para um superávit de US\$ 18,1 bilhões, superior à previsão feita há quatro semanas, de US\$ 16 bilhões.

A conjuntura internacional adversa está associada à perda de dinamismo da demanda interna. Esse cenário de retração da demanda doméstica tem sido ratificado pelo desempenho desfavorável de alguns indicadores.

O consumo das famílias assinalou crescimento negativo no último trimestre de 2008, e a expectativa é de manutenção dessa trajetória no primeiro trimestre de 2009. Os ajustes no mercado de trabalho iniciados no final de 2008 foram cruciais para esse resultado. A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes) do IBGE revelou que o emprego industrial caiu 0,6% em março, em relação a fevereiro, assinalando resultado negativo pela sexta vez consecutiva nessa base de comparação. O emprego industrial acumulou redução de 5,8% entre outubro de 2008 e março deste ano. Já no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior), em março registrou-se queda de 5% – a maior de toda a série histórica iniciada no ano 2000.

Entretanto, um fator positivo foi a desaceleração da queda do emprego industrial entre dezembro de 2008 e março de 2009 no indicador mês/mês imediatamente anterior. Ademais, o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged) de abril de 2009 registra a admissão de 1.350.446 e a demissão de 1.244.241 trabalhadores. Ou seja, o país criou 106.205 novos postos de trabalho formais, saldo 2,95% superior ao de abril de 2008. Vale destacar que pela primeira vez a indústria apresentou saldo positivo na geração de empregos. O setor que mais contratou foi o de serviços (59.279 novos postos), seguido pela agricultura (22.684) (CAGED, 2009).

No que tange à Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), constatou-se também uma desaceleração das importações de bens de capital no primeiro

trimestre do corrente ano, com variação nula das importações no mesmo período. Essa retração está relacionada à menor absorção doméstica, o que compromete a modernização e ampliação da capacidade produtiva.

Contudo, o desempenho das importações de bens de capital em março do corrente ano mostra algum sinal de recuperação. As compras internacionais de máquinas e equipamentos cresceram 31,6% na comparação com março do ano passado e 36,6% no confronto com fevereiro último.

A diminuição da demanda por investimentos afetou substancialmente a indústria de bens de capital, que assinalou decréscimo de 23% em março deste ano, em relação a março de 2008, o maior entre todas as categorias de uso. Já na comparação março/fevereiro deste ano, registrou-se variação negativa de 6,3%.

Os dados do IBGE relacionados à produção industrial regional mostram que as taxas negativas de crescimento se desaceleraram significativamente na região Nordeste na comparação do desempenho entre trimestres (trimestre contra trimestre imediatamente anterior). No acumulado dos três primeiros meses do corrente ano, a produção industrial decresceu apenas 2,1%, ou seja, menos do que no último trimestre de 2008.

Em contrapartida, a retração da produção industrial acentuou-se nos estados com grande participação do setor de bens de capital e de bens de consumo duráveis. São Paulo, por exemplo, registrou um recuo de 8% no último trimestre de 2008, na comparação com o trimestre imediatamente anterior, e de 8,9% no primeiro trimestre de 2009,

na mesma base de comparação. Vários fatores contribuíram para essa diferença de *desempenho*.

O comportamento da produção nordestina foi favorecido pela conjuntura favorável de retomada da demanda, principalmente oriunda da China, por *commodities* minerais e derivados de petróleo. Esses segmentos estão fortemente presentes na matriz industrial da região Nordeste.

Já a demanda interna, por sua vez, é beneficiada pela forte participação relativa do setor público como empregador, investidor e executor de programas de transferência de renda no Nordeste. Vale destacar que esse segmento tem um peso relativo na economia nordestina muito maior do que a média nacional.

Ademais, os bancos públicos são mais representativos no total dos empréstimos da região Nordeste. No agregado nacional prevalece uma maior participação dos bancos privados. Vale salientar que os bancos públicos têm aumentado seus empréstimos nesse período de crise, enquanto os bancos privados têm diminuído sua oferta de crédito, contribuindo para reduzir a liquidez.

Em síntese, pode-se afirmar que apesar dos efeitos negativos da crise internacional sobre a economia brasileira, desde o segundo semestre de 2008, alguns importantes sinais positivos vêm aparecendo. É o caso do aumento da produção industrial, da estabilidade da taxa de desemprego, devido aos setores de comércio e serviços, e o aumento das exportações. Desse modo, tudo leva a crer que as consequências mais danosas da crise parecem ter passado e que, mesmo com um crescimento reduzido, a ameaça de recessão em 2009 está parcialmente descartada.

Síntese de Indicadores Econômicos – Nordeste x Brasil

Principais Indicadores Econômicos Jan-Mar/2009

Indicadores	Período	Unidade	Nordeste	Variação (%) igual período 2008	Brasil	Variação (%) igual período 2008
Estimativa de produção de grãos (a)	2008/09	Mil t	12.939	3,80	136.435	-6,50
Estimativa de área plantada de grãos (a)	2008/09	mil ha	8.146	4,60	47.146	-0,1
Estimativa de produtividade de grãos (a)	2008/09	Kg/ha	1.588	5,25	2.894	-4,34
Produção Industrial	Jan-Mar	Nº Índice	90,64	-9,36	85,35	-14,65
Pessoal ocupado na indústria	Jan-Mar	Nº Índice	97,00	-3,00	96,05	-3,95
Horas pagas na indústria	Jan-Mar	Nº Índice	95,76	-4,24	95,00	-5,00
Folha de pagamento real na indústria	Jan-Mar	Nº Índice	102,25	2,25	99,99	-0,01
Comércio varejista volume de vendas	Jan-Mar	Nº Índice	-	-	144,6	3,8
Comércio varejista ampliado vol. de vendas	Jan-Mar	Nº Índice	-	-	158,9	3,7
Exportações	Jan-Mar	US\$ milhões	2.589.373	-23,22	31.178	-19,42
Importações	Jan-Mar	US\$ milhões	1.938.125	-48,65	28.167	-21,60
Corrente de comércio (exportação + importação)	Jan-Mar	US\$ milhões	4.527.498	-36,65	59.345	-20,47
Saldo da balança comercial (exportação - importação)	Jan-Mar	US\$ milhões	651.248	262,13	3.010	9,04
Saldo das operações de crédito	Jan-Mar	R\$ milhões	-	-	-	-
Saldo dos depósitos bancários	Jan-Mar	R\$ milhões	-	-	-	-
BNB - Saldo oper. crédito (com FNE)	Março	R\$ milhões	4.685	35,61	-	-
BNB - Contratações do FNE (b)	Março	R\$ milhões	2.095	1,64	-	-
BNB - Contratações do PRONAF (b)	Março	R\$ milhões	176	0,06	-	-
Arrecadação de receitas federais (c)	Jan-Mar	R\$ milhões	7.009	-7,28	114.808	-11,31
Arrecadação de ICMS (d)	Jan-Mar	R\$ milhões	6.319	-24,18	52.514	-5,33
Saldo emprego formal na indústria	Jan-Mar	Unidade	-63.106	27	-146.497	-96
Saldo emprego formal na const.civil	Jan-Mar	Unidade	1.579	-90	30.289	-70
Saldo emprego formal no comércio	Jan-Mar	Unidade	-8.840	-11.732	-70.753	-467
Saldo emprego formal nos serviços	Jan-Mar	Unidade	10.622	-33	133.116	-43
Saldo emprego formal agrop.extra.veg.caça pesca	Jan-Mar	Unidade	-21.478	11	-3.906	-108
Saldo emprego formal total	Jan-Mar	Unidade	-81.223	123	-57.751	-110
Taxa média de desocupação Recife (e)	Março	%	10,4(g)	9,7(h)	-	-
Taxa média de desocupação Salvador (e)	Março	%	11,9(g)	12,8(h)	-	-
Taxa média de desocupação Brasil (e)	Março	%	-	-	9(g)	8,6(h)

Fontes: IBGE, BACEN, MDIC, MTE, CONAB, MF, CONFAZ e BNB. Elaboração: Equipe de Conjuntura do BNB/ETENE.

(a) Inclui os produtos caroço de algodão, amendoim (1ª. e 2ª. safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª.2ª. e 3ª. safras), girassol, mamona, milho (1ª. e 2ª. safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

(b) Valores a preços constantes de março/2009.

(c) Não inclui receita previdenciária. Valores a preços constantes de março/2009.

(d) Valores a preços constantes de março/2009.

(e) Valores a preços constantes de março/2009.

(f) A taxa média de desocupação é dada pela relação população desocupada/população economicamente ativa. O valor para o Brasil representa a média para as regiões metropolitanas de Recife, Salvador, Belo Horizonte, Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre.

(g) Em março de 2009;

(h) Em março de 2008.

Notas:

- Saldo das operações de crédito ou de depósitos bancários corresponde à diferença entre entrada e saída de recurso. É uma variável de estoque e pontual, uma vez que é apurada em uma determinada data;
- Contratações de operações de crédito correspondem a uma variável fluxo, significando uma injeção de recursos adicionais, num determinado período de tempo;
- O saldo do emprego formal corresponde à diferença entre admissões e desligamentos.
- Os indicadores de produtividade e de área agrícola foram coletados no Levantamento Sistemático da produção agrícola do mês de Março 2009.

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Relatório Focus**, 15 maio 2009. Disponível em: <<http://www.bacen.gov.br>>. Acesso em: 18 maio. 2009.

CAGED. **Evolução do emprego formal**. Disponível em: <<http://www.caged.org.br>>. Acesso em: 15 maio. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **World economic outlook**. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 8 maio. 2009.

3 - Nível de Atividade

3.1 - Produto Interno Bruto (PIB)

A economia brasileira registrou decréscimo de 3,6% no quarto trimestre de 2008 na comparação com o trimestre imediatamente anterior, após crescimento de 6,4% no acumulado dos três primeiros trimestres de 2008, em relação a 2007. Apesar da desaceleração no quarto trimestre, em 2008 o PIB ainda cresceu 5,1% e o PIB *per capita* 4% em relação a 2007 (Gráfico 1).

Analisando-se pela ótica da demanda, constata-se um forte recuo do consumo das famílias e dos investimentos. O consumo das famílias decresceu 2% no último trimestre de 2008 no indicador tri-

mestre/trimestre imediatamente anterior, refletindo a queda de confiança dos consumidores e o aumento das restrições ao crédito. O mercado de trabalho ainda apresentava resultados positivos, com a taxa de desemprego divulgada pela Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do IBGE, atingindo em dezembro de 2008 o menor nível da série histórica. Entretanto, nesse período já se observam ajustes por meio de encurtamento das jornadas e/ou antecipações de férias coletivas na indústria, objetivando-se adequar a produção a esse novo momento de retração econômica (Gráfico 2).

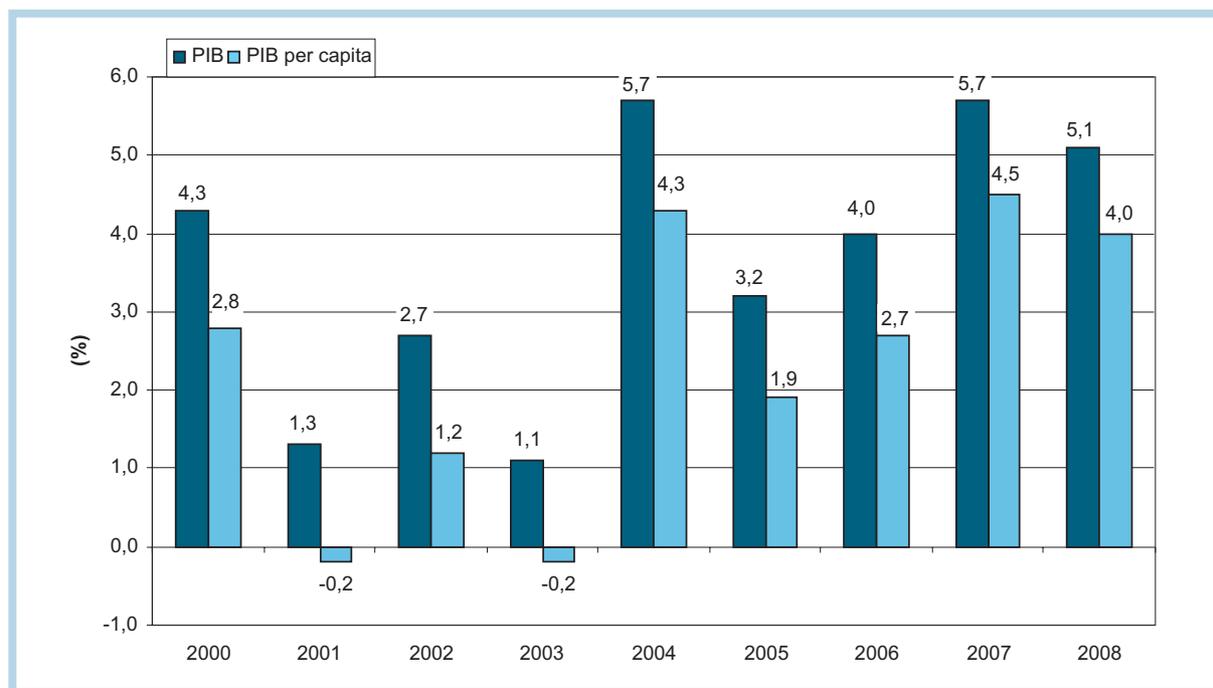


Gráfico 1 – Brasil. PIB e PIB Per Capita – Taxa de Crescimento (2000-2008)

Fonte: IBGE, 2008.

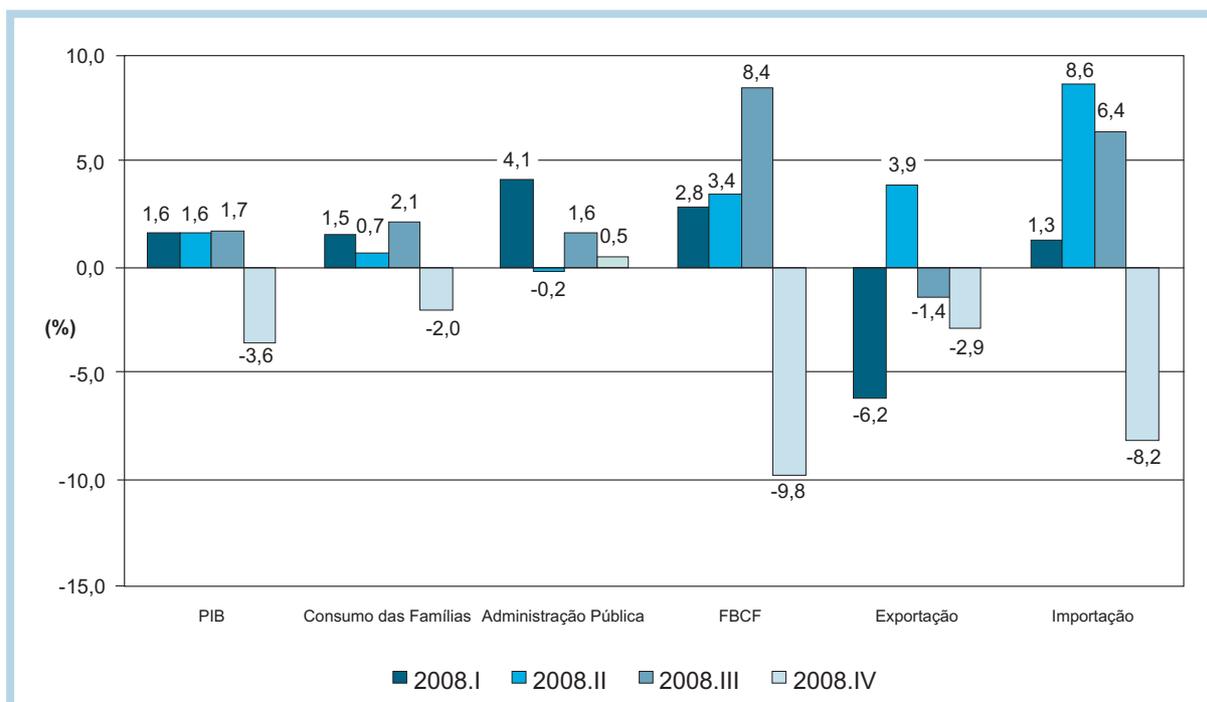


Gráfico 2 – Brasil. Variação do PIB por Componente de Demanda (Trimestre/Mesmo trimestre do ano anterior)

Fonte: IBGE, 2009a.

Nos primeiros meses de 2009, constata-se uma intensificação desses ajustes, com o crescimento do número de demissões. Com efeito, em março a taxa de desocupação no país atingiu 9%, aumento de meio ponto percentual em relação a fevereiro, reflexo, sobretudo, do acréscimo de 7,3% do contingente de pessoas desocupadas nessa base de comparação. Pela primeira vez desde setembro de 2007, o número de desempregados nas seis regiões metropolitanas investigadas pelo IBGE superou o patamar de dois milhões de pessoas.

Nas regiões metropolitanas de Recife e Salvador, os incrementos da taxa de desemprego foram superiores ao da média nacional. A Região Metropolitana de Salvador registra a maior taxa de desocupação para o mês de março (Gráfico 3).

O número de pessoas ocupadas manteve-se estável em março de 2009 na comparação com o mês anterior e com março de 2008. As regiões metropolitanas de Recife e Salvador tiveram significativos incrementos do pessoal ocupado em março de 2009 na comparação com março de 2008: 3,9% e 4%, respectivamente.

No que tange às formas de inserção dos trabalhadores, os dados referentes às seis regiões pesquisadas revelam que houve crescimento no número de empregos formais. De fato, a quantidade de trabalhadores com carteira assinada no setor privado avançou 2,5% em março de 2009 em relação a março de 2008. Nessa mesma base de comparação, as regiões metropolitanas de Recife e Salvador cresceram 5,8% e 5,9%, respectivamente.

Por outro lado, o contingente total de trabalhadores sem carteira assinada nas áreas cobertas pela PME ficou estável, tanto no indicador mês/mês imediatamente anterior como na comparação mês/mesmo mês do ano anterior. Enquanto isso, na região metropolitana de Salvador houve decréscimo de 8,2% em março de 2009, comparativamente a fevereiro.

Vale destacar o crescimento de 4,2% da categoria funcionários públicos e militares nas seis regiões investigadas em março de 2009, em relação a fevereiro. Essa expansão torna-se crucial, principalmente em momentos de baixa absorção de mão-de-obra pelo setor privado.

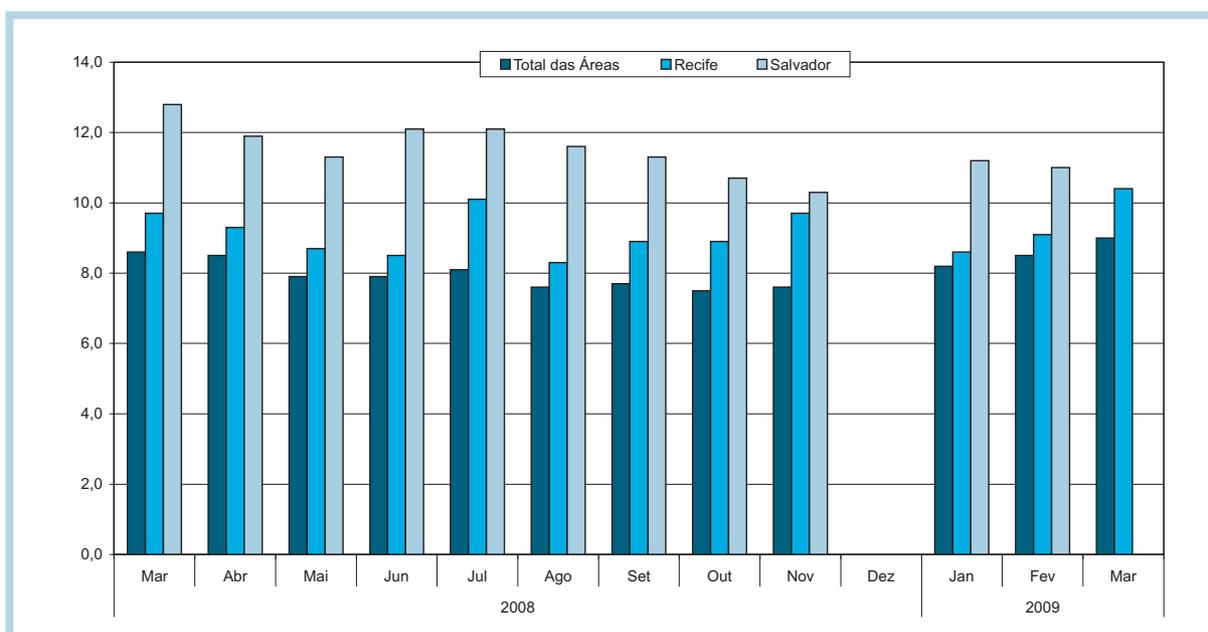


Gráfico 3 – Taxa de Desocupação – Recife, Salvador e Total das Áreas

Fonte: IBGE, 2009b.

O aumento do desemprego foi acompanhado por uma estabilidade do rendimento dos trabalhadores. O rendimento médio real de março de 2009 dos trabalhadores nas seis regiões metropolitanas pesquisadas não registrou variação em relação a fevereiro, mantendo-se em R\$ 1.321,40. Comparativamente a março de 2008, observa-se uma expansão de 5% do rendimento médio dos trabalhadores.

As regiões metropolitanas nordestinas pesquisadas acusam comportamentos distintos em março de 2009. Com efeito, a de Salvador exhibe crescimento positivo em relação ao mês anterior e na comparação com março de 2008. A de Recife mostra queda nas duas bases de comparação (Gráfico 4).

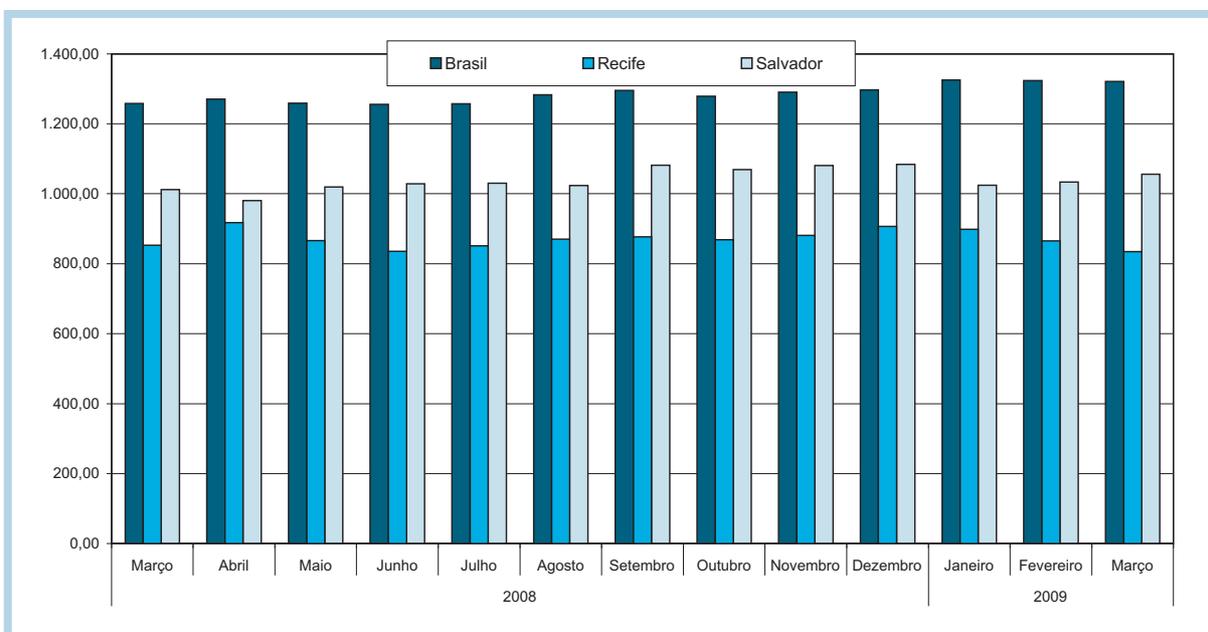


Gráfico 4 – Rendimento Médio Real Recebido Pelos Trabalhadores para o Total das Áreas Cobertas pela PME, Recife e Salvador – Março de 2008 a Março de 2009

Fonte: IBGE, 2009b.

O recuo da inflação e a política de valorização do salário mínimo estão sendo determinantes para a manutenção do poder de compra dos trabalhadores. Um segmento que apresentou significativo declínio dos preços no início do ano é o de bens de primeira necessidade. De acordo com o Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (Dieese), em 15 das 17 capitais investigadas pela Pesquisa Nacional da Cesta Básica houve queda nos preços dos gêneros alimentícios essenciais no acumulado do primeiro quadrimestre de 2009. Entre as regiões com decréscimos, destaca-se o Nordeste, com redução de 15,2% em Aracaju, 9,8% em Natal e 8,2% em João Pessoa (DIEESE, 2008).

Ademais, a trajetória de declínio da taxa Selic, iniciada em janeiro, não só contribuirá para a expansão do crédito no segundo semestre, como certamente também trará efeitos positivos no consumo das famílias nesse período.

A demanda interna também foi afetada pela retração de 9,8% da Formação Bruta de Capital Fixo (FBCF), na comparação com o trimestre anterior, refletindo na redução tanto da produção como das importações de bens de capital. Em termos de produção local, a categoria de bens de capital desacelerou no último trimestre de 2008 na comparação com o trimestre anterior, recuando 9,4%. Essa tendência se acentuou no primeiro trimestre de 2009, com diminuição de 19,3% da produção.

O decréscimo nas compras internacionais de bens de capital também contribuiu para a diminuição da FBCF. Segundo a Fundação Centro de Estudos do Comércio Exterior (Funcex) as importações de bens de capital no primeiro bimestre de 2009 caíram 6,2%, ratificando a perda de dinamismo observada no final de 2008. Em fevereiro de 2009, o valor das importações de máquinas e equipamentos recuou 26,1% em relação a janeiro e 12,8% comparativamente a fevereiro de 2008. Levando-se em conta apenas o quantum importado, o decréscimo foi ainda mais elevado: 12,9%

no acumulado do primeiro bimestre de 2009 e de 20,2% em fevereiro em relação a janeiro.

Duas situações importantes devem ser consideradas no que diz à retratação da FBCF. Primeiro, a desvalorização cambial a partir do segundo semestre de 2008, como consequência do aprofundamento da crise internacional, que aumentou o preço em moeda nacional dos bens importados, tende a influenciar negativamente os investimentos em bens de capital importados. Segundo, a redução da própria FBCF diante, por exemplo, de restrição de crédito ou de formação de expectativas negativas tende a reduzir as importações desses bens.

No Nordeste, as importações de bens de capital não seguiram a tendência nacional, em função, principalmente do substancial crescimento das importações dessa categoria de uso no Ceará em março de 2009. No acumulado do trimestre, as importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos e suas partes, com significativa participação na pauta de importação nordestina, avançaram 13%. Já a Bahia, que concentra a maior parte das importações desse segmento na região, foi fortemente atingida, com queda de 26,8%. Vale destacar que grande parte das importações de bens de capital desse estado estava associada ao processo de ampliação da capacidade produtiva e de modernização de sua matriz industrial, com ênfase para as áreas produtoras de *commodities* (celulose e papel, minerais não-metálicos, petróleo e derivados, etc.) (Gráfico 5).

Para reverter esse cenário, a atuação contracíclica dos bancos públicos, assim como a trajetória de queda da taxa Selic podem vir a ser determinantes no sentido de garantir recursos para os financiamentos de médio e longo prazo. Os bancos públicos foram responsáveis por 82% da variação do crédito entre setembro de 2008 e março de 2009 (Gráfico 6).

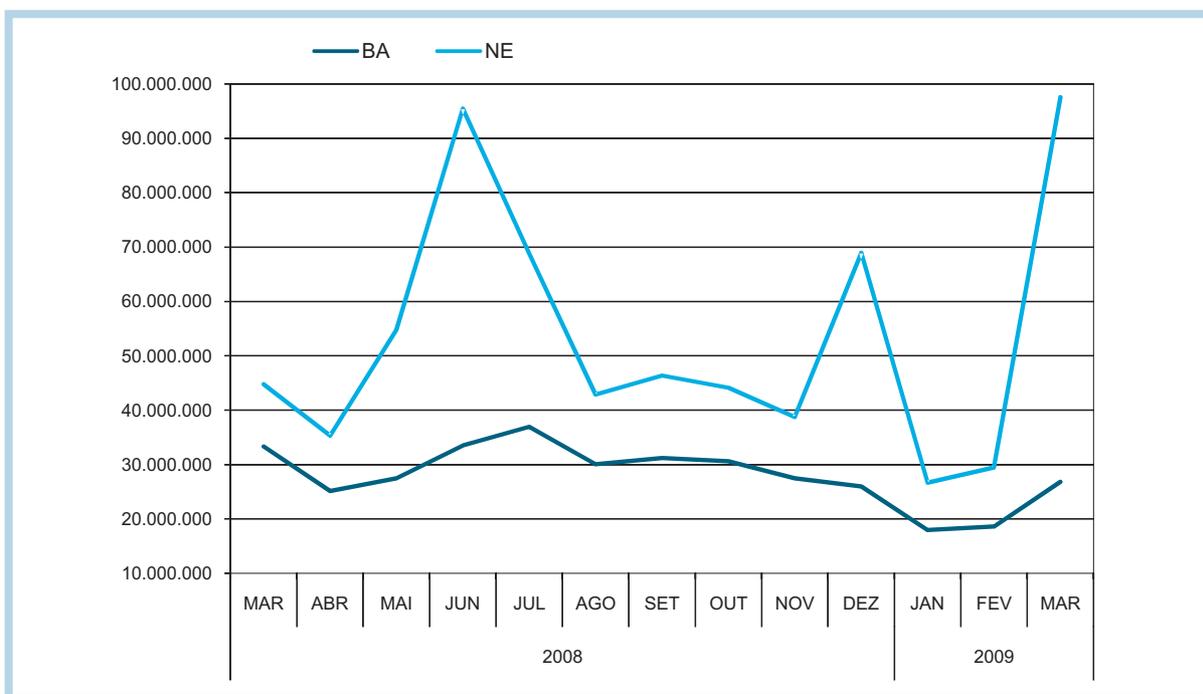


Gráfico 5 – Nordeste e Bahia – Importação de Máquinas, Aparelhos e Material Elétrico, e suas partes, etc. – Março de 2008 a março de 2009

Fonte: Brasil, 2009a.

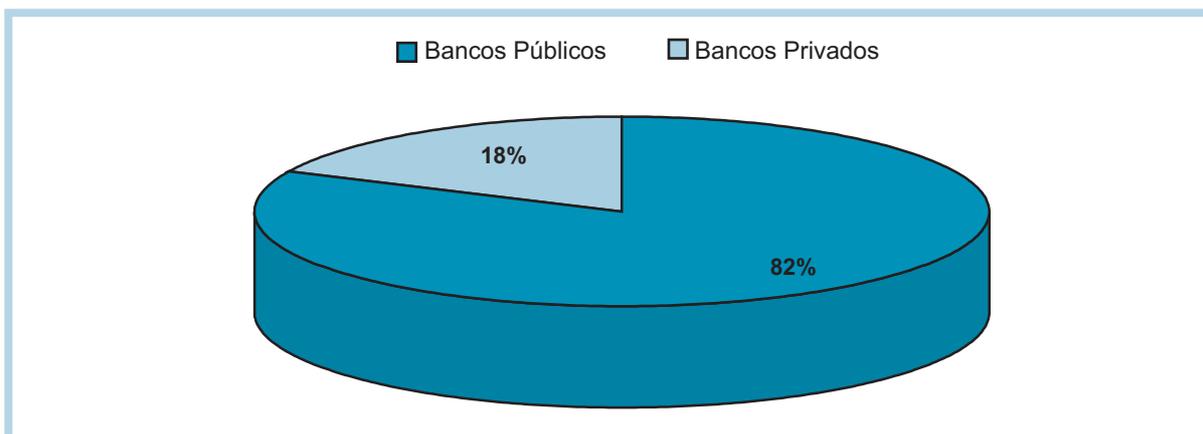


Gráfico 6 – Contribuição à Variação do Crédito entre Setembro de 2008 e Março de 2009

Fonte: BNDES, 2009.

Os desembolsos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), por exemplo, expandiram-se 13% no primeiro trimestre de 2009 comparativamente ao primeiro trimestre de 2008. O destaque foi o setor de infraestrutura, com liberações de R\$ 6,8 bilhões aumento de 21,4% no trimestre em relação a dezembro de 2008. Os segmentos mais beneficiados foram o de transportes rodoviários e o de energia elétrica incluídos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Já no setor industrial, os desembolsos evoluíram 4,9% no primeiro trimestre de 2009 sobre o mesmo período de 2008, totalizando um montante de R\$ 7,9 bilhões. Alimentos e bebidas, papel e celulose e química e petroquímica foram os segmentos mais contemplados nesse período (Gráfico 7).

No âmbito regional, o Banco do Nordeste do Brasil (BNB) vem desempenhando importante papel estabilizador no mercado de crédito. Nesse sentido, vale destacar o significativo avanço

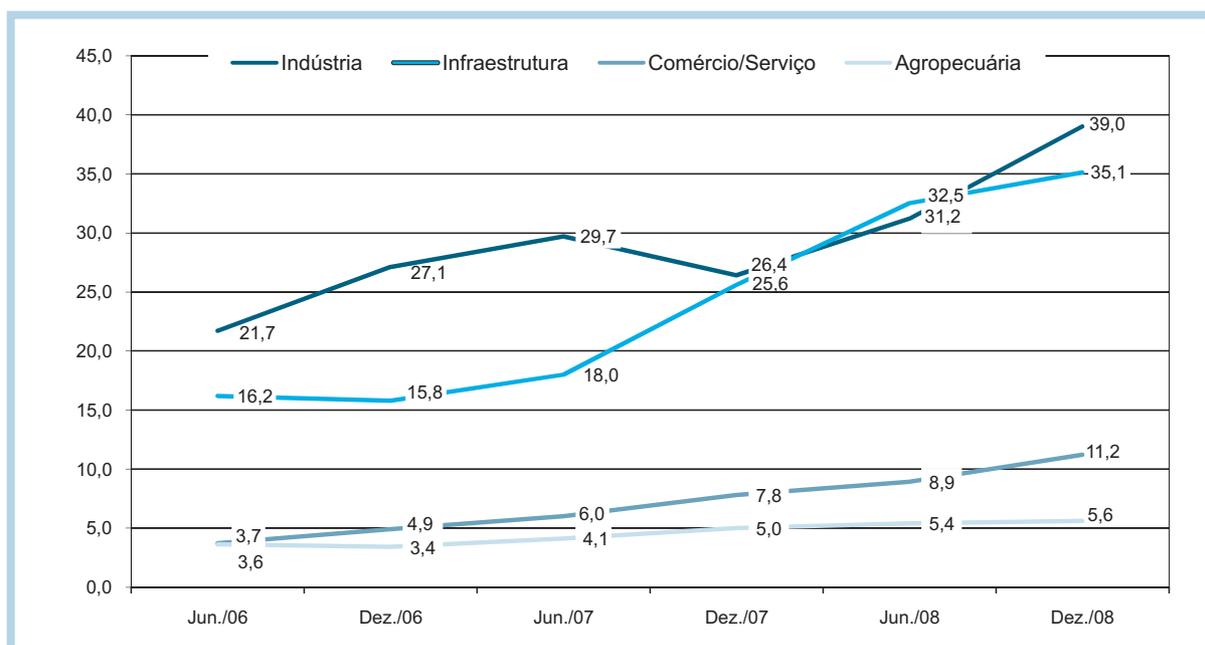


Gráfico 7 – Desembolso do BNDES por Setor

Fonte: BNDES, 2009.

do volume de recursos do Programa de Microcrédito Orientado do BNB, o Crediamigo. Em 2008, o aumento foi de 51%, bem superior aos 31% registrados pelo sistema bancário nacional. Paralelamente à intensificação da crise no último trimestre de 2008, o Crediamigo registrou um incremento de 22% na concessão de crédito na comparação com o último trimestre de 2007. No acumulado janeiro–março de 2009, o Crediamigo contratou 262.884 operações, com desembolsos em torno de R\$ 300 milhões. Na avaliação do superintendente de Microfinanças e Programas Especiais do BNB, Stélio Gama, a carteira do Crediamigo deverá crescer cerca de 40% em 2009 (CREDIAMIGO, 2009).

O consumo do governo no primeiro trimestre de 2009 registrou variação positiva de 5,5% em relação ao quarto trimestre de 2008. O fato de o governo ter encerrado o primeiro trimestre de 2009 com um superávit primário de apenas R\$ 9,3 bilhões, ou seja, correspondente a menos de um terço dos R\$ 31,2 bilhões do valor registrado ao final do primeiro trimestre de 2008, acabou influenciando o item Despesa de Consumo da

Administração Pública. A justificativa da equipe econômica para a queda do superávit aponta para a necessidade de um comportamento contracíclico da política fiscal, no sentido de evitar a vulnerabilização das contas nacionais (BRASIL, 2009b).

No tocante ao setor externo, as exportações de bens e serviços diminuíram 2,1% na passagem do terceiro para o quarto trimestre de 2008, reflexo da retração da demanda mundial, do recuo nos preços das *commodities* e das restrições de crédito. Já as importações caíram 8,2% nessa mesma base de comparação, influenciadas pela desaceleração da demanda interna e da valorização cambial.

No acumulado do primeiro quadrimestre de 2009, constata-se uma recuperação das exportações, devido, principalmente, ao crescimento das vendas para a China. Apesar da retomada, observa-se queda de 16,5% no acumulado do ano em relação ao mesmo período de 2008, totalizando US\$ 43,5 bilhões. Enquanto isso as importações somaram US\$ 12,3 bilhões, com diminuição de 22,8% nessa mesma base de comparação. A substancial queda das importações foi responsável pelo superávit de US\$ 6,7 bilhões desse período,

aumento de 49,4% comparativamente ao mesmo intervalo do ano anterior.

Vale destacar que a China tornou-se o principal parceiro comercial do Brasil em abril, superando os Estados Unidos. A corrente de comércio entre o Brasil e o país asiático atingiu US\$ 3,2 bilhões, enquanto com os norte-americanos não passou de US\$ 2,1 bilhões (FUNCEX, 2009a).

Esse fato provocou um aumento da participação dos produtos básicos na pauta de exportação brasileira, em detrimento dos produtos manufaturados. O peso das *commodities* nas exportações totais cresceu de 32,8% em abril de 2008 para 45,5% em abril de 2009. Por sua vez, a participação das manufaturas decresceu de 51,8% para 40,9% das vendas externas na mesma base de comparação.

De acordo com o Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI, 2009a), a retração das exportações foi praticamente generalizada, atingindo as quinze principais manufaturas exportadas pela economia brasileira. Os maiores recuos foram constatados nos segmentos de óleos combustíveis (75,1%), aparelhos transmissores/receptores (39,9%), autopeças (33,4%), pneumáticos (31,7%) calçados e partes (30,6%), etanol (28,7%), automóveis de passageiros (22,9%), laminados planos (21,7%) e aviões (16,3%).

O avanço de medidas protecionistas na Argentina, como a ampliação da lista de produtos brasileiros sujeitos a licenças não-automáticas, tem sido mais um fator desfavorável às exportações de manufaturados. Os produtores brasileiros afirmam que as licenças chegam a demorar quatro meses, ou seja, o dobro do prazo permitido pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Como decorrência disso, as exportações do Brasil para a Argentina caíram 49% no primeiro trimestre de 2009, índice bem superior ao da retração das exportações totais.

O setor de calçados, por exemplo, vem sendo fortemente afetado pelo protecionismo argentino. Com efeito, no primeiro trimestre de 2009 o volume das vendas para esse país recuou 54%, comparativamente ao primeiro trimestre de 2008. Em decorrência das barreiras comerciais, a Argentina, que em 2008 foi o segundo maior destino das exportações brasileiras de calçados, atualmente ocupa a quinta posição. Para agravar ainda mais a situação, há a denúncia do presidente da Associação Brasileira da Indústria de Calçados (Abicalçados), Milton Cardoso, de que o governo argentino vem contingenciando a liberação das licenças de importação à existência de produção local.

O segmento de pneus também foi afetado pelas barreiras protecionistas do país vizinho. Segundo o diretor-presidente da Continental Pneus para o Mercosul, Renato Sarzano, a imposição de licença não automática para a entrada de pneus tem prejudicado as exportações para a Argentina, já que a conclusão do processo de exportação tem demorado, em média, 45 dias. Esse fato tem prejudicado as operações da unidade de produção da Continental em Camaçari, na Bahia, planejada para atender à demanda de toda a América do Sul (FUNCEX, 2009b).

Em resumo, a crise financeira afetou substancialmente o desempenho da economia nordestina no último trimestre de 2008 e no início de 2009, com reflexo negativo, principalmente na Formação Bruta de Capital Fixo. Esse cenário vem exigindo do governo a adoção de medidas fiscais e monetárias contracíclicas, destacando-se a redução de impostos para alguns setores, a flexibilização da política monetária e a atuação dos bancos públicos ampliando a oferta de recursos para garantir a continuidade do financiamento ao setor produtivo.

3.2 - Produção Industrial do Brasil

A produção industrial brasileira assinalou um aumento de 1,8% em fevereiro de 2009, relativamente ao mês de janeiro, de acordo com dados dessazonalizados da Pesquisa Industrial Mensal – Produção Física (PIM-PF) do IBGE, após um crescimento de 2,1% em janeiro em comparação com dezembro de 2008. Esse incremento atingiu 16 dos 27 segmentos investigados, com ênfase para o ramo de veículos automotores (8,7%), conforme mostra o Gráfico 8.

Chama a atenção o decréscimo de 6,3% da produção de bens de capital, único setor a registrar desempenho negativo na passagem de janeiro para fevereiro. Em contrapartida, a categoria de bens duráveis cresceu 10,5% nesse indicador mês/mês anterior. Esse resultado decorreu, principalmente, da recuperação da indústria automobilística no primeiro bimestre de 2009. As informações da Associação Nacional dos Fabricantes

de Veículos Automotores (Anfavea) dão conta de uma produção total de 201,6 mil veículos em fevereiro de 2009 – incremento de 9,2% em relação a janeiro. A redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) para a indústria automobilística foi decisiva para esse desempenho.

Apesar dos resultados positivos nos dois primeiros meses do ano, a indústria decresceu 17% em fevereiro na comparação com fevereiro do ano anterior. A análise por categoria de uso, todos os setores registraram retração nesse indicador, com destaque para os segmentos de bens de capital (-24,4%) e bens de consumo duráveis (-24,3%), que apresentaram um recuo bem acima da média geral (-17%). Vale destacar que esses setores eram os principais responsáveis pela expansão da indústria brasileira antes da intensificação da crise econômica mundial em setembro de 2008.

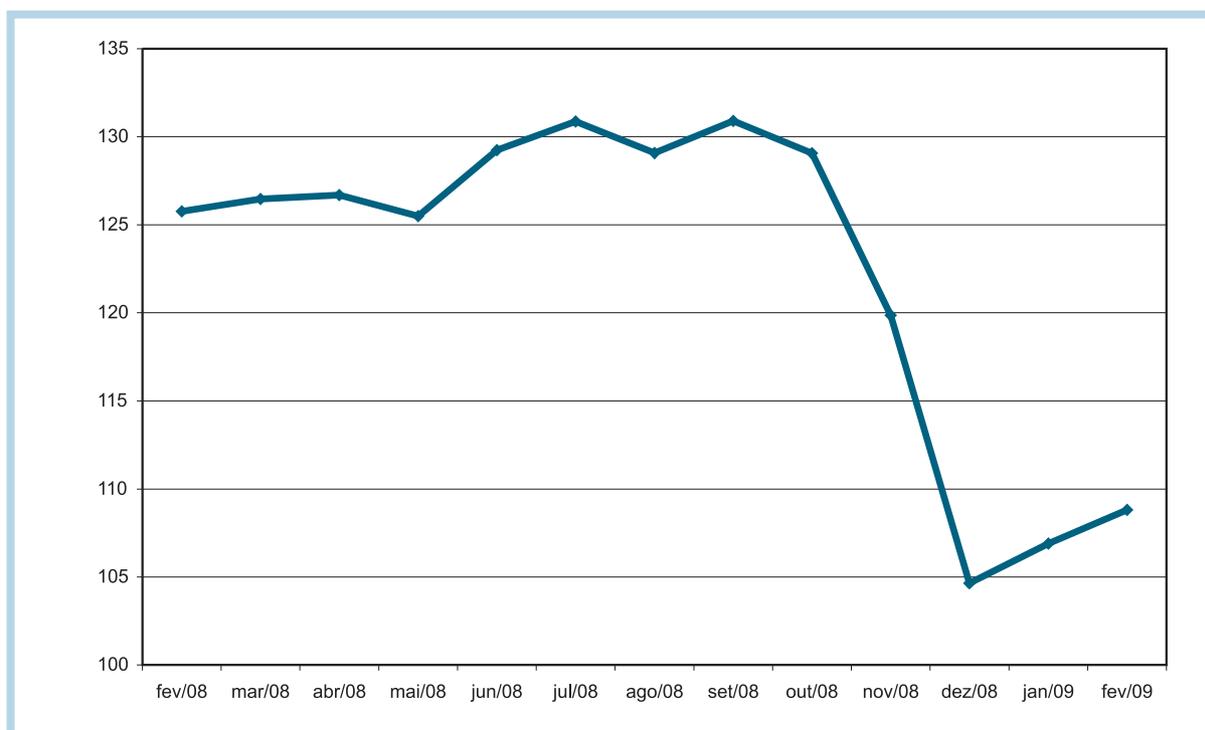


Gráfico 8 – Produção Industrial – Fev./08 a Fev./2009 – Mês/Mês Anterior

Fonte: IBGE, 2009c.

A desaceleração da produção de bens de capital atinge todos os segmentos desse setor, em particular os ramos de bens de capital para construção (-70,2%) e bens de capital peças agrícolas (-57,5%) (Gráfico 9).

De acordo com a Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos (Abimaq), a indústria de máquinas e equipamentos registrou uma retração de 28,6% em fevereiro comparativamente a fevereiro do ano passado. Esse resultado foi fortemente influenciado pelo recuo de 39% das vendas internas. Já as exportações de bens de capital decresceram 9,8%, reflexo do desaquecimento da economia mundial e da escassez de financiamento interno. Dos onze setores representados pela Abimaq, apenas os ramos de válvulas (10,6%) e bombas e motobombas (0,7%) apresentaram expansão, beneficiados pelas compras da Petrobras. Os maiores recuos foram observados em máquinas têxteis (-54,6%) e máquinas agrícolas (-50,1%) (ABIMAQ, 2009).

O baixo dinamismo das exportações de bens manufaturados nos últimos meses contribuiu substancialmente para o baixo desempenho da produção industrial. De fato, a queda de 34% do valor das vendas internacionais de manufaturas no acumulado de janeiro a fevereiro foi muito mais intensa do que o recuo de 17,2% da produção industrial. Comparativamente a setembro de 2008, o valor das exportações de manufaturas em fevereiro recuou 53,4%. A forte diminuição da demanda externa e a escassez de crédito são grandes responsáveis pela queda da fatia da produção destinada ao mercado internacional.

Conforme o IBGE, os setores com coeficiente exportador acima da média nacional registraram uma queda de 19,1% no primeiro bimestre de 2009. Esse resultado supera o recuo de 15,4% verificado nos setores de baixa intensidade exportadora (Tabela 1).

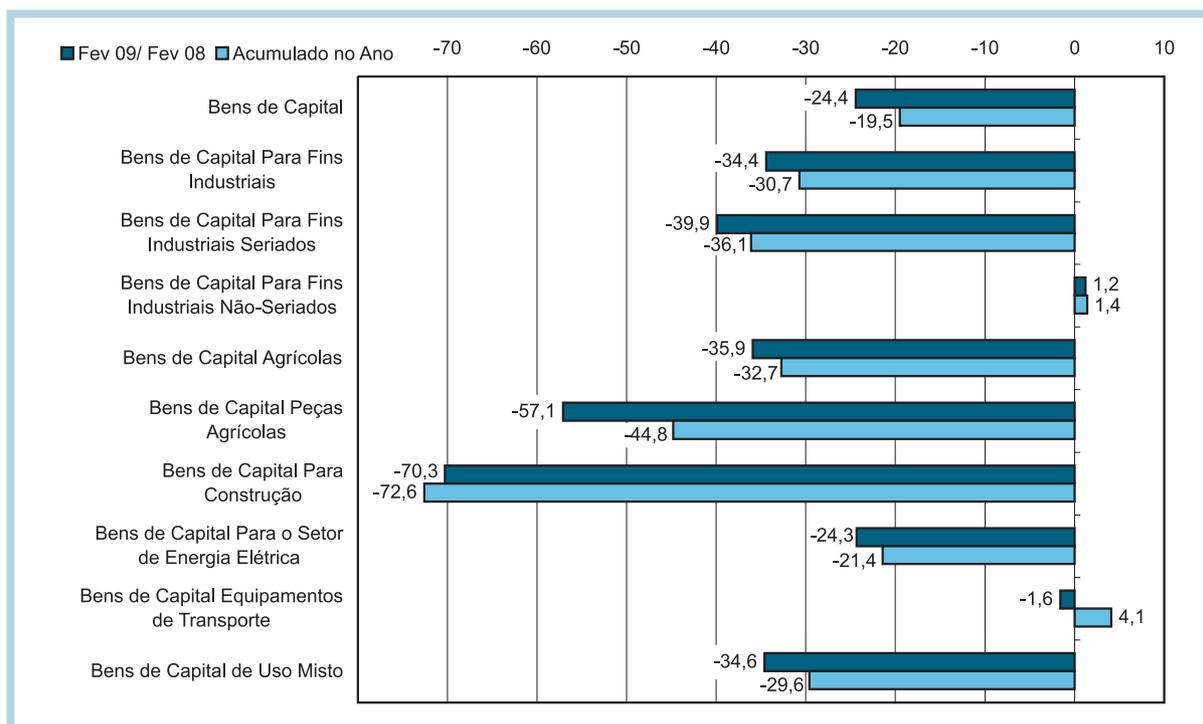


Gráfico 9 – Brasil: Produção Física – Produção de Bens de Capital – Fev./2008 a Fev./2009. Mês/Mesmo Mês do Ano Anterior

Fonte: IEDI, 2009b.

Tabela 1 – Brasil – Índice Especial por Intensidade Exportadora Fevereiro/2009

Setores por Intensidade Exportadora	Mensal (1)			Acumulado (2)			Últimos 12 Meses (3)		
	Dez	Jan	Fev	jan/08-dez/08	jan/08-jan/09	jan/08-fev/09	até Dez	até Jan	até Fev
Alta Intensidade Exportadora*	81,7	81,22	80,69	105,21	81,22	80,96	105,21	102,79	100,26
Baixa Intensidade Exportadora**	87,48	84,15	85,07	101,77	84,15	84,6	101,77	99,93	98,22

Fonte: IBGE, 2009c.

1 – Base: Mesmo mês do ano anterior = 100

2 – Base: Mesmo período do ano anterior = 100

3 – Base: Últimos 12 meses anteriores = 100

* Engloba os setores de Alta e Média-Alta (coeficiente exportador acima da média nacional)

** Engloba os setores de Média-Baixa e Baixa (coeficiente exportador abaixo da média nacional)

Chama a atenção também o fraco desempenho das exportações dos setores de Alta¹ e Média-Alta tecnologia² no início de 2009. Vale destacar que esse dois segmentos já registraram déficits significativos em 2008, apesar do incremento das exportações (IEDI, 2009c).

No ramo de alta tecnologia, o valor das vendas externas da indústria de material de escritório e informática recuou 24,3% no primeiro bimestre, enquanto a produção caiu 25,8%. Já a indústria de equipamentos médico-hospitalares registrou uma queda de 20,1% nas exportações e de 11,8% na produção industrial. Na faixa de média tecnologia, o destaque foi a indústria automobilística que apresentou um recuo de 50,6% no acumulado dos dois primeiros meses do ano, bem superior à diminuição de 32,1% da atividade industrial.

De acordo com a Fundação Getúlio Vargas, o Nível de Utilização da Capacidade Instalada (Nuci) atingiu 77% em março de 2009, o menor índice desde 1995. Esse quadro reflete não somente a desaceleração da produção industrial desde outubro de 2008, como também a realização de investimentos na modernização e ampliação da capacidade produtiva no período anterior à intensificação da crise (Gráfico 10).

A retração da produção industrial foi acompanhada também de uma queda de 6,4% da produtividade no último trimestre de 2008, reflexo da retração da liquidez internacional, afetando o dinamismo do mercado interno e do movimento de correção dos preços das *commodities* no mercado internacional. Apesar do decréscimo no último trimestre, o crescimento da produtividade de 1,2% em 2008 foi acompanhado de expansão da produção industrial (3,1%), do pessoal ocupado (2,1%) e das horas pagas (1,9%).

A queda do Nuci foi, em grande parte, influenciada pelo setor produtor de bens de capital (74,1%). Vale mencionar que em setembro de 2008 essa categoria de uso registrava Nuci correspondente a 89,2% – o segundo maior entre os setores da indústria de transformação. Essa retração reflete o recuo que vem ocorrendo nos investimentos diante do clima de incerteza provocado pela crise mundial.

A capacidade instalada da construção civil segue registrando forte desaceleração, caindo de 92,2% em setembro de 2008 para 77,6% em março de 2009. Visando reativar o ritmo de produção do setor, o governo resolveu isentar ou reduzir o IPI de vários itens de material de construção,

1 Aeronáutica e aeroespacial, Farmacêutica, Material de escritório e informática, Equipamentos de rádio, TV e comunicação, Aparelhos e instrumentos médico-hospitalares, de ótica e de precisão.

2 Máquinas e aparelhos elétricos, Veículos automotores, reboques e semirreboques, produtos químicos, excluídos farmacêuticos, Equipamentos para ferrovia e material de transporte, Máquinas e aparelhos mecânicos.

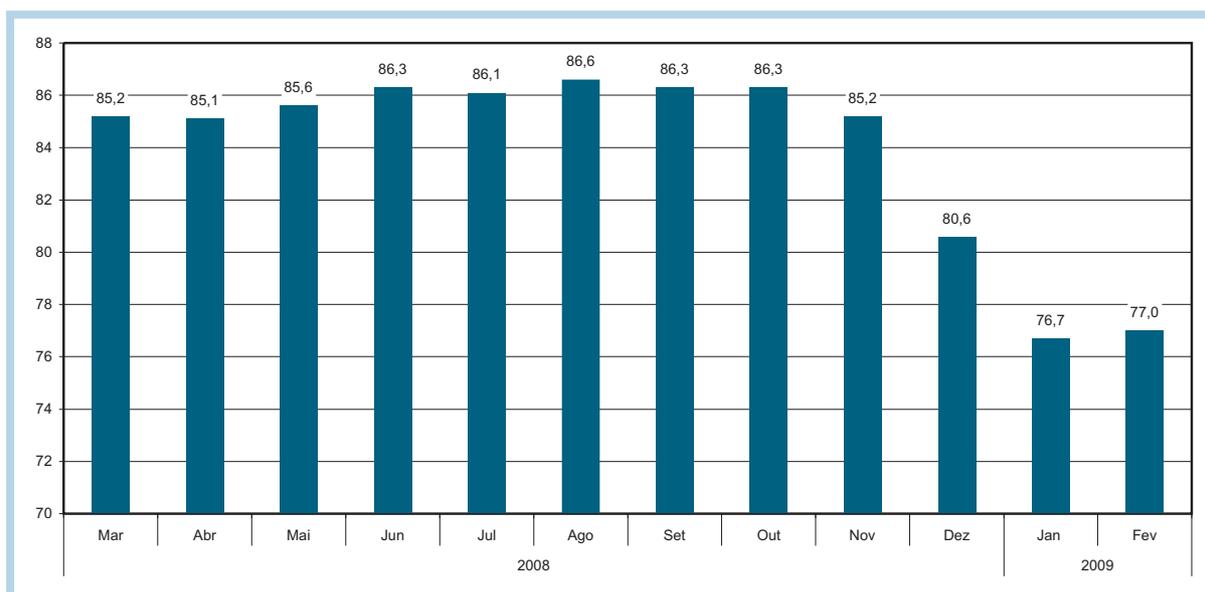


Gráfico 10 – Brasil: Nível de Utilização da Capacidade Instalada com Ajuste Sazonal (%). Mar./2008 a Fev./2009

Fonte: FGV. 2009.

beneficiando a cadeia produtiva da construção civil como um todo, em particular o varejo e os pequenos construtores. Outra medida que favorece o segmento é a diminuição do Regime Especial de Tributação da Construção Civil (RET), de 7% para 6%. Já para os empreendimentos populares, o imposto será de apenas 1%. Esse tributo garante a proteção do consumidor em caso de falência da construtora.

Já o segmento de bens de consumo duráveis vem recuperando seu grau de utilização da capacidade, reflexo, sobretudo, do aumento do Nuci no segmento de material de transporte, beneficiado pela redução do IPI. Essa categoria de uso também será favorecida pela decisão do governo, em 18.04.2009, de reduzir o IPI por três meses para quatro produtos da indústria de eletrodomésticos da linha branca, o que representará uma renúncia fiscal da ordem de R\$ 173 milhões³ (Tabela 2).

Em resumo, os resultados da produção industrial de fevereiro evidenciam retração em todas as categorias de uso no indicador mês/mesmo mês do ano anterior. Essa contração atingiu 23 dos 27 ramos investigados, com expressivos decréscimos nos segmentos de veículos automotores (-29,8%), máquinas e equipamentos (-32,2%), outros produtos químicos (-22,3%), aparelhos eletrônicos e de comunicações (-44,4%) e indústria extrativa (-18,8%).

Já na comparação com o mês anterior, constata-se uma recuperação da indústria nos primeiros meses do ano, em particular no setor de bens duráveis, reflexo, principalmente, das políticas contracíclicas adotadas pelo governo, como isenção fiscal e expansão do crédito público. Esse desempenho, contudo, não foi suficiente para a recuperação da economia após a forte desaceleração observada no último trimestre de 2008.

3 O governo reduziu de 5% para 0% a alíquota do IPI sobre fogões, de 15% para 5% sobre geladeiras, de 20% para 10% sobre máquinas de lavar e de 10% para 0% sobre tanquinhos.

Tabela 2 – Renúncias Fiscais Realizadas em 2009

Veículos, Carros e Caminhões	R\$ 1,08 bilhão
Motocicletas	R\$ 70 milhões
Construção Civil	R\$ 257 milhões
RET (Regime Especial de Tributação)	R\$ 238 milhões
Desonerações Totais	R\$ 1,675 bilhão

Fonte: Brasil, 2009c.

3.2.1 - Produção Industrial do Nordeste

Em fevereiro de 2009, a produção industrial do Nordeste assinalou expansão de 4,1% sobre o mês anterior, após ter registrado crescimento de 1,1% em janeiro em relação a dezembro de 2008.

Em contrapartida, a indústria nordestina apresentou recuo de 12,1% no indicador mensal (mês/mesmo mês do ano anterior), resultado inferior à média nacional. Vale destacar que a região vem refletindo com menor intensidade o impacto do agravamento da crise financeira internacional. Isso se explica, principalmente, pela pequena participação dos segmentos de bens de capital e bens de consumo duráveis na composição da matriz industrial nordestina. São justamente as duas categorias de uso que apresentam as menores taxas de crescimento nos últimos três meses.

De fato, a indústria de transformação nordestina caracteriza-se pelo seu perfil mais concentrado em segmentos produtores de bens intermediários, com preços determinados no mercado internacional, e bens de consumo semiduráveis e não-duráveis.

A significativa queda da produção industrial deve-se aos resultados negativos registrados em dez dos onze setores investigados. Os piores desempenhos foram observados em máquinas, aparelhos e materiais elétricos (-43,3%) produtos químicos (-22,8%) e metalurgia básica (-28,4%). Apenas a indústria de minerais não-metálicos elevou a produção (Gráfico 11).

O baixo desempenho da indústria química nordestina segue a tendência nacional. De acordo com o Relatório de Acompanhamento Conjuntural da Associação Brasileira da Indústria Química (ABIQUIM, 2009), no segmento de produtos químicos de uso industrial a baixa foi de 19,8% na produção e 31% nas vendas do primeiro bimestre de 2009 na comparação com o mesmo período de 2008. Diante do cenário de escassez de crédito, as empresas consultadas pela Abiquim estão procurando reduzir estoques, visando à geração de caixa. Ademais, uma parte das empresas está adiando seus investimentos em decorrência da contração da demanda e da instabilidade da taxa de câmbio. O expressivo recuo de 17,8% nos preços internacionais, no acumulado dos dois primeiros meses do ano, também contribui para desempenho insatisfatório do setor.

Por outro lado, a recuperação da atividade industrial de alguns segmentos compradores de produtos químicos, como a indústria automobilística e a construção civil, pode melhorar o cenário para os próximos meses.

Com forte presença na região Nordeste, o segmento celulose, papel e produtos de papel também apresentou retração na produção dos últimos meses, devido à trajetória de queda do preço da celulose no mercado internacional, iniciada em setembro de 2008. As perdas substanciais em

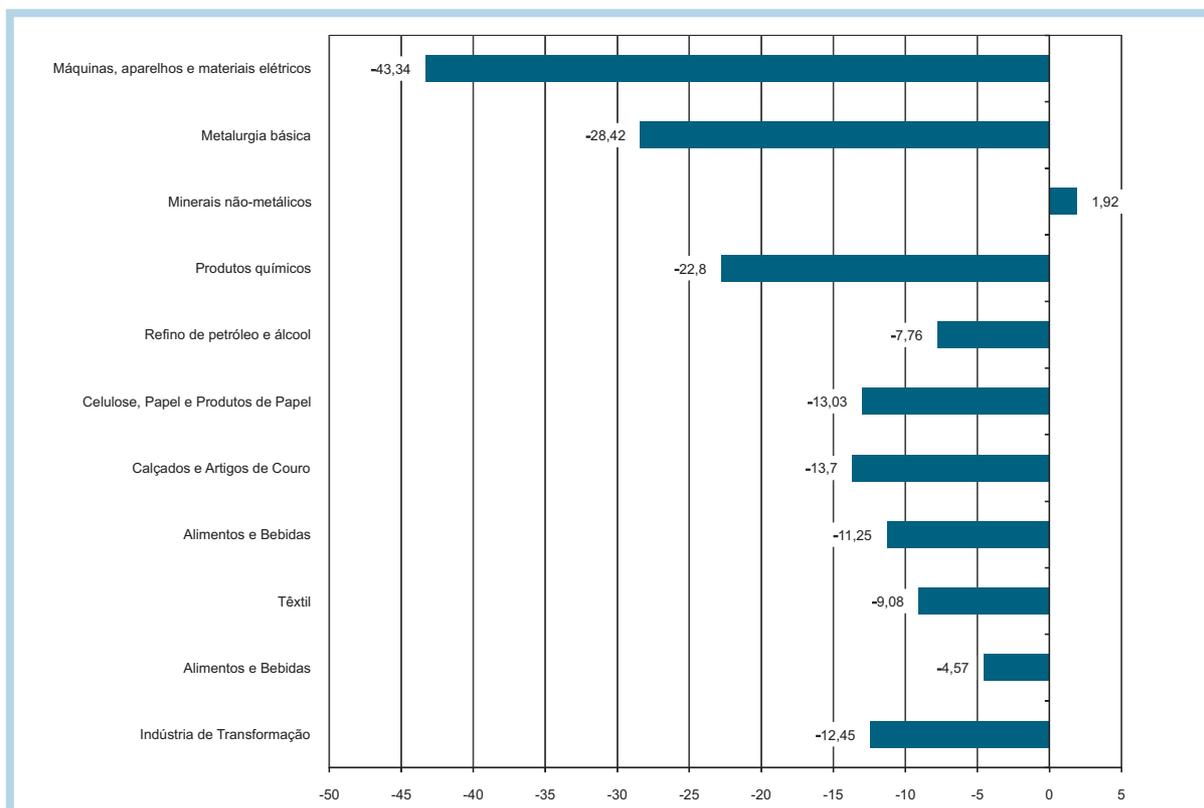


Gráfico 11 – Nordeste: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)
 Fonte: IBGE, 2009c.

operações com derivativos de empresas importantes do setor contribuíram para esse ajuste na produção (Gráfico 12).

Entretanto, em entrevista à Agência Estado, o diretor-presidente da Suzano Papel e Celulose destacou o aumento da demanda de celulose de

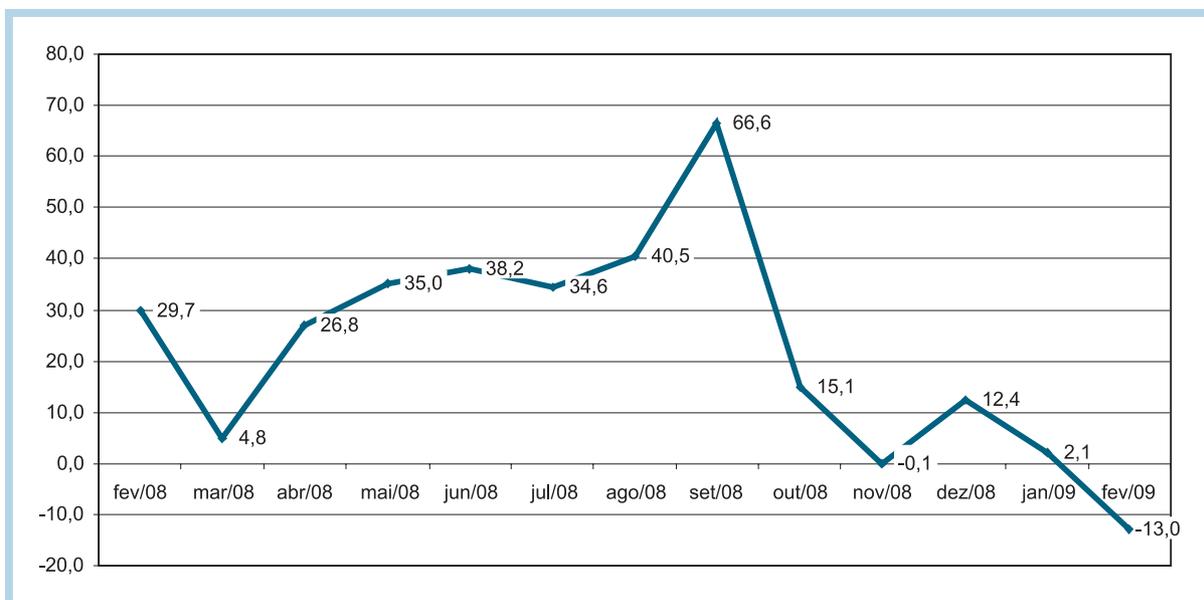


Gráfico 12 – Nordeste – Desempenho da Produção Industrial de Papel e Celulose – Fev./2008 – Fev./2009. Indicador Mensal

Fonte: IBGE, 2009c.

eucalipto, principalmente da China, como um sinal positivo de recuperação do mercado mundial de celulose. Vale destacar que esse tipo de celulose é especialidade das empresas brasileiras. O crescimento das compras chinesas deve-se ao baixo nível de estoques e à possibilidade de retomada da trajetória de alta dos preços (GLOBAL, 2009a).

Ademais, o significativo declínio da produção no hemisfério Norte, assim como a retomada da oferta de seguros de crédito à exportação, são considerados indicadores positivos para o setor. Vale destacar que mesmo antes da crise já se observava a transferência de plantas industriais de países do hemisfério Norte para o hemisfério Sul.

Em relação ao Nordeste, a Suzano decidiu manter os projetos de construção de duas unidades de produção, uma no Piauí e outra no Maranhão. Por outro lado, a expansão da fábrica de Mucuri (BA) foi adiada. Já a Aracruz e a Votorantim Celulose e Papel decidiram adiar seus projetos de investimentos em novas unidades. Vale mencionar que a Ara-

cruz sofreu prejuízo de R\$ 4,1 bilhões no exercício de 2008, depois de auferir lucro de R\$ 1 bilhão em 2007. Somente no quarto trimestre de 2008 os prejuízos da Aracruz somaram R\$ 2,9 bilhões.

O segmento alimentos e bebidas, que vinha sendo amplamente beneficiado pelo dinamismo do mercado interno da região, apresentou variação negativa de 4,6% em fevereiro no indicador mensal – a terceira queda consecutiva nessa base de comparação.

Esse desempenho vem sendo afetado, sobretudo, pelos resultados negativos do mercado de trabalho, em particular o emprego industrial. Em fevereiro de 2009, observa-se um recuo de 2,1% no pessoal ocupado assalariado, na comparação com fevereiro de 2008. Apenas sete dos dezoito segmentos investigados registraram variação positiva no emprego (Gráfico 13).

Nos segmentos mais absorvedores de mão-de-obra, as indústrias têxtil e de vestuário do Nordeste, houve queda na produção industrial

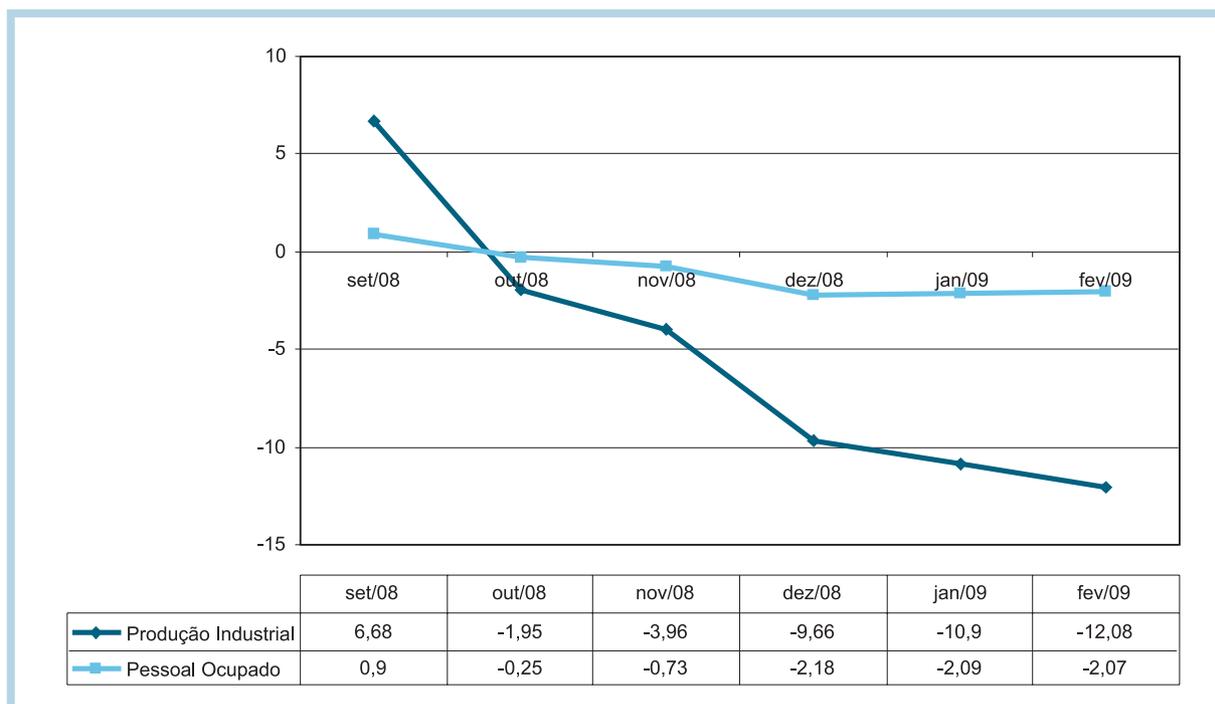


Gráfico 13 – Nordeste. Desempenho da Produção Industrial e do Pessoal Ocupado Assalariado em Relação ao Mesmo Período do Ano Anterior – Setembro de 2008 a Fevereiro de 2009

Fonte: IBGE, 2009c.

de, respectivamente, 9,1% e 11,3% no indicador mensal. Esse fraco desempenho repercutiu na geração de emprego nessas atividades, com recuo de 8,3% no pessoal assalariado do ramo têxtil e modesto crescimento de 1,3% no ramo de vestuário (Gráfico 14).

A queda das exportações direcionadas para a Argentina certamente vem influenciando o resultado desses segmentos. As vendas de produtos têxteis e de vestuário nordestinos para aquele país reduziram-se significativamente no primeiro bimestre, seguindo a tendência nacional.

De fato, a indústria têxtil e de confecção brasileira exportou apenas US\$ 39 milhões para a Argentina no primeiro bimestre de 2009, correspondente a menos da metade dos US\$ 78,9 milhões exportados no mesmo período do ano anterior, recuo de 50,5%. Esse resultado contribuiu de forma relevante para o déficit de US\$ 313 mi-

lhões (excluídas as fibras de algodão) da balança comercial em toda a cadeia (ABIT, 2009).

A decisão recente do governo argentino de impor entraves à importação de 60 grupos de produtos, incluindo artigos de vestuário, certamente irá agravar o comércio bilateral. As medidas ampliam o regime de licenças não-automáticas de importação, instrumento utilizado para administrar as compras internacionais. Antes, a Argentina já havia incluído outros 60 produtos nesse regime, alguns bastante representativos da pauta de exportações brasileira direcionada para aquele país.

Além disso, o governo argentino intensifica as investigações *antidumping* contra empresas brasileiras. Desde março de 2008, a empresa brasileira Paramount, maior exportadora de fios têxteis para o país vizinho, é investigada por suspeita de prática de *dumping*, sendo obrigada a fechar um acordo que eleva seus preços mínimos de exportação.

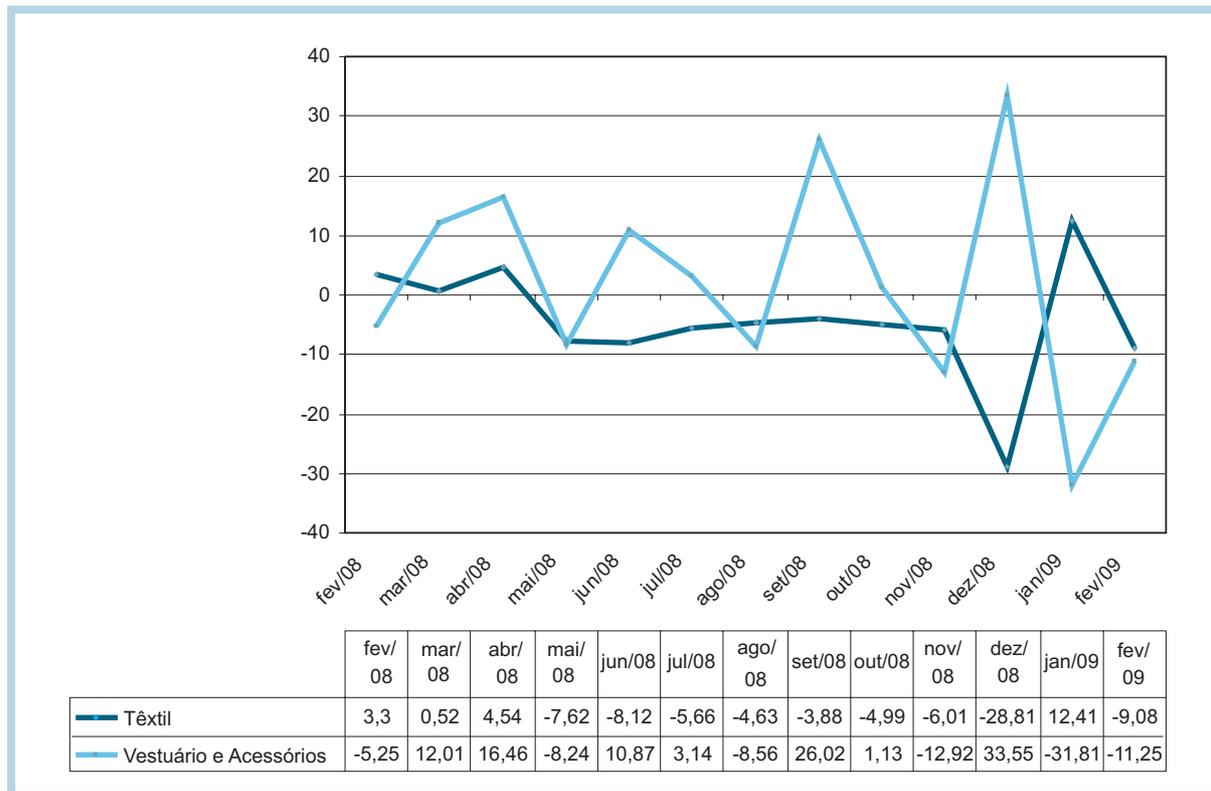


Gráfico 14 – Nordeste – Desempenho da Produção Industrial das Indústrias Têxtil e de Vestuário – Fevereiro de 2008 a Fevereiro de 2009. Indicador Mensal

Fonte: IBGEa, 2009c.

As importações do segmento de vestuário registraram o expressivo incremento de 42,6% no primeiro bimestre, decorrente da chegada de grandes encomendas realizadas ainda na fase pré-crise. Ademais, o redirecionamento de produtos chineses que eram exportados para a Europa e os Estados Unidos também contribuiu para o aumento das compras internacionais no início do ano. Vale destacar que a participação das importações provenientes da China supera 70% do volume importado de roupas nesse período. Para os próximos meses, a tendência é de recuo das compras externas de vestuário, devido à crise econômica e à apreciação cambial (FUNCEX, 2009c).

Já no setor de calçados, a produção diminuiu 13,7%, a quinta retração consecutiva nessa base de comparação. O ajuste do setor exportador, que vem registrando quedas consecutivas desde setembro de 2008, explica esse desempenho declinante. A retração da demanda internacional pelo produto e a instabilidade cambial foram as principais responsáveis pelo declínio das exportações (Gráfico 15).

O impacto da desaceleração da produção e das vendas internacionais no emprego do seg-

mento já começa a produzir efeitos. Em fevereiro de 2009, a indústria de calçados teve diminuição de 2,6% no emprego, na comparação com fevereiro de 2008. No plano nacional, é também significativo o recuo das vendas internacionais. As exportações do país no primeiro trimestre de 2009 foram de 40,7 milhões de pares, 14 milhões a menos do que no mesmo período de 2008. Por outro lado, a apreciação do dólar não afetou de forma significativa as importações de calçados, que alcançaram 13,1 milhões de pares no primeiro trimestre do ano. Isso se deve ao direcionamento da vendas internacionais de empresas de calçados instaladas na China para alguns mercados emergentes, como o brasileiro, devido à retração da demanda das economias centrais. Ademais, diante da possibilidade de o governo brasileiro adotar medidas *antidumping* contra os produtos provenientes da China, os importadores estão formando estoques preventivos. Os números da produção e do emprego industrial no Nordeste contrastam com o desempenho do comércio. De fato, o comércio varejista na região continua registrando desempenho positivo, com oito dos nove estados apresentando incremento proporcionalmente superior à média nacional no

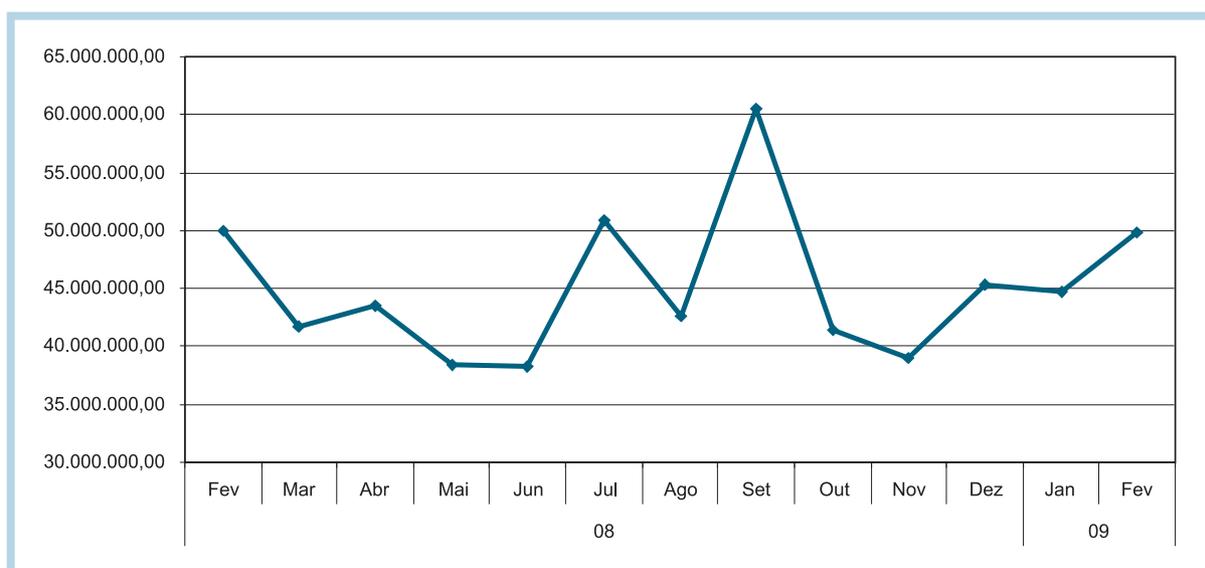


Gráfico 15 – Nordeste – Exportação de Calçados e Artigos de Couro – fevereiro de 2008 a fevereiro de 2009 – US\$ FOB

Fonte: Brasil, 2009d.

primeiro bimestre de 2009, na comparação com o mesmo período do ano anterior. A manutenção de taxas positivas de crescimento no varejo reflete, sobretudo, os programas de transferência de renda e a política de valorização do salário mínimo, fatores decisivos para elevar o poder aquisitivo da população nordestina e reduzir seus níveis de pobreza. Ademais, no momento de crise esses programas atuam de forma contracíclica, reduzindo o impacto negativo da queda do emprego formal na região (Gráfico 16).

Diante desse cenário positivo do comércio, a rede de supermercados Wal-Mart pretende investir R\$ 450 milhões na abertura de 30 lojas no Nordeste em 2009. De acordo com o presidente da rede, Hector Núñez, a prioridade será a marca Todo Dia, voltada para o público de baixa renda. As intervenções na região fazem parte de um plano de investimentos que prevê aplicação de R\$ 1,6 bilhão no Brasil ainda no corrente ano (GLOBAL, 2009b).

Ceará, Pernambuco e Bahia

Dos estados nordestinos investigados, o Ceará teve expansão de 0,6% na atividade industrial em

fevereiro na comparação com o mês anterior, após apresentar desempenho negativo nos três meses anteriores. Já no indicador mensal, a indústria cearense registrou taxa negativa de 10,5%, abaixo da média nacional. Esse resultado negativo decorreu da queda de cinco das dez atividades. Os maiores decréscimos ocorreram em alimentos e bebidas (-19,5%), calçados e artigos de couro (-14,2%). Vale destacar que esse dois ramos foram responsáveis por 44,6% do Valor da Transformação Industrial (VTI) do Ceará em 2006. Em contrapartida, as contribuições positivas vieram, principalmente, de refino de petróleo e produção de álcool (58%) e minerais não metálicos (6,3%) (Gráfico 17).

A fraca *performance* do setor de alimentos e bebidas resultou, sobretudo, do recuo da produção e exportação de castanha de caju. Ademais, constatou-se também uma queda importante na produção de biscoitos, refletindo o desaquecimento da demanda interna. Vale destacar que a fabricação de biscoitos e massas está inserida no segmento de gêneros de primeira necessidade, sem exigência de crédito para aquisição e com vendas concentradas no mercado interno. Ademais, apesar da valorização do dólar, esse setor

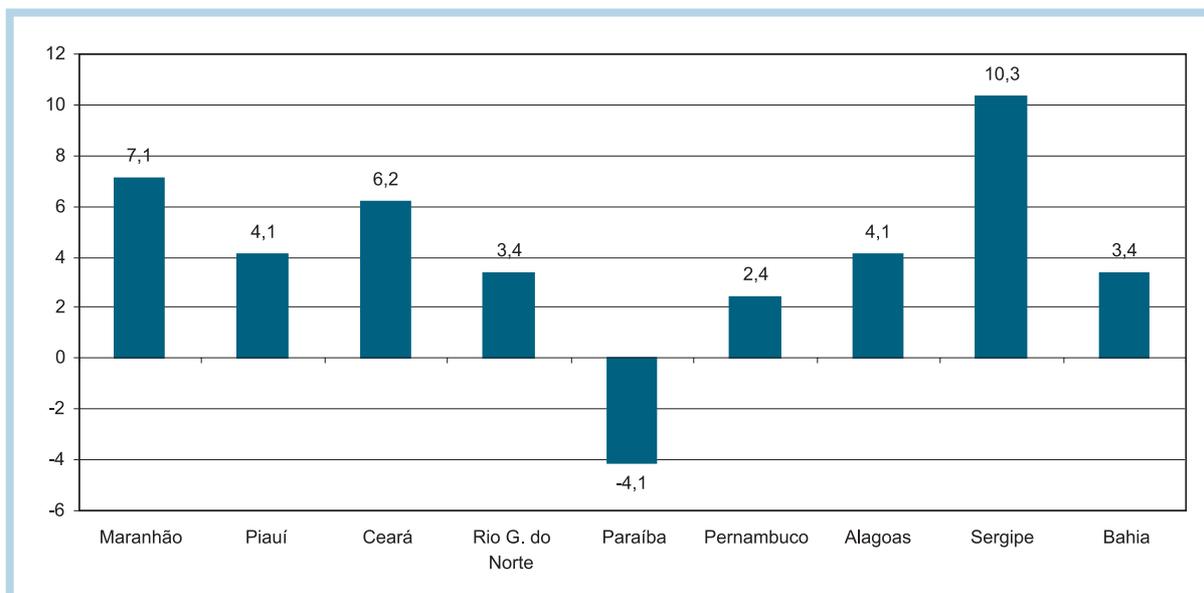


Gráfico 16 – Nordeste – Volume de Vendas do Comércio Varejista no Acumulado do Ano – Por Estado – Acumulado do Primeiro Bimestre

Fonte: IBGE, 2009c.

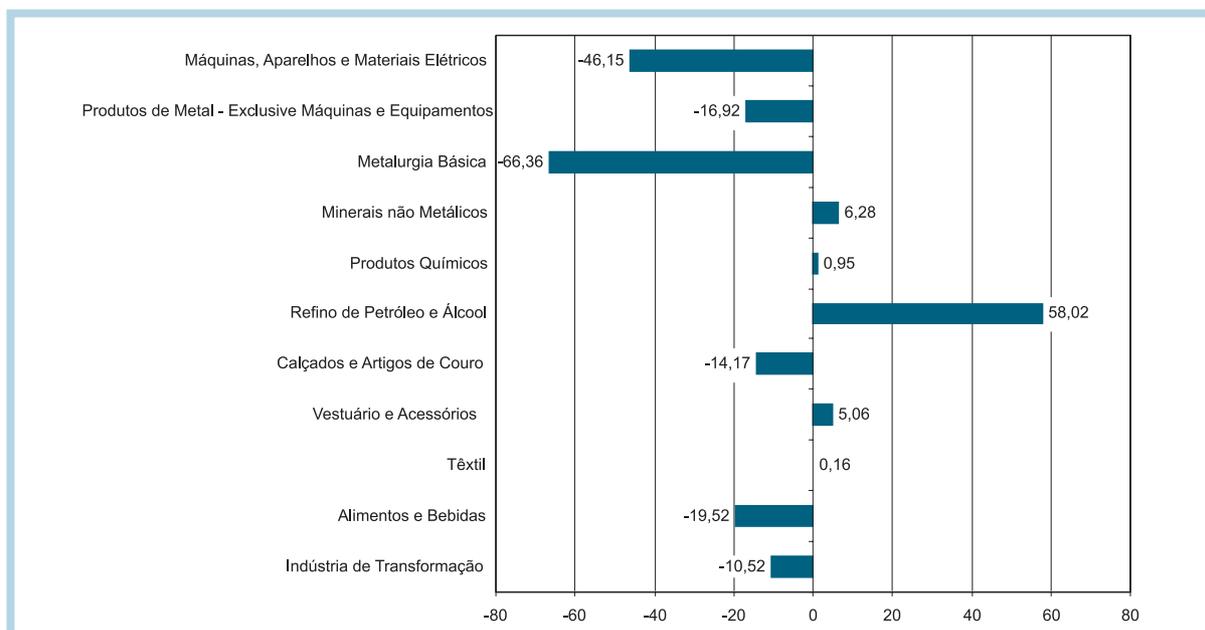


Gráfico 17 – Ceará: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)

Fonte: IBGE, 2009c.

tem conseguido repor os estoques de matérias-primas com custos inferiores, devido à queda nos preços das *commodities* (trigo e óleo vegetal).

A retração da indústria de calçados e couros decorreu, sobretudo, da diminuição na produção de couros, com forte presença no estado. Em fevereiro de 2009, o valor exportado pelo Ceará alcançou US\$ 8,1 milhões, ou seja, pouco mais da metade dos US\$ 14,4 milhões exportados em fevereiro de 2008 – decréscimo de 43,8%. Em janeiro, as vendas internacionais já haviam caído 52,3% nessa mesma base de comparação. Ainda assim, o Ceará foi o terceiro maior exportador de couro no primeiro bimestre, com 10,67% do total, atrás apenas de São Paulo (25,88%) e Rio Grande do Sul (25,17%).

No plano nacional, as vendas internacionais de couro caíram 59% no primeiro bimestre, de acordo com o Centro das Indústrias de Curtumes do Brasil (CICB). O cenário internacional adverso e problemas internos relativos à falta de capital de giro e taxas de juros elevadas são apontados como determinantes para o atual desempenho. Agregando cerca de 800 empresas do setor

de produção e processamento de couro, o CICB reivindica, entre outras medidas para reativar o segmento, a criação de linhas de financiamento para capital de giro e a agilização nos ressarcimentos de créditos retidos nas exportações (EXPORTAÇÃO..., 2009).

Por outro lado, a produção de calçados sintéticos continua elevada no Ceará, como reflexo da recuperação da demanda internacional nos últimos meses (Gráfico 18).

Já as principais contribuições positivas vieram de refino de petróleo e produção de álcool (58%), minerais não-metálicos (6,3%) e vestuários e acessórios (5%). Diante das dificuldades de exportação, devido ao protecionismo de alguns países, da recessão mundial e da forte concorrência de produtos asiáticos, em particular da China, passa a ser uma estratégia crucial para o fortalecimento da indústria de vestuário cearense o processo de modernização tecnológica em curso.

Em 15 anos, esse segmento praticamente quadruplicou o valor agregado de suas exportações. Em 2008, o valor médio desse produto elaborado no Ceará, descontados os insumos utilizados na

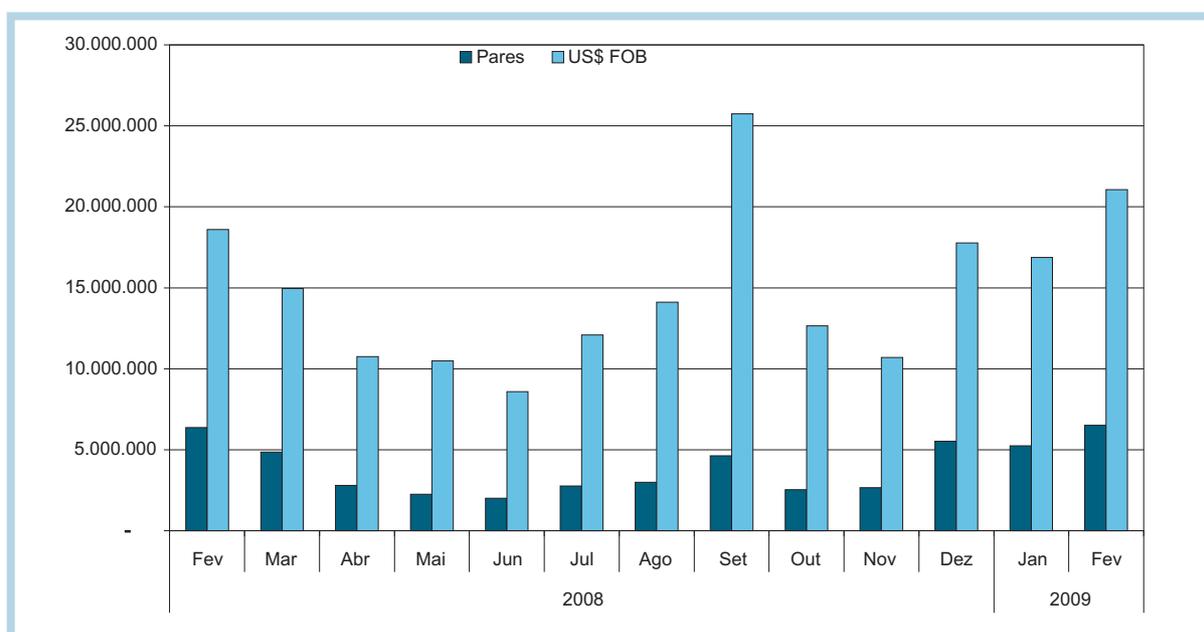


Gráfico 18 – Ceará: Exportação de Calçados Sintéticos – Fevereiro de 2008 a Fevereiro de 2009

Fonte: Brasil, 2009d.

produção, alcançou US\$ 47,5 por quilo, superior à média nacional, de US\$ 34,8 por quilo, ficando atrás apenas do valor médio do produto elaborado no Rio de Janeiro, de US\$ 68 por quilo.

Para incrementar ainda mais a inovação no setor, uma parceria entre o Sindicato da Indústria de Fiação e Tecelagem em Geral do Estado do Ceará (Sinditêxtil-CE) e o Serviço Nacional de Aprendizagem da Indústria (Senai) prevê a construção de um Centro de Tecnologia da Cadeia Têxtil e do Vestuário (CTCTV), que tem como principais objetivos: capacitar anualmente cerca de 1.300 profissionais no segmento têxtil e de confecção do estado; realizar assessorias técnico-tecnológicas para empresas têxteis; e fornecer a infraestrutura tecnológica necessária ao desenvolvimento de produtos e serviços técnicos e tecnológicos (ABIT, 2009).

Panorama baiano

A indústria baiana cresceu 13,7% em fevereiro em relação ao mês anterior. Esse desempenho, no entanto, não foi suficiente para reverter a perda acumulada de 20,6% entre agosto de 2008 e janeiro de 2009.

Por outro lado, no indicador mês/mesmo mês do ano anterior, a atividade industrial do estado caiu 10% – o quinto decréscimo consecutivo nessa base de comparação. Cinco dos nove setores analisados foram responsáveis por esse resultado negativo em fevereiro, com ênfase para metalurgia básica (-24,6%) produtos químicos (-21,8%) e refino de petróleo e produção de álcool (-7,5%). Os dois últimos respondem por 60,8% do VTI da indústria de transformação baiana (Gráfico 19).

A desaceleração das exportações foi determinante para esse desempenho. As informações da Secex revelam uma queda expressiva do valor das vendas internacionais no primeiro bimestre de segmentos com presença relevante na atividade industrial baiana, com destaque para produtos químicos (-52,4%) e combustíveis e lubrificantes (-74,5%).

O decréscimo da produção de produtos químicos reflete o desaquecimento da demanda interna e das exportações. A Millennium Inorganic Chemicals, empresa do ramo petroquímico que possui uma unidade de produção em Camaçari, anunciou uma retração média de 50% de suas vendas entre

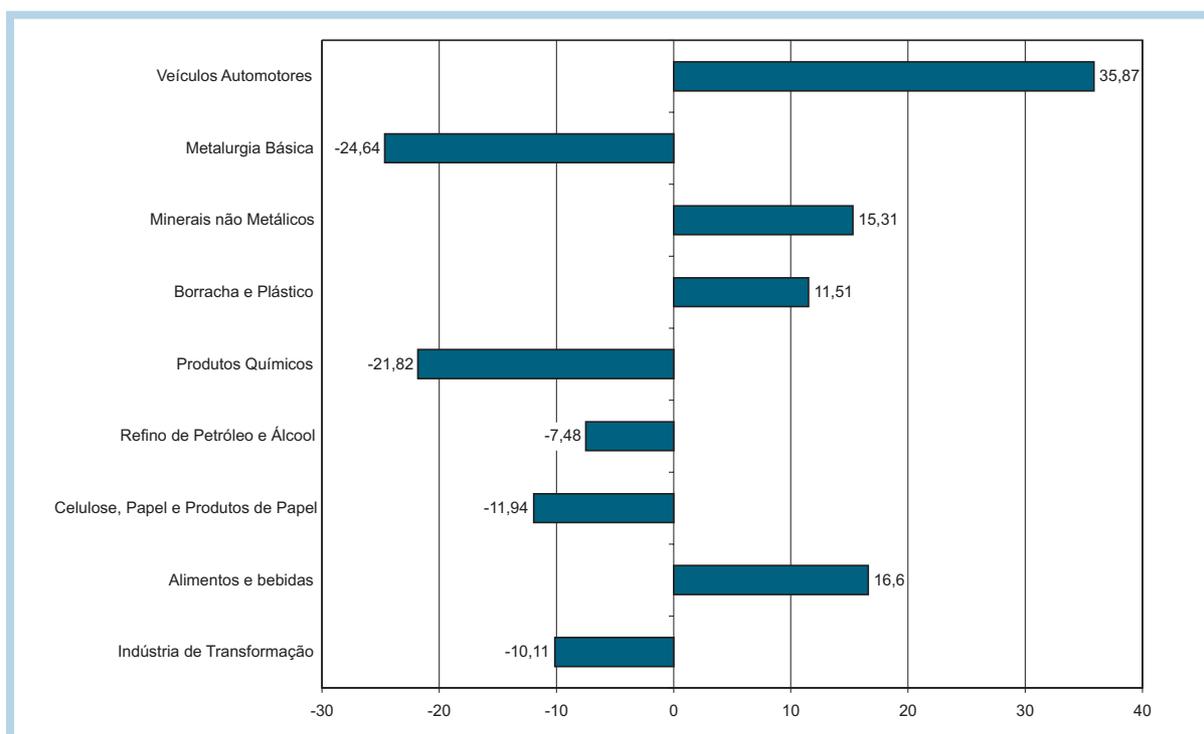


Gráfico 19 – Bahia: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)
 Fonte: IBGE, 2009c.

setembro de 2008 e fevereiro de 2009. A adaptação à crise econômica internacional já implicou a demissão de 1.200 funcionários nas suas unidades de produção localizadas nos Estados Unidos, Austrália e Inglaterra (FIEB, 2009).

Por categoria de uso, o setor de bens intermediários, com maior presença na matriz industrial baiana, assinalou uma diminuição de 22,9% nas exportações no primeiro bimestre de 2009. Enquanto isso, a categoria de bens de consumo duráveis registrou uma retração de 52,8%, devido, sobretudo, ao recuo das exportações da indústria automobilística (Gráfico 20).

Quadro em Pernambuco

A indústria pernambucana apresentou, em fevereiro, decréscimo de 5,6% no indicador mês/mês imediatamente anterior, após crescimento de 5,8% em janeiro. Já no indicador mensal, verificou-se um recuo de 17,5%, situando-se acima da média nacional. É a pior taxa desde janeiro de 2000 (-19,5%). Todos os segmentos analisados assina-

laram retração, com ênfase em metalurgia básica (-50,8%), alimentos e bebidas (-7,9%) e produtos químicos (-22%). Vale destacar que somente o setor de alimentos e bebidas era responsável por 43,6% do VTI da indústria manufatureira pernambucana em 2006 (Gráfico 21).

O fraco dinamismo da atividade industrial também é confirmado pelo Estudo de Indicadores Industriais do Estado de Pernambuco. De acordo com esse trabalho, as vendas realizadas pela indústria de transformação tiveram recuo de 8,3% em fevereiro, na comparação com o mês anterior. Entre os segmentos com maior retração, destacam-se os de alimentos e bebidas (-11%) e artigos de borracha e plástico (-17,9%), com significativa participação na estrutura industrial do estado (Tabela 3).

A publicação também constatou uma diminuição de 9,5% do valor destinado à compra de insumos e matérias-primas pela indústria em fevereiro de 2009, no indicador mês/mês imediatamente

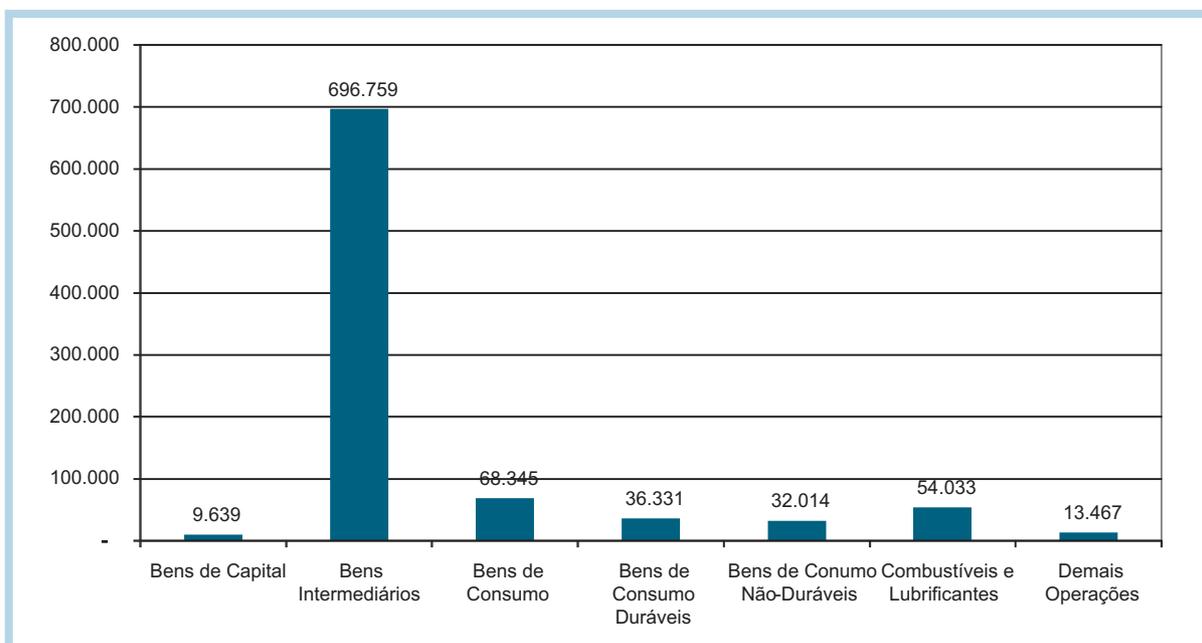


Gráfico 20 – Bahia: Exportações por Categoria de Uso – Acumulado do 1º Bimestre de 2009
 Fonte: SECEX, 2009. Elaboração: FIEB.

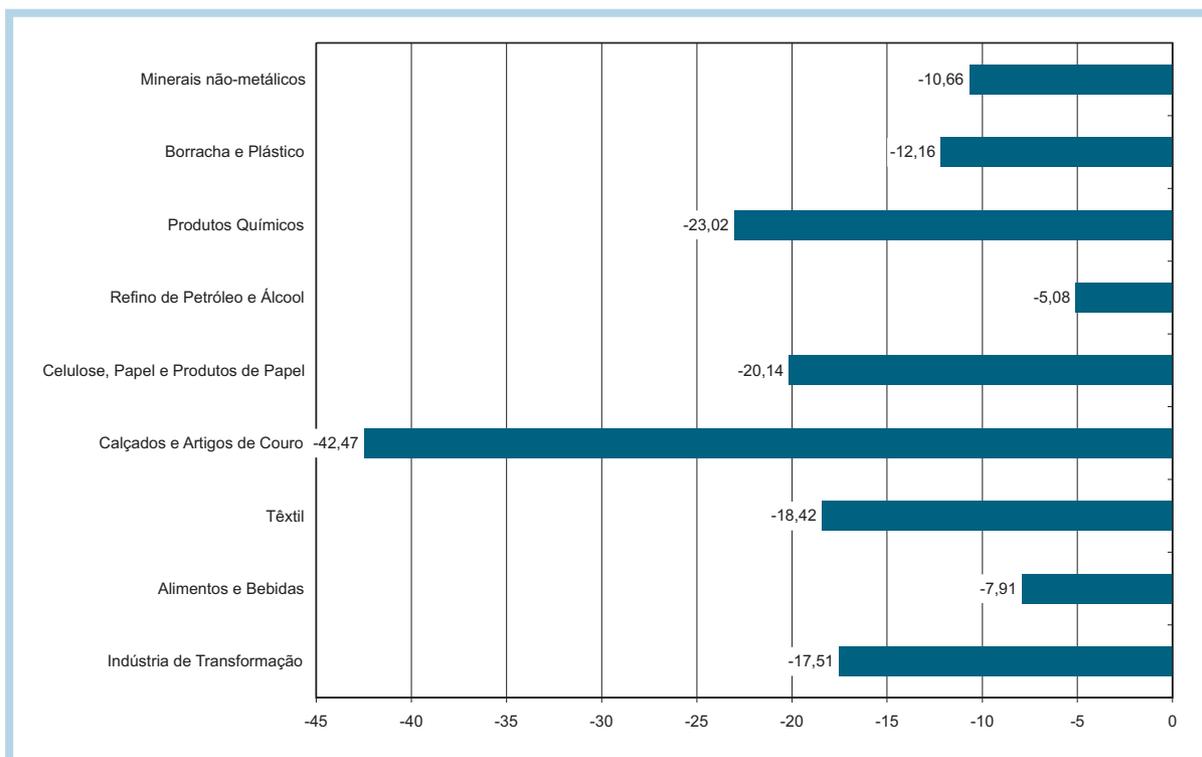


Gráfico 21 – Pernambuco: Classes e Gêneros da Indústria de Transformação. Indicador Mensal (%)
 Fonte: IBGE, 2009c.

anterior. No indicador mensal, a retração foi ainda mais significativa, chegando a 37,2%. Todos

os 14 segmentos investigados registraram recuo nas compras de insumos e matérias-primas.

Tabela 3 – Pernambuco: Vendas da Indústria de Transformação – Fevereiro de 2009

Setor	Mês Anterior	Igual Mês Ano Anterior	Acumulado no Ano
Alimentos e Bebidas	-16,98	-45,74	-28,7
Produtos Têxteis	-9,99	-31,9	-22,23
Confecções, Artigos do Vestuário e Acessórios	8,07	-22,94	-14,11
Preparação de Couro, Fabricação de Artefatos de Couro e Calçados	10,04	-7,01	-12,85
Celulose, Papel e Produtos de Papel	-10,99	-3,12	-3,16
Coque, Refino Comb. Nuclear, Álcool	*	*	*
Produtos Químicos	0,31	-27,85	-33,23
Artigos Borracha e Plástico	118,58	-3,38	-29,21
Produtos de Minerais Não-Metálicos	-23,39	-11,2	8,66
Metalurgia Básica	3,8	-40,87	-44,88
Produtos Metálicos - Excl. Máquinas	-12,48	-8,19	-13,08
Máquinas e Equipamentos	*	*	*
Máquinas, Aparelhos e Materiais Elétricos	-39,53	-67,17	-47,63
Material Eletrônico e Equipamentos de Comunicação	*	*	*
Indústria de Transformação	-9,47	-37,23	-27,69

Fonte: FIEPE, 2009.

3.3 - Comércio

3.3.1 - Desempenho do Comércio no Brasil

No primeiro bimestre de 2009, o comércio varejista brasileiro apresentou desempenho favorável, com volume de venda e receita nominal expandindo-se em relação ao mesmo período de 2008, segundo dados da Pesquisa Mensal do Comércio (PMC), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Enquanto o volume de vendas cresceu 4,9% em comparação ao primeiro bimestre de 2008, a receita apresentou incremento de 11%.

Fevereiro foi o segundo mês consecutivo sem arrefecimento do desempenho comercial (comparação mês corrente/mês anterior), contrastando com os últimos três meses de 2008, em que houve redução do volume comercializado⁴ e da receita correspondente (IBGE, 2009d). Em fevereiro de 2009, o volume do comércio varejista expandiu-se 1,5% em relação a janeiro, descontados efeitos sazonais, e 3,8% em relação a fevereiro de 2008, enquanto a receita cresceu 1,7% se comparada à

4 Excluindo as atividades veículos e motos, partes e peças e material de construção.

de janeiro e 10,1% em relação à de fevereiro de 2008 (Tabela 4).

A atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo destacou-se por sua significativa participação na composição da taxa do varejo não ampliado (74%) e pelo desempenho acima da média do comércio varejista ampliado, com crescimento de 5,6% no volume de vendas, comparado fevereiro de 2009 a fevereiro de 2008. O comportamento favorável dos preços dos alimentos, particularmente a partir de julho de 2008, contribuiu para o bom desempenho do setor⁵.

Outro segmento em destaque é artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria, com crescimento de 10,4% no volume de vendas e de 15,3% na receita nominal no primeiro bimestre, em relação a mesmo período de 2008. Ao longo de 12 meses, se observados os índices mensais de inflação (IPCA), o subitem produtos farmacêuticos apresentou, a despeito do comportamento volátil no mesmo período, declínio no seu valor mensal, o que pode ter influenciado o comportamento da atividade como um todo. A diversificação na linha de produtos comercializados e a expansão da massa salarial justificam o bom desempenho dessa atividade comercial (IBGE, 2009f).

Tabela 4 – Brasil: Indicadores de Desempenho do Comércio Varejista, segundo Grupos de Atividade PMC – (fev./09)

Atividade	Receita Nominal				Volume de Vendas			
	Taxas de Variação				Taxas de Variação			
	Indicador mês/mês anterior*	Fevereiro	Acumulado		Indicador mês/mês anterior*	Fevereiro	Acumulado	
			Jan.-Fev. /09	12 Meses			Jan.-Fev. /09	12 Meses
COMÉRCIO VAREJISTA	1,7	10,1	11,0	14,2	1,5	3,8	4,9	8,0
1. Combustíveis e lubrificantes	3,6	3,4	4,2	9,6	2,7	0,5	2,2	8,8
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	2,4	14,5	15,5	16,7	2,9	5,6	6,3	5,2
2.1. Super e hipermercados	3,5	14,2	15,2	16,3	2,4	5,4	6,1	4,9
3. Tecidos, vestuários e calçados	-1,3	0,0	1,2	8,6	-1,1	-6,9	-5,7	2,4
4. Móveis e eletrodomésticos	-1,3	-2,7	1,6	9,3	-1,2	-2,1	2,4	12,4
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos e de perfumaria	2,2	17,0	15,3	16,1	1,9	12,0	10,4	12,6
6. Equip. e materiais para escritório, informática e comunicação	5,2	4,1	4,5	15,0	4,0	11,3	13,3	30,5
7. Livros, jornais, revistas e papelaria	-9,9	4,9	16,2	13,5	-9,1	1,9	13,1	11,2
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	4,6	20,0	16,3	19,4	4,3	10,5	7,6	12,7
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	2,4	4,5	5,3	12,7	2,5	1,6	2,2	7,8
9. Veículos e motos, partes e peças	4,4	-4,4	-4,0	9,5	4,6	0,1	-0,1	8,1
10. Material de construção	4,4	-0,7	-0,4	14,8	3,8	-12,8	-12,7	3,7

FONTE: IBGE, 2009e. Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Série com ajuste sazonal.

5 O processo inflacionário que atingiu particularmente o item alimentação em domicílio durante 2008 já se encontra controlado; o índice mensal de abril de 2008 (1,44%) reduziu-se, nesse caso, para 0,15% em março de 2009 (Índice de Preços ao Consumidor Amplo) (IBGE, 2009f).

As restrições surgidas no crédito direcionado à aquisição de veículos foram contrabalançadas pela iniciativa de redução do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), propiciando expansão de 4,6% no volume de vendas da atividade veículos e motos, partes e peças – na comparação fevereiro/janeiro (livre de efeitos sazonais) –, bem como melhor desempenho em março⁶.

Setores conexos à renda e ao mercado de trabalho têm conseguido garantir um bom desempenho, a despeito das flutuações relacionadas ao crédito e às expectativas dos trabalhadores e entidades empresariais (IPEA, 2009).

3.3.2 - Comércio no Nordeste

No primeiro bimestre, cinco estados nordestinos experimentaram crescimento no volume de vendas acima da média brasileira (2,2%): Maranhão (10,8%), Sergipe (9,9%), Piauí (8,7%), Ceará (5,1%) e Alagoas (3,9%) (Tabela 5).

Salvo para a Bahia, Pernambuco e o Ceará, a PMC não fornece dados desagregados por atividade de nos estados nordestinos.

O acréscimo das atividades material de construção e veículos e motos, partes e peças (para compor o índice ampliado), no entanto, proporciona algumas informações específicas. No Piauí, por exemplo, a agregação dessas atividades provocou para o mês de fevereiro, uma elevação de 3,1 pontos percentuais no índice de volume de vendas, que subiu de 7% para 10,1%. Em Sergipe,

Tabela 5 – Variações Percentuais do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, Brasil e Estados do Nordeste (Fev. e Jan.- Fev. de 2009) /Mesmo período de 2008.

País/Estado	Volume de vendas		Receita nominal	
	Fev./09	Jan.-Fev. /09	Fev./09	Jan.-Fev. /09
BRASIL	1,6	2,2	4,5	5,3
Maranhão	7,8	10,8	9,6	13,3
Piauí	10,1	8,7	12,3	11,4
Ceará	8,1	5,1	11,0	8,2
Rio Grande do Norte	-0,6	0,5	1,7	2,5
Paraíba	-2,3	-2,0	0,6	1,2
Pernambuco	0,1	1,2	3,6	4,9
Alagoas	2,6	3,9	5,8	7,4
Sergipe	9,5	9,9	10,7	11,4
Bahia	3,5	2,0	8,4	6,7

Fonte: IBGE, 2009e. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

6 Segundo a Associação Nacional de Veículos Automotores (Anfavea), as vendas de veículos cresceram 36,2% comparativamente a fevereiro de 2009 e 16,9% em relação a março de 2008, atingindo a histórica marca, para o mês de março, de 271,4 mil unidades comercializadas (VENDA..., 2009).

o índice de volume de vendas cresceu de 7,8% (comércio varejista) para 9,5% (comércio varejista ampliado). Em Alagoas e na Bahia, por sua vez, a agregação dessas atividades provocou redução nos índices mensais de volume de vendas.

Nos estados em que o IBGE disponibiliza dados desagregados por atividade, nota-se, como comportamento comum, o acentuado crescimento da atividade hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

No Ceará, esse componente apresentou crescimento de 19,2% para receita nominal, enquanto o volume de vendas cresceu a taxa superior ao dobro daquela registrada no comércio varejista ampliado (10,6% *versus* 5,1%), superando, inclusive, a média brasileira do bimestre (6,3%) (Tabela 6).

Na Bahia, o segmento registrou crescimento de 6,7% no volume de vendas e de 16,4% na receita nominal – superior, em termos proporcionais, à expansão da receita nominal brasileira para a mesma atividade (15,5%).

Em Pernambuco, até fevereiro, o desempenho foi menos proeminente, não obstante a expansão dessa atividade, considerados receita nominal (13%) ou volume de vendas (2,8%), chegando a ultrapassar a média do comércio estadual. A redução da inflação, particularmente dos alimentos, pode ter contribuído para preservar o poder de compra dos consumidores. Nesse sentido, fatos confirmam uma mudança na trajetória de crescimento dos índices de inflação, ao contrário do que ocorreu em 2008.

Na capital cearense, apurou-se, no ano, a segunda redução mais expressiva no valor da cesta básica (-7,2% até fevereiro) (DIEESE, 2009e), o que pode ter contribuído para a expressiva variação no volume de vendas (10,6%) e na receita nominal (19,2%) da atividade Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo.

Na Região Metropolitana de Fortaleza constatou-se também melhoria dos rendimentos médios reais dos trabalhadores assalariados, registran-

Tabela 6 – Variações Proporcionais (%) do Volume de Vendas e da Receita Nominal no Comércio Varejista Ampliado, por Atividade, no Ceará, em Pernambuco e na Bahia (Jan.-Fev.2009/Mesmo período de 2008)

	Ceará		Pernambuco		Bahia	
	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal	Volume de Vendas	Receita Nominal
COMÉRCIO VAREJISTA AMPLIADO	5,1	8,2	1,2	4,9	2,0	6,7
1. Combustíveis e lubrificantes	16,7	10,8	7,3	5,8	-0,8	5,3
2. Hipermercados, supermercados, produtos alimentícios, bebidas e fumo	10,6	19,2	2,8	13,0	6,7	16,4
3. Tecidos, vestuários e calçados	0,8	7,8	1,5	7,3	-5,1	-1,3
4. Móveis e eletrodomésticos	-2,0	-1,8	2,3	1,3	-5,9	-2,8
5. Artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosméticos	-0,3	3,4	-8,0	-5,9	7,0	11,6
6. Livros, jornais, revistas e papelaria	-0,5	1,8	5,4	7,9	43,9	43,2
7. Equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação	2,2	-3,1	-23,2	-30,9	-28,7	-31,7
8. Outros artigos de uso pessoal e doméstico	17,1	23,8	4,7	9,8	39,5	40,8
9. Veículos e motos, partes e peças	3,5	2,3	0,0	-2,2	0,7	-1,0
10. Material de construção	1,0	12,7	-6,4	8,5	-9,3	1,3

Fonte: IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB - ETENE Conjuntura Econômica.

do-se crescimento de 1,4% entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009, muito embora se tenha apurado ligeira elevação da taxa de desemprego (0,2 ponto percentual) entre janeiro e fevereiro de 2009 (DIEESE, 2009e).

Na Região Metropolitana de Recife também houve crescimento do rendimento médio real dos assalariados, de R\$ 802,00 para R\$ 861,00 (7,3%), entre janeiro de 2008 e janeiro de 2009, e do número de assalariados (5,5%), na mesma base de comparação (DIEESE, 2009a, 2009b).

Na Região Metropolitana de Salvador, a despeito das perdas recentes no mercado formal⁷, a taxa de desemprego total permaneceu em 19,4% da População Economicamente Ativa (PEA), menor índice desde o início da pesquisa. Comparando-se janeiro de 2009 com janeiro de 2008, é possível observar que também houve ampliação da massa de rendimento médios reais dos assalariados em 2,6%, devido, principalmente, ao desempenho positivo do emprego nesse período (DIEESE, 2009c)⁸.

Na Bahia, em Pernambuco e no Ceará, a atividade outros artigos de uso pessoal e doméstico, que engloba desde o comércio de artigos óticos, brinquedos e objetos de artes a lojas de departamentos, também apresentou variações positivas e acima da média do comércio varejista ampliado, tanto em volume de vendas como em receita nominal.

Destacaram-se as ampliações do volume de vendas e da receita nominal apresentados pela Bahia (39,5% e 40,8%, respectivamente), seguida do Ceará (17,1% e 23,8%) e de Pernambuco (4,7% e de 9,8%).

A redução na oferta de crédito afetou com maior intensidade os bens de valor unitário mais elevado. O item equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação apresentou, no acumulado janeiro/fevereiro, redução do volume de vendas e da receita nominal em todos os estados, excetuando-se apenas o volume de vendas no Ceará, com crescimento de 2,2%. Móveis e eletrodomésticos é outra atividade que apresentou desempenho abaixo da média do comércio varejista ampliado, em todos os estados, à exceção de Pernambuco, cujo volume de vendas cresceu 2,3% no primeiro bimestre de 2009.

Outra atividade influenciada pelo volume de crédito ofertado, a de veículos e motos, partes e peças, apresentou desempenho abaixo da média do comércio, na comparação com o primeiro bimestre de 2008. No Ceará, por exemplo, houve crescimento de 3,5% no volume de vendas e de 2,3% na receita nominal; em Pernambuco o volume de vendas permaneceu no mesmo nível, enquanto a receita reduziu-se em 2,2%; na Bahia o volume comercializado e a receita nominal permaneceram praticamente inalterados, registrando +0,7% e -1%, respectivamente.

Desde o início da crise internacional, foram tomadas diversas medidas visando à manutenção dos níveis de atividade econômica: redução do IPI para materiais de construção; ampliação da lista de materiais de construção beneficiados com a redução do IPI; redução do IPI para automóveis e caminhões (e sua posterior prorrogação); redução de Imposto sobre Operações Financeiras (IOF); alterações na cobrança do imposto de renda (criação de alíquotas e reajuste da tabela do imposto); e mais recentemente a redução do IPI

7 Em todo o estado, em outubro, novembro e dezembro de 2008 e janeiro de 2009, o mercado de trabalho formal apresentou saldos mensais negativos, retornando às contratações em fevereiro (422 vagas) e março (4.497) (CAGED, 2009).

8 O bom desempenho do setor supermercadista no Nordeste, traduzido por maior crescimento da receita na comparação entre 2007 e 2008 (19,7%), tem suscitado iniciativas de expansão de grandes redes, com previsão de abertura de novas lojas ao longo de 2009 (MERCADO..., 2009).

incidente sobre produtos da “linha branca” (geladeiras, fogões, tanquinhos e máquinas de lavar)⁹ (DESONERAÇÕES..., 2009).

Além disso, outros fatores tendem a fortalecer o mercado interno, como o reajuste do salário mínimo de R\$ 415,00 para R\$ 465,00, que, segundo estimativas do Ministério do Trabalho, atingiria diretamente um total de 42,8 milhões de pessoas, entre pensionistas e trabalhadores no âmbito nacional, resultando na inserção de R\$ 23,1 bilhões no mercado consumidor (AUMENTO..., 2009). Particularmente na região Nordeste, os programas de transferência de renda, assistência social e de segurança alimentar funcionarão como instrumento

anticíclico, uma vez que, segundo o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS), representarão, ao longo de um ano, a inserção de R\$ 14 bilhões na região, atingindo um total de 37,5 milhões de pessoas.

Todos esses fatores, acompanhados da flexibilização da política monetária pelo Banco Central, alterações nos canais oficiais de crédito, ruptura da tendência de alta no custo de captação de recursos, *spread* e juros cobrados às pessoas físicas (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009)¹⁰, têm atuado no sentido de estabilizar níveis de consumo no país e na região.

3.4 - Produção Agropecuária

3.4.1 - Agronegócio

Os efeitos finais da crise econômica mundial sobre a agropecuária brasileira ainda não são nítidos. A Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) divulgou um Valor Bruto da Produção (VBP) para 2008 32% superior ao de 2007 (R\$ 300,43 bilhões, a preços de fev./2009). Para 2009, a CNA prevê um VBP de R\$ 274,72 bilhões, o que significa uma queda de 8,5% em relação a 2008, mas a entidade reconhece que “o cenário dos preços é bastante ambíguo”, pois é provável que os preços se mantenham, em função de reduções na produção (CNA, 2008).

Essa previsão da CNA influenciou sobremaneira o cálculo do VBP da agropecuária do Nordeste em 2009, uma vez que, segundo a metodologia utilizada, o VBP da pecuária regional é definido como uma proporção do VBP da pecuária nacional. A retração de 10,1% no VBP da pecuária regional (de R\$ 14,8 bilhões em 2008 para 13,3 bilhões em 2009) reflete a previsão pessimista da CNA. Já o VBP da agricultura nordestina deverá registrar um ligeiro crescimento (0,9%), atingido o montante de R\$ 25,4 bilhões. Desse total, R\$ 17,9 bilhões virão das lavouras temporárias, enquanto os

9 De acordo com a Secretaria da Receita Federal, o impacto dessas desonerações será de R\$ 12,4 bilhões em 2009.

10 O processo de elevação dos juros praticados para pessoas físicas iniciou-se entre maio e junho de 2008, revertendo-se já entre dezembro de 2008 e janeiro de 2009. Essa reversão de tendência configura-se basicamente importante para setores dependentes do crédito, como veículos e motos, partes e peças, móveis e eletrodomésticos e equipamentos e materiais para escritório, informática e comunicação.

R\$ 7,5 bilhões restantes corresponderão às lavouras permanentes. A conjugação dos preços regionais com as previsões de safra sinaliza um

crescimento de 1,1% no VBP das lavouras temporárias e de 0,5% no VBP das lavouras permanentes, em relação a 2007 (Tabela 7).

Tabela 7 – Nordeste – Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária – 2008 e 2009

(continua)

Produto	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (R\$ mil)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Lavoura temporária (a)							
Brasil						176.334.012	161.756.837
Nordeste						17.740.340	17.931.837
Abacaxi	Mil frutos	789.837	726.650	0,92	0,89	726.650	688.678
Algodão herbáceo (em caroço)	Tonelada	1.274.258	1.248.773	0,98	0,97	1.248.773	1.214.584
Alho	Tonelada	4.426	14.668	3,31	3,31	14.668	14.220
Amendoim (em casca)	Tonelada	12.536	12.661	1,01	0,86	12.661	11.079
Arroz (em casca)	Tonelada	1.174.827	939.862	0,80	0,79	939.862	990.596
Batata doce	Tonelada	182.043	77.289	0,42	0,42	77.289	77.289
Batata inglesa	Tonelada	294.210	329.515	1,12	1,112	329.515	289.486
Cana-de-açúcar	Tonelada	74.083.051	2.836.640	0,04	0,04	2.836.640	2.748.150
Cebola	Tonelada	368.193	309.282	0,84	1,06	309.282	394.828
Fava (em grão)	Tonelada	14.925	28.470	1,91	1,91	28.470	28.470
Feijão (em grão)	Tonelada	1.000.461	2.271.046	2,27	2,28	2.271.046	2.738.458
Fumo (em folha)	Tonelada	26.368	105.245	3,99	3,99	105.245	105.836
Mamona (baga)	Tonelada	111.417	83.563	0,75	0,72	83.563	58.931
Mandioca	Tonelada	9.869.056	1.758.468	0,18	0,18	1.758.468	1.800.883
Melancia	Tonelada	557.992	212.037	0,38	0,38	212.037	212.037
Melão	Tonelada	474.368	370.007	0,78	0,79	370.007	374.751
Milho (em grão)	Tonelada	4.427.861	2.479.602	0,56	0,52	2.479.602	2.627.821
Soja (em grão)	Tonelada	4.830.658	3.188.234	0,66	0,65	3.188.234	2.875.835
Sorgo granífero (em grão)	Tonelada	142.006	49.722	0,35	0,35	49.722	51.575
Tomate	Tonelada	572.626	698.604	1,22	1,15	698.604	628.331
Lavoura permanente (b)							
Brasil						39.900.609	39.804.782
Nordeste						7.456.695	7.494.199
Abacate	Tonelada	8.254	8.254	1,02	1,11	8.419	9.162
Algodão arbóreo (em caroço)	Tonelada	243	243	0,92	0,92	223	223
Banana	Tonelada	2.937.965	2.937.965	0,46	0,43	1.364.055	1.259.128
Borracha (látex coagulado)	Tonelada	30.620	30.620	1,27	1,27	38.951	38.951
Cacau (em amêndoa)	Tonelada	141.662	141.662	4,45	5,06	629.924	716.999
Cafê (beneficiado)	Tonelada	177.825	177.825	3,04	3,46	540.588	615.275
Caqui	Tonelada	58	58	2,84	2,84	165	165
Castanha-de-caju	Tonelada	283.097	283.097	0,98	0,98	277.457	277.457
Coco-da-baía	Mil frutos	1.315.029	1.315.029	0,52	0,52	683.815	683.815
Dendê (coco)	Tonelada	203.773	203.773	0,20	0,20	40.178	40.178
Figo	Tonelada	8	8	11,45	11,45	92	92
Goiaba	Tonelada	136.285	136.285	0,65	0,65	88.198	88.198
Guaraná (semente)	Tonelada	2.073	2.073	8,90	8,90	18.446	18.446
Laranja	Tonelada	1.833.506	1.833.506	0,34	0,35	620.892	638.393
Limão	Tonelada	75.500	75.500	1,00	0,89	75.500	67.195
Maçã	Tonelada	15	15	2,09	2,09	31	31
Mamão	Tonelada	1.093.838	1.093.838	0,94	0,90	1.028.208	984.454
Manga	Tonelada	970.786	970.786	0,73	0,72	708.674	698.966

Tabela 7 – Nordeste – Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária – 2008 e 2009

(conclusão)

Produto	Unidade	Quantidade (1)		Preço (2)		VBP (R\$ mil)	
		2008	2009	2008	2009	2008	2009
Maracujá	Tonelada	421.437	421.437	1,00	1,01	421.437	425.651
Marmelo	Tonelada	150	150	2,32	2,32	348	348
Palmito	Tonelada	21.353	21.353	2,28	2,28	48.616	48.616
Pimenta-do-reino	Tonelada	4.849	4.849	3,98	3,98	19.322	19.322
Sisal ou agave (fibra)	Tonelada	250.401	250.401	0,99	0,99	247.897	247.897
Tangerina	Tonelada	51.125	51.125	0,86	0,85	43.968	43.456
Urucum (semente)	Tonelada	2.567	2.567	2,68	2,68	6.886	6.886
Uva	Tonelada	292.692	292.692	1,86	1,93	544.407	564.896
Agricultura (c = a + b)							
Brasil						216.234.621	201.561.619
Nordeste						25.197.035	25.426.036
Pecuária (d)							
Brasil						112.139.386	100.389.247
Nordeste						14.850.462	13.294.383
Carne bovina	Tonelada	1.169.972	1.047.381	5,82	5,82	6.806.067	6.092.917
Frango	Tonelada	1.051.730	941.528	2,48	2,48	2.608.298	2.334.996
Leite	Milhão de litros	3.236	2.897	0,86	0,86	2.771.332	2.480.922
Ovos	Mil cxs. de 30 dúzias	10.656	9.540	2,12	2,12	751.456	672.717
Suínos	Tonelada	603.258	540.047	3,17	3,17	1.913.311	1.712.831
Agropecuária (e = c + d)							
Brasil						328.374.007	301.950.866
Nordeste						40.047.497	38.720.419
Relação Nordeste/Brasil (%)							
Lavoura temporária (a)						10,06	11,09
Lavoura permanente (b)						18,69	18,83
Agricultura (c)						11,65	12,61
Pecuária (d)						13,24	13,24
Agropecuária (e)						12,20	12,82

Fontes: CNA 2009; IBGE, 2008. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Obs.: (1) As quantidades foram obtidas de LSPA (03/2009); PAM (2007) e CNA (2008).

(2) Os preços foram obtidos de CNA (2008); SIGMAN (2008 e 2009) e PAM (2007), corrigidos para fev/2009.

(3) As quantidades de leite e ovos no Nordeste foram calculadas com base na participação regional, segundo as médias de 2005 a 2008, registradas por IBGE-Pesquisa Trimestral; FNP e IBGE-PPM.

Estima-se que a Bahia contribuirá com R\$ 15,8 bilhões para o VBP da agropecuária do Nordeste, correspondendo a 40,9%. Os VBPs de Pernambuco, Ceará e Maranhão situar-se-ão na casa dos

R\$ 4,4 bilhões de reais, fazendo com que a representatividade dos quatro estados no VBP regional alcance 74,7% (Tabela 8).

Tabela 8 – Nordeste – Estimativa da Participação dos Estados no Valor Bruto da Produção Agropecuária 2009

R\$ milhões

Estados	Lavouras Temporárias	%	Lavouras Permanentes	%	Agricultura	%	Pecuária	%	Agropecuária	%
Maranhão	2.142	11,95	78	1,04	2.220	8,73	2.132	16,04	4.352	11,24
Piauí	1.527	8,52	101	1,35	1.628	6,40	1.080	8,13	2.708	6,99
Ceará	1.961	10,94	729	9,73	2.690	10,58	1.670	12,56	4.360	11,26
Rio Grande do Norte	728	4,06	244	3,26	972	3,82	558	4,20	1.530	3,95
Paraíba	1.043	5,82	237	3,17	1.280	5,04	673	5,06	1.953	5,05
Pernambuco	1.790	9,98	829	11,06	2.619	10,30	1.767	13,29	4.386	11,33
Alagoas	1.301	7,26	82	1,09	1.383	5,44	564	4,24	1.947	5,03
Sergipe	648	3,62	434	5,79	1.082	4,26	572	4,30	1.654	4,27
Bahia	6.791	37,87	4.761	63,53	11.552	45,43	4.278	32,18	15.830	40,88
BA+PE+CE+MA	12.684	70,74	6.397	85,35	19.080	75,04	9.847	74,07	28.927	74,71
Demais	5.247	29,26	1.098	14,65	6.346	24,96	3.447	25,93	9.793	25,29
Total	17.931	100,00	7.495	100,00	25.426	100,00	13.294	100,00	38.730	100,00

Fontes: CNA, 2008; IBGE, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.1.1 - Desempenho do PIB e do faturamento do Agronegócio

Após mais de dois anos de crescimento contínuo, o PIB do agronegócio registrou em novembro de 2008 o seu segundo recuo, caindo 0,42%. Segundo o Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada (Cepea), o PIB do agronegócio registrou crescimento da ordem de 6,14% nos primeiros onze meses de 2008. Mas a desaceleração no mercado global de alimentos e energia ocorrida no segundo semestre, subproduto da crise mundial, não foi suficiente para anular o crescimento do PIB do agronegócio, que foi significativo, apesar do movimento descendente de preços (CEPEA, 2009).

As duas subdivisões básicas do agronegócio – agricultura e pecuária – experimentaram em seu PIB níveis de crescimento distintos: enquanto a

agricultura cresceu 5,01% no acumulado do ano, a pecuária registrou crescimento da ordem de 8,95% no período. Em novembro, o impacto da crise na pecuária foi menor, possibilitando um crescimento de 0,38%. A mesma sorte não teve a agricultura, que registrou um recuo de 0,75% em seu PIB (Gráfico 22 e Tabela 9).

Ao se analisar estritamente as atividades típicas da agricultura e da pecuária (atividades “dentro da porteira”), nesse caso, isolando-se três dos quatro segmentos de análise do agronegócio (geração de insumos, indústria e distribuição), de maneira a concentrar a atenção apenas na sua produção, percebe-se que a agricultura cresceu 12,65% e a pecuária 11,32% no acumulado do ano até novembro (Tabela 9).

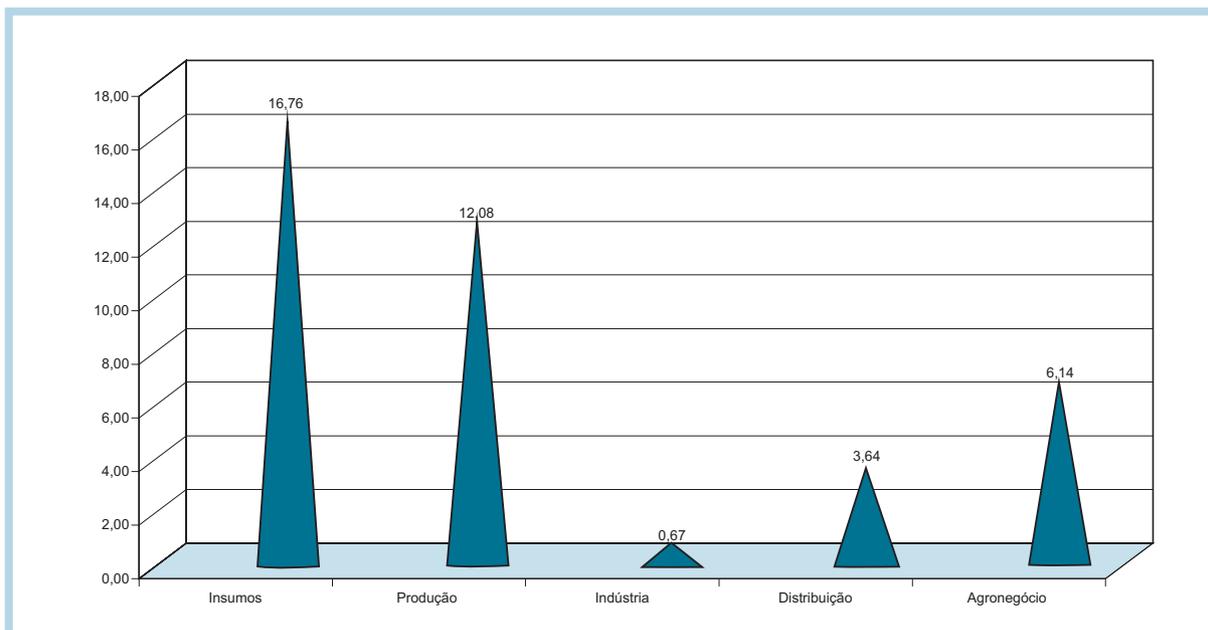


Gráfico 22 – Brasil – PIB do Agronegócio – Variação Proporcional (%) Acumulada em 2008
 Fonte: CNA, 2009.

A indústria de beneficiamento de produtos agrícolas, importante segmento do agronegócio, registrou a menor expansão entre os segmentos do setor, com crescimento de apenas 0,69% acumulado no ano até novembro. Esse desempenho diferencia-se um pouco daquele divulgado na edição n. 19 deste periódico, dando conta de que a agroindústria avançou 1,17%. O baixo desempenho deveu-se principalmente à desaceleração ocorrida na indústria de processamento vegetal. A indústria de beneficiamento da agricultura acumula crescimento anual no montante de 0,24%, bem inferior ao registrado na pecuária (3,45%). O grande destaque ficou com a indústria de óleos vegetais, que registrou o maior crescimento do ano, da ordem de 25,38%, enquanto a indústria do açúcar manteve-se com o pior resultado, apresentando taxas mensais negativas durante todo o

ano, culminando em uma retração de 19,71% no ano (até novembro).

A trajetória ascendente do VBP da Agropecuária observada em 2007 foi revertida no ano seguinte, em decorrência da crise, gerando desaceleração no crescimento tanto no volume como nos preços de vários produtos agrícolas. Em 2008 (Tabela 11), os produtos das lavouras temporárias registraram conjuntamente aumento de 29,2% no VBP, enquanto os das lavouras permanentes obtiveram crescimento de 26%. Apesar da redução no *quantum* e nos preços da maior parte dos produtos agrícolas e de alguns produtos pecuários, houve aumento de 27,3% no VBP de 2008, em relação a 2007, elevando-se de R\$ 237,1 bilhões para R\$ 301,9 bilhões no período.

Tabela 9 – Brasil. PIB do Agronegócio. Taxas de Crescimento Mensal, 2007–2008 (%)

AGROPECUÁRIA					
2008	Insumos	Produção (A)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (B)
Janeiro	1,75	1,33	0,41	0,67	0,86
Fevereiro	1,85	1,31	0,54	0,73	0,93
Março	1,95	1,65	0,42	0,73	0,99
Abril	2,02	1,61	0,44	0,76	1,01
Maiο	2,33	1,76	0,27	0,67	1,00
Junho	2,23	1,67	0,06	0,56	0,87
Julho	1,79	1,22	0,53	0,67	0,89
Agosto	1,29	1,17	-0,54	-0,08	0,25
Setembro	1,18	1,10	-0,01	0,25	0,50
Outubro	-0,47	-0,95	-0,96	-0,90	-0,88
Novembro	-0,27	-0,37	-0,48	-0,46	-0,42
Acumulado em 2008	16,76	12,08	0,67	3,64	6,14
AGRICULTURA					
2008	Insumos	Produção (C)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (D)
Janeiro	1,88	1,45	0,35	0,52	0,76
Fevereiro	2,11	1,61	0,53	0,73	0,95
Março	2,36	2,20	0,44	0,80	1,08
Abril	2,45	2,04	0,44	0,78	1,06
Maiο	2,75	2,17	0,24	0,61	0,99
Junho	2,80	2,07	-0,04	0,41	0,81
Julho	2,12	1,44	0,56	0,67	0,93
Agosto	1,51	1,34	-0,60	-0,29	0,12
Setembro	1,48	1,22	-0,06	0,05	0,40
Outubro	-0,80	-2,20	-1,10	-1,48	-1,42
Novembro	-0,45	-1,26	-0,51	-0,80	-0,75
Acumulado em 2008	19,71	12,65	0,24	1,99	5,01
PECUÁRIA					
2008	Insumos	Produção (E)	Indústria	Distribuição	Agronegócio Global (F)
Janeiro	1,53	1,18	0,81	1,02	1,12
Fevereiro	1,45	0,92	0,58	0,74	0,88
Março	1,30	0,93	0,33	0,58	0,77
Abril	1,33	1,05	0,46	0,70	0,88
Maiο	1,63	1,22	0,45	0,80	1,02
Junho	1,29	1,12	0,62	0,91	1,00
Julho	1,23	0,91	0,35	0,68	0,80
Agosto	0,92	0,92	-0,19	0,42	0,59
Setembro	0,67	0,92	0,33	0,73	0,73
Outubro	0,10	0,78	-0,07	0,45	0,44
Novembro	0,03	0,83	-0,27	0,31	0,38
Acumulado em 2008	12,08	11,32	3,45	7,59	8,95

Fonte: CNA, 2009.

Obs.: (A) somente o setor primário da agropecuária; (B) todo o agronegócio da agropecuária;

(C) somente o setor primário da agricultura; (D) todo o agronegócio da agricultura; (E) somente o setor primário da pecuária;

(F) todo o agronegócio

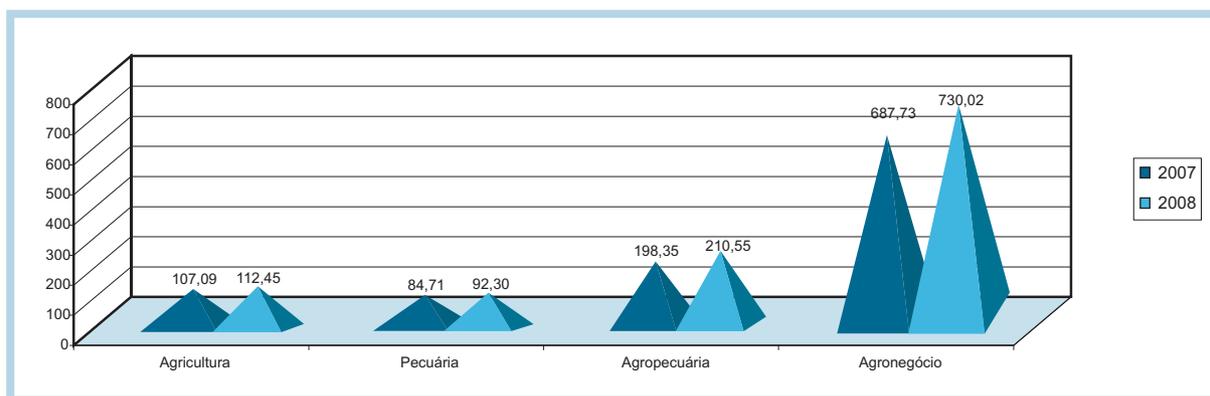


Gráfico 23 – Brasil – PIB da Agropecuária e do Agronegócio (R\$ bilhões, a preços de 2008)

Fonte: CNA, 2009.

Tabela 10 – Brasil – PIB da Agropecuária, do Agronegócio e Outros Segmentos em 2007 e 2008 (R\$ bilhões, a preços de 2008)

Atividade	Ano		Variação	
	2007	2008	Proporcional (%)	Valor
Agricultura	107,09	112,45	5,01	5,36
Pecuária	84,71	92,30	8,96	7,59
Agropecuária	198,35	210,55	6,15	12,20
Agronegócio	687,73	730,02	6,15	42,29
Outros segmentos	460,62	460,62	0,00	0,00

Fonte: CNA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Tabela 11 – Valor Bruto da Produção (VBP) Agropecuária Brasileira – 2007 e 2008

R\$ Milhões de dezembro/08

Atividade	Ano		Variação	
	2007	2008	(%)	Valor
Agrícolas	147.150	189.188	28,6	42.038
- lavouras temporárias (1)	119.953	154.929	29,2	34.976
- lavouras permanentes (2)	27.197	34.259	26,0	7.062
Pecuários	89.898	112.672	25,3	22.774
- carnes (3)	68.204	85.129	24,8	16.925
- derivados (4)	21.694	27.543	27,0	5.849
Total	237.049	301.860	27,3	64.811

Fonte: CEPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

(1) algodão, amendoim, arroz, batata inglesa, cana-de-açúcar, cebola, feijão, fumo, mamona, mandioca, milho, soja, tomate e trigo.

(2) banana, cacau, café, laranja, sisal e uva.

(3) bovina, suína e de frango.

(4) leite e ovos.

3.4.1.2 – Balança Comercial do Agronegócio

Fechados os números do comércio exterior referentes a 2008, os saldos comerciais do agronegócio em âmbitos nacional e regional apresen-

taram crescimento, com o desempenho do Nordeste registrando avanço de 31,8%, superando o do Brasil (20,7%) em 11 pontos percentuais.

O saldo comercial do agronegócio nordestino, que alcançou US\$ 4,8 bilhões, representou 8% do total nacional (US\$ 60 bilhões) (Tabela 12).

O índice de crescimento das exportações do agronegócio do Nordeste quase igualou o das suas importações, ao contrário do que se vinha observando anteriormente, com crescimento maior das importações, influenciadas pela valorização do real no início do ano. As exportações do agronegócio do Nordeste aumentaram de US\$ 4,9 bilhões para US\$ 6,6 bilhões (+32,7%). As importações cresceram de US\$ 1,3 bilhão para US\$ 1,8 bilhão (+35,1%). Esses resultados se tornam ainda mais importantes num cenário de déficit (- US\$272,5 milhões) na balança comercial total da região.

Quase todos os estados nordestinos – exceção apenas para a Paraíba e o Rio Grande do Norte – aumentaram suas exportações em relação a 2007. Os maiores exportadores do agronegócio regional foram a Bahia, o Ceará e Alagoas, responsáveis por 75,5% das exportações, com US\$ 4.958,6 milhões. Em termos proporcionais, o maior crescimento foi registrado pelo Piauí – 193% no período –, mas a Bahia continuou sendo o destaque em valores absolutos, aumentando suas exportações em US\$ 1,1 bilhão no segmento.

Pernambuco destacou-se nas importações do agronegócio, com US\$ 572,9 milhões, superando a Bahia (US\$ 544,2 milhões) e o Ceará (US\$ 419,5 milhões). Somente dois estados diminuíram suas

Tabela 12 – Nordeste – Balança Comercial do Agronegócio, por Estado – 2007 e 2008

US\$ milhões

Região/Estado	2007			2008		
	Exportação	Importação	Saldo	Exportação	Importação	Saldo
Brasil – Total (a)	160.649,1	120.617,4	40.031,7	197.942,4	173.196,6	24.745,8
Brasil – Agronegócio(b)	58.420,4	8.719,1	49.701,3	71.806,5	11.820,2	59.986,3
Nordeste – Total (c)	13.086,2	11.776,6	1.309,6	15.451,5	15.724,0	-272,5
Nordeste – Agronegócio (d)	4.950,5	1.333,1	3.617,4	6.570,7	1.801,5	4.769,2
Alagoas	599,2	23,8	575,4	822,9	33,8	789,1
Bahia	2.218,4	429,4	1.789,0	3.274,7	544,2	2.730,5
Ceará	780,3	303,3	477,0	861,0	419,5	441,5
Maranhão	290,6	26,7	263,9	482,4	42,9	439,5
Paraíba	154,8	92,1	62,7	131,6	78,3	53,3
Pernambuco	460,2	380,6	79,6	518,0	572,9	-54,9
Piauí	44,0	4,7	39,3	129,1	2,9	126,2
Rio Grande do Norte	317,7	42,9	274,8	288,3	55,6	232,7
Sergipe	85,3	29,6	55,7	62,7	51,4	11,3
VARIAÇÕES 2007/2008						
Brasil – Total				23,2	43,6	-38,2
Brasil – Agronegócio				22,9	35,6	20,7
Nordeste – Total				18,1	33,5	-120,8
Nordeste – Agronegócio				32,7	35,1	31,8
Alagoas				37,3	42,0	37,1
Bahia				47,6	26,7	52,6
Ceará				10,3	38,3	-7,4
Maranhão				66,0	60,7	66,5
Paraíba				-15,0	-15,0	-15,0
Pernambuco				12,6	50,5	-169,0
Piauí				193,4	-38,3	221,1
Rio Grande do Norte				-9,3	29,6	-15,3
Sergipe				-26,5	73,6	-79,7
RELAÇÕES						
b/a	36,4	7,2	124,2	36,3	6,8	242,4
d/c	37,8	11,3	276,2	42,5	11,5	-1750,2
d/b	8,5	15,3	7,3	9,2	15,2	8,0

Fonte: Brasil, 2009f. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

importações em relação a 2007: Paraíba e Piauí. Por isso, o Piauí findou sendo o estado cujo saldo comercial mais cresceu proporcionalmente: 221% em relação a 2007.

Os valores das exportações dos principais itens do agronegócio nordestino são apresentados na Tabela 7. Quatorze produtos, de um total de 83, são responsáveis por 91,2% das exportações. Destacam-se a celulose, o açúcar, a soja em grãos e as frutas frescas, cujas exportações totalizaram US\$ 3,7 bilhões e, conjuntamente, corresponderam a 57,6% do valor exportado.

Entre os principais produtos exportados, os três primeiros (celulose, soja e açúcar) e mais o farelo de soja foram os de maior crescimento absoluto nas exportações: aumento de US\$ 1.443,1 milhões de 2007 para 2008. Em termos de crescimento proporcional, o destaque ficou com a soja em grãos cujas exportações cresceram 111,8% sobre 2007.

A concentração na pauta de importações, considerando-se também os quatorze principais produtos, é um pouco maior: eles respondem por 95,1% do total importado. Os quatro primeiros itens, no entanto – cereais; produtos e subprodutos da indústria de moagem; cacau inteiro ou partido e algodão e produtos têxteis de algodão –, concentram 67,6% – do total importado. O valor da importação desses quatro itens alcançou US\$ 1,2 bilhão em 2008 (Tabela 14).

Dentre os principais produtos importados, aqueles cujas importações mais aumentaram em termos absolutos foram cereais; produtos e subprodutos da indústria de moagem; óleos vegetais; e borracha natural e gomas naturais, cujo valor importado aumentou em US\$ 696,1 milhões de 2007 para 2008. Em termos de crescimento relativo, os destaques ficaram com óleos vegetais (aumento de 267% em relação a 2007); e rações para animais domésticos (92,9%).

Tabela 13 – Nordeste – Principais Produtos Exportados do Agronegócio, de Jan. a Dez./2008
US\$ Milhões

Produtos	Valor	%	% Acum.	Princ. Exportadores
1 Celulose	1.364,8	20,8	20,8	BA
2 Açúcar	948,0	14,4	35,2	AL, PE
3 Soja em Grãos	933,4	14,2	49,4	BA, BA
4 Frutas Frescas	514,0	7,8	57,2	BA, PE, CE, RN
5 Algodão e Produtos Têxteis de Algodão	409,3	6,2	63,5	BA, CE, PB
6 Farelo de Soja	296,2	4,5	68,0	BA
7 Couro e Pele de Bovino	296,1	4,4	72,4	CE, BA
8 Produtos do Cacau	261,2	4,0	76,4	BA
9 Álcool	237,2	3,6	80,0	AL
10 Nozes e Castanhas	196,1	3,0	83,0	CE, RN
11 Produtos de Couro e Peleteria	169,0	2,6	85,6	CE, BA
12 Papel	142,8	2,2	87,7	BA
13 Crustáceos e Moluscos	125,6	1,9	89,6	CE, RN, PE
14 Café Verde e Café Torrado	103,7	1,6	91,2	BA
15 Outros	577,3	8,8	100,0	
Total	6.570,7	100,0		

Fonte: Brasil, 2009f. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica

Tabela 14 – Nordeste – Principais Produtos Importados do Agronegócio, de Jan a Dez/2008

US\$ milhões

	Produtos	Valor	%	% Acum	Princ. Exportadores
1	Cereais	742,0	41,2	41,2	CE, BA, PE
2	Produtos e subprodutos da indústria de moagem	197,9	11,0	52,2	PE
3	Cacau inteiro ou partido	158,2	8,8	61,0	BA
4	Algodão e produtos têxteis de algodão	118,7	6,6	67,5	CE, PB, RN
5	Papel	108,4	6,0	73,6	PE, CE, BA
6	Óleos vegetais	103,6	5,7	79,3	BA, CE
7	Borracha natural e gomas naturais	78,9	4,4	83,7	BA
8	Peixes	57,3	3,2	86,9	PE, BA
9	Bebidas alcóolicas	45,7	2,5	89,4	PE
10	Couro e pele de bovino	42,0	2,3	91,7	CE, BA, PE
11	Carne bovina	19,8	1,1	92,8	PE, CE
12	Óleo de soja	17,9	1,0	93,8	PE
13	rações para animais domésticos	12,9	0,7	94,6	PE
14	couros e peles de outros animais	10,8	0,6	95,1	BA, PI
15	outros	87,4	4,9	100,0	
	total	1.801,5	100,0		

Fonte: Brasil, 2009f. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

3.4.2 - Agricultura

De acordo com o Sétimo Levantamento da Safra Brasileira de Grãos 2008/2009 da CONAB (2009a), a área destinada ao plantio dos principais grãos brasileiros apresentará um leve aumento de 0,4% na safra 2008/2009 em relação à safra 2007/2008, sendo cultivados 47,6 milhões de hectares. A produção, porém, deverá recuar 4,5%, reduzindo-se para 137,6 milhões de toneladas de grãos. Essa redução é explicada pelo retardo no início do período chuvoso no Centro-Sul do país, atrasando o plantio, bem como pelo excesso de chuvas em março e abril, que tem prejudicado a colheita da soja, principalmente no Centro-Oeste (Tabela 15).

O Nordeste deverá seguir a tendência nacional, incrementando em 1,4% a área destinada ao plantio de grãos, a qual aumentará para 8,3 milhões de hectares (17,4% da área nacional). No que tange à

produção regional, contrariando a expectativa em relação a todo o país, esta deverá ultrapassar em 0,6% a safra 2007/2008, produzindo 12,7 milhões de toneladas de grãos (9,2% da produção brasileira). As condições climáticas têm favorecido a safra 2008/2009 na região Nordeste, compensando alguns problemas pontuais, como a falta de chuvas no oeste do Maranhão e nos sertões cearense, paraibano e alagoano, bem como em Sergipe. Destaca-se nessa safra o aumento da produção de feijão e milho, de 9,4% e 9,2%, respectivamente.

Algodão

Finalizada a época de plantio do algodão no Centro-Sul do país (responsável por 59,2% da produção) e se aproximando o término desse período também no Norte e Nordeste¹¹, a área destina-

11 Enquanto no Centro-Sul o plantio ocorre no período de outubro a novembro, para a colheita acontecer entre março e agosto, no Norte e Nordeste o plantio se estende de dezembro a maio e a colheita de maio a novembro.

Tabela 15 – Brasil. Comparativo de Área, Produtividade e Produção de Grãos (*). Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORTE	1.712,1	1.645,1	(3,9)	2.363	2.399	1,6	4.044,9	3.947,2	(2,4)
Roraima	44,6	47,5	6,5	4.217	3.806	(9,7)	188,1	180,8	(3,9)
Rondônia	397,4	379,3	(4,6)	2.230	2.240	0,5	886,2	849,8	(4,1)
Acre	43,0	43,4	0,9	1.519	1.502	(1,1)	65,3	65,2	(0,2)
Amazonas	23,2	20,3	(12,5)	2.086	2.197	5,3	48,4	44,6	(7,9)
Amapá	8,2	8,8	7,3	890	943	5,9	7,3	8,3	13,7
Pará	568,1	545,5	(4,0)	2.068	2.148	3,9	1.174,8	1.171,5	(0,3)
Tocantins	627,6	600,3	(4,3)	2.669	2.710	1,6	1.674,8	1.627,0	(2,9)
NORDESTE	8.201,9	8.313,7	1,4	1.534	1.523	(0,8)	12.584,1	12.657,8	0,6
Maranhão	1.352,8	1.340,1	(0,9)	1.863	1.806	(3,1)	2.520,8	2.420,4	(4,0)
Piauí	950,5	1012,0	6,5	1.552	1.815	16,9	1.475,6	1.837,2	24,5
Ceará	1.359,6	1.440,2	5,9	833	933	11,9	1.133,1	1.343,1	18,5
Rio Grande do Norte	193,5	197,8	2,2	651	742	13,9	126,0	146,7	16,4
Paraíba	409,4	411,3	0,5	558	588	5,3	228,6	241,9	5,8
Pernambuco	672,5	673,1	0,1	568	585	3,1	381,9	393,9	3,1
Alagoas	183,9	173,5	(5,7)	622	610	(2,0)	114,4	105,8	(7,5)
Sergipe	211,6	211,7	0,0	2.489	2.482	(0,3)	526,6	525,5	(0,2)
Bahia	2.868,2	2.854,0	(0,5)	2.119	1.977	(6,7)	6.077,1	5.643,3	(7,1)
CENTRO-OESTE	15.349,4	15.077,6	(1,8)	3.287	3.157	(4,0)	50.457,5	47.605,8	(5,7)
SUDESTE	4.824,0	4.802,0	(0,5)	3.614	3.511	(2,9)	17.434,3	16.857,7	(3,3)
SUL	17.336,3	17.775,4	2,5	3.438	3.179	(7,5)	59.606,6	56.505,4	(5,2)
NORTE/NORDESTE	9.914,0	9.958,8	0,5	1.677	1.667	(0,6)	16.629,0	16.605,0	(0,1)
CENTRO-SUL	37.509,7	37.655,0	0,4	3.399	3.213	(5,5)	127.498,4	120.968,9	(5,1)
BRASIL	47.423,7	47.613,8	0,4	3.039	2.889	(4,9)	144.127,4	137.573,9	(4,5)

Fonte: CONAB, 2009a. (*) Produtos selecionados: caroço de algodão, amendoim (1ª e 2ª safras), arroz, aveia, centeio, cevada, feijão (1ª, 2ª e 3ª safras), girassol, mamona, milho (1ª e 2ª safras), soja, sorgo, trigo e triticale.

da ao seu cultivo deverá recuar 21,3% no Brasil, sendo destinados 848 mil hectares. A redução na área deverá conduzir à queda também na quantidade produzida, recuando 22,2%, ao produzir 3,2 milhões de toneladas (Tabela 16).

A crise econômica internacional, deflagrada no segundo semestre de 2008, contribuiu para o desestímulo à produção de algodão no Brasil, fator que foi potencializado por seu alto custo de produção e reduzida lucratividade em relação a culturas substitutivas.

Dado o consumo predominantemente regional da produção, o Nordeste sofrerá um impacto menor do que o brasileiro, reduzindo a área destinada ao algodão para 344,4 mil hectares (7,8%

inferior à área da safra 2007/2008), com previsão de produção de 1,2 milhão de toneladas (-10,7%). Esse movimento na área plantada e na produção nordestina reflete redução de área e produção a ser observada na Bahia, que responde por 91,8% do volume regional produzido.

Comparativamente ao fechamento de 2008, os preços internacionais do algodão apresentaram melhora, apesar de os papéis transacionados na Bolsa de Nova York (NYBOT) ainda acumularem perdas desde seus lançamentos. De março ao começo de abril/2009, os papéis com vencimentos para julho/2009, outubro/2009 e dezembro/2009 obtiveram altas de 17,7%, 15,4% e 17,7%, sendo cotados a 49,89 centavos de dólar por libra de peso (cents/lb), 51,90 cents/lb e 54,47 cents/

Tabela 16 – Algodão em Caroço. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)
NORTE	1,6	1,6	0,0	3.750	3.750	0,0	6,0	6,0	0,0
NORDESTE	373,6	344,4	(7,8)	3.666	3.552	(3,1)	1369,5	1.223,3	(10,7)
Maranhão	12,3	12,8	4,1	3.748	3.750	0,1	46,1	48,0	4,1
Piauí	14,6	10,4	(28,8)	3.397	3.298	(2,9)	49,6	34,3	(30,8)
Ceará	4,5	4,5	0,0	756	756	0,0	3,4	3,4	0,0
Rio Grde. do Norte	7,9	10,2	29,1	772	804	4,1	6,1	8,2	34,4
Paraíba	4,0	4,0	0,0	825	825	0,0	3,3	3,3	0,0
Pernambuco	3,1	2,9	(6,5)	774	759	(2,0)	2,4	2,2	(8,3)
Alagoas	11,6	2,5	(78,4)	353	360	1,9	4,1	0,9	(78,0)
Bahia	315,6	297,1	(5,9)	3.975	3.780	(4,9)	1.254,5	1.123,0	(10,5)
CENTRO-OESTE	658,4	474,0	(28,0)	3.918	3.945	0,7	2.579,5	1.869,9	(27,5)
SUDESTE	37,3	22,5	(39,7)	3.609	3.578	(0,9)	134,6	80,5	(40,2)
SUL	6,5	5,5	(15,4)	2.662	2.745	3,2	17,3	15,1	(12,7)
NORTE/NORDESTE	375,2	346,0	(7,8)	3.666	3.553	(3,1)	1375,5	1.229,3	(10,6)
CENTRO-SUL	702,2	502,0	(28,5)	3.890	3.915	0,7	2731,4	1.965,5	(28,0)
BRASIL	1.077,4	848,0	(21,3)	3.812	3.767	(1,2)	4106,9	3.194,8	(22,2)

Fonte: CONAB, 2009b.

lb¹², respectivamente. Esse comportamento foi influenciado pelos seguintes fatores: melhora no mercado de outras *commodities* (petróleo e soja, por exemplo) e revisão para baixo da estimativa de abril para a safra americana de 2008/2009 (de 13,04 milhões de fardos para 12,83 milhões) (CMA, 2009).

No mercado interno, o aumento das exportações e as altas nos preços internacionais da pluma em março não foram suficientes para segurar a queda nos preços, com tendência declinante nos primeiros meses de 2009. No início de abril de 2009, a arroba da pluma de algodão foi cotada em R\$ 36,71 em São Paulo, com queda de 19,6% no ano e 1,8% no mês (março a abril/09). Em Barreiras (BA), o algodão iniciou o mês de abril cotado a R\$ 34,06 a arroba (2,4% inferior à do mês anterior e -17,6% no acumulado do ano),

e em Fortaleza (CE), a R\$ 37,37 a arroba (1,7% inferior ao mês anterior e -15% no acumulado do ano)¹³ (Gráfico 24).

Feijão

A elevação do preço mínimo oficial do feijão em 65,2%, fixando-se em R\$ 80,00 por saca de 60 kg no início da safra, contribuiu para a euforia dos produtores (BNB, 2008). A área destinada ao plantio dessa leguminosa no país deverá aumentar 5,5%, sendo cultivada em 4,2 milhões de hectares, proporcionará uma produção de 3,8 milhões de toneladas, volume 8,2% superior ao da safra 2007/2008 (Tabela 17).

No Nordeste, porém, o aumento do preço mínimo do feijão não causou tanta euforia entre os produtores, que, receosos quanto à adversidade climática e ao alto custo de produção, modera-

12 Valores referentes a 9 de abril de 2009.

13 Valores referentes a 9 de abril de 2009.

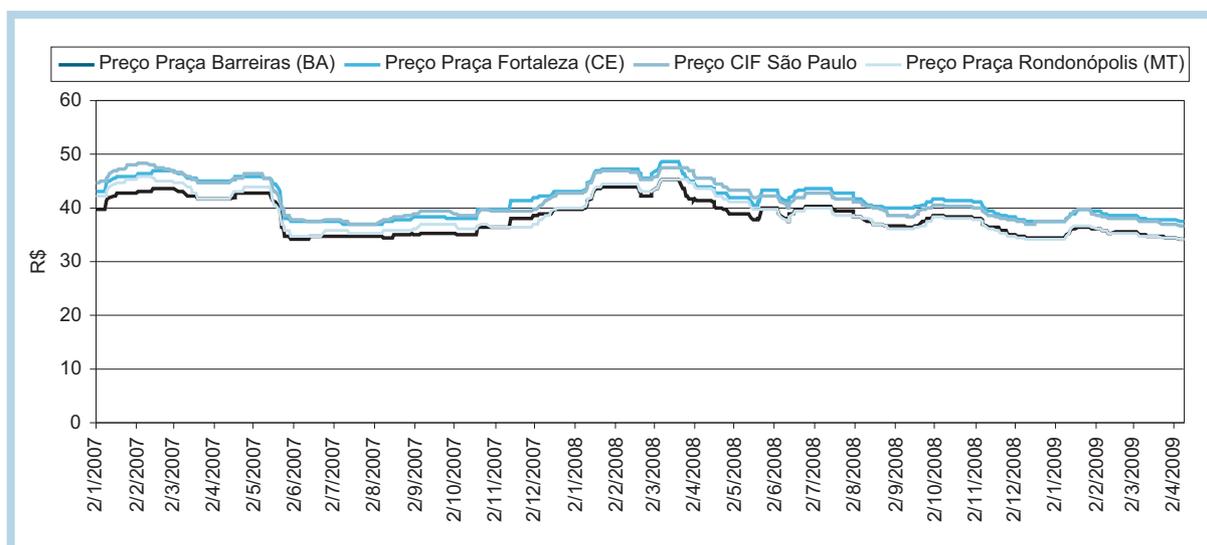


Gráfico 24 – Evolução dos Preços da Arroba da Pluma de Algodão em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), CIF São Paulo e Rondonópolis (MT), de janeiro/2007 a abril/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

Tabela 17 – Feijão Total. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)
NORTE	161,8	163,9	1,3	763	763	(0,0)	123,4	125,0	1,3
NORDESTE	2.277,1	2.296,1	0,8	465	505	8,5	1.058,9	1.158,5	9,4
Maranhão	88,1	90,3	2,5	449	451	0,3	39,6	40,7	2,8
Piauí	238,0	240,0	0,8	274	471	71,6	65,3	113,0	73,0
Ceará	592,6	632,8	6,8	427	499	16,9	253,0	315,7	24,8
Rio Grande do Norte	81,4	82,6	1,5	412	533	29,4	33,5	44,0	31,3
Paraíba	203,7	205,5	0,9	427	480	12,3	87,0	98,6	13,3
Pernambuco	345,1	343,2	(0,6)	448	482	7,5	154,6	165,3	6,9
Alagoas	96,6	92,5	(4,2)	558	476	(14,7)	53,9	44,0	(18,4)
Sergipe	35,8	35,8	0,0	547	559	2,0	19,6	20,0	2,0
Bahia	595,8	573,4	(3,8)	591	553	(6,5)	352,4	317,2	(10,0)
CENTRO-OESTE	220,4	257,6	16,9	1.927	1.821	(5,5)	424,7	469,2	10,5
SUDESTE	626,4	644,2	2,8	1.382	1.493	8,1	865,6	962,0	11,1
SUL	707,3	852,3	20,5	1.482	1.286	(13,2)	1.048,0	1.096,4	4,6
NORTE/NORDESTE	2.438,9	2.460,0	0,9	485	522	7,6	1.182,3	1.283,5	8,6
CENTRO-SUL	1.554,1	1.754,1	12,9	1.505	1.441	(4,2)	2.338,3	2.527,6	8,1
BRASIL	3.993,0	4.214,1	5,5	882	904	2,6	3.520,9	3.811,2	8,2

Fonte: CONAB, 2009c.

ram suas expectativas, mantendo-se praticamente inalterada a área plantada em 2007/2008, de 2,3 milhões de hectares, ampliada em apenas 0,8%. Dados preliminares, tendo em vista que a cultura ainda se encontra em processo de floração na região, indicam um significativo incremento de produtividade, por conta da favorável condição

climática. As chuvas acima da média histórica permitem projetar a quantidade produzida em 1,2 milhão de toneladas, volume 9,4% superior ao da safra 2007/2008.

Devido à confirmação de maior safra para o feijão em 2008/2009, em relação a 2007/2008,

os preços continuaram declinantes no início de 2009. A entrada diária de feijão na Bolsinha de Cereais em São Paulo (SP) tem mantido um bom volume. Somados ao baixo interesse de compra, esses fatores influenciaram negativamente os preços do feijão (CONAB, 2009). Os preços internos da saca de 60 kg do carioca tipo 1 iniciaram o mês de abril com queda em relação a março de 2,63% em São Paulo (SP), sendo cotado a R\$ 92,50; de 11,61% em Barreiras (BA), sendo vendido a R\$ 68,50; e de 11,76% em Irecê (BA), onde foi negociado a R\$ 68,50 a saca. O feijão preto sofreu queda mais acentuada, registrando redução de 24,49% em seu preço, sendo cotado a R\$ 87,50 em São Paulo (SP)¹⁴.

O comportamento nos preços do feijão, além de ser justificado pela previsão de maior safra em 2008/2009, pode indicar um ajuste nesse segmento de mercado, haja vista os preços terem alcançado patamares bastante elevados a partir do final de 2007, chegando a alcançar R\$ 297,50 por saca de 60 kg em São Paulo (SP) em janeiro de 2008 (Gráfico 25).

Milho

A safra 2008/2009 brasileira de milho deverá ser cultivada em 14,2 milhões de hectares, superfície 4% inferior à da safra 2007/2008. Contribuíram para essa redução o alto custo de produção em relação à soja no momento de decisão de plantio e a queda do preço internacional da *commodity*, ocasionada pela crise econômica.

Confirmando expectativa da edição n. 19 deste periódico (BNB, 2009), as chuvas irregulares e estiagens no Paraná e Rio Grande do Sul no período de desenvolvimento vegetativo, floração e início da frutificação deverão acarretar uma redução de 11,5% na quantidade produzida em 2008/2009, em relação à safra 2007/2008, caindo para 51,9 milhões de toneladas (Tabela 18).

Contrariando a tendência nacional, e favorecida pela excelente condição climática à época do plantio, a região Nordeste deverá cultivar o milho em 3,1 milhões de hectares (área 3,2% superior à da safra 2007/2008), elevando a produção para 4,8 milhões de toneladas (+9,2% em relação a

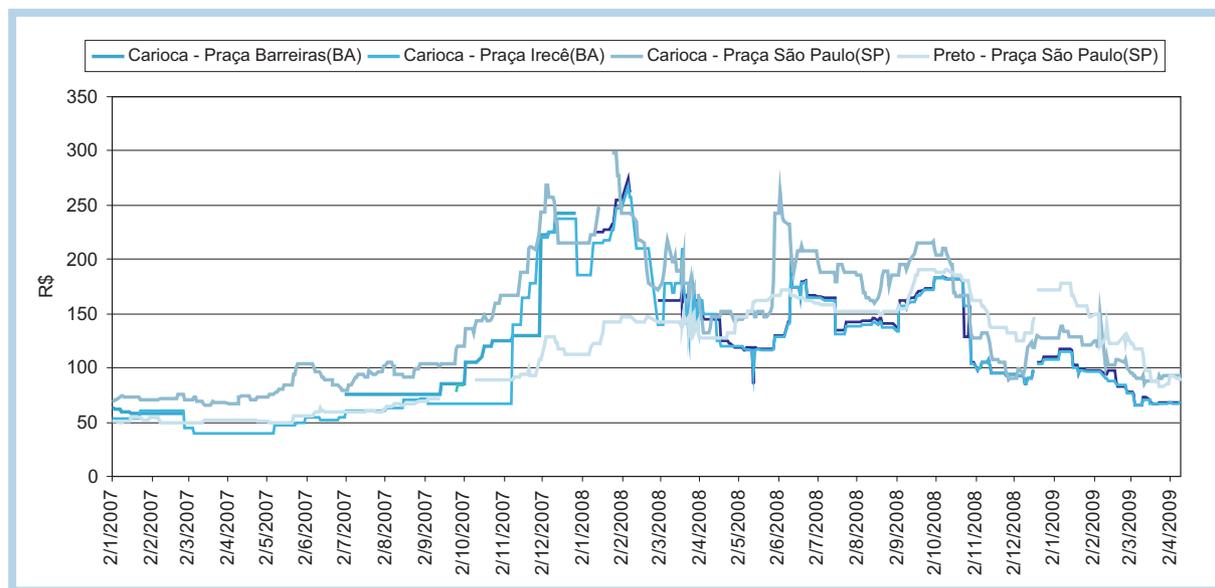


Gráfico 25 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Feijão Carioca tipo 1 em Barreiras (BA), Irecê (BA) e São Paulo (SP) e Preto em São Paulo (SP), de janeiro/07 a abril/09

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

14 Valores referentes a 9 de abril de 2009.

Tabela 18 – Milho Total (1ª e 2ª Safras). Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var. (%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var. (%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var. (%)
NORTE	572,3	532,4	(7,0)	2.399	2.426	1,1	1372,8	1.291,7	(5,9)
NORDESTE	2.991,5	3.087,8	3,2	1.473	1.558	5,8	4.407,4	4.811,6	9,2
Maranhão	353,3	369,9	4,7	1.388	1.503	8,3	490,4	556,0	13,4
Piauí	290,9	329,0	13,1	1.110	1.792	61,4	322,9	589,6	82,6
Ceará	694,2	725,4	4,5	1.084	1.225	13,0	752,5	888,6	18,1
Rio Grande do Norte	89,4	89,7	0,3	729	735	0,7	65,2	65,9	1,1
Paraíba	193,0	193,0	0,0	666	670	0,6	128,5	129,3	0,6
Pernambuco	304,2	307,2	1,0	610	610	(0,0)	185,6	187,4	1,0
Alagoas	72,6	75,0	3,3	612	600	(1,9)	44,4	45,0	1,4
Sergipe	162,7	162,7	0,0	2.774	2.774	0,0	451,3	451,3	0,0
Bahia	831,2	835,9	0,6	2.366	2.271	(4,0)	1.966,6	1.898,5	(3,5)
CENTRO-OESTE	3.774,7	3.438,5	(8,9)	4.421	4.172	(5,6)	16.686,2	14.346,8	(14,0)
SUDESTE	2.350,9	2.257,2	(4,0)	4.857	4.713	(2,9)	11.417,6	10.639,3	(6,8)
SUL	5.086,2	4.874,8	(4,2)	4.872	4.271	(12,3)	24.779,7	20.819,3	(16,0)
NORTE/NORDESTE	3.563,8	3.620,2	1,6	1.622	1.686	3,9	5.780,2	6.103,3	5,6
CENTRO-SUL	11.211,8	10.570,5	(5,7)	4.717	4.333	(8,1)	52.883,5	45.805,4	(13,4)
BRASIL	14.775,6	14.190,7	(4,0)	3.970	3.658	(7,9)	58.663,7	51.908,7	(11,5)

Fonte: CONAB, 2009d.

2007/2008). Vale destacar o aumento de 82,6% na safra do Piauí, com produção de 589,6 mil toneladas, chegando a ultrapassar o Maranhão e a ocupar a terceira posição na região, ficando atrás apenas da Bahia e do Ceará.

Os preços do milho no mercado interno começaram 2009 em declínio, depois de uma leve alta em dezembro/2008. A queda da demanda, associada ao aumento da oferta do produto, tanto novo quanto estocado, contribuiu para esse comportamento. De março a abril de 2009, os preços do milho se mantiveram estáveis em Fortaleza (CE) e Cascavel (PR), sendo a saca de 60 kg cotada a R\$ 29,00 e R\$ 17,50, respectivamente. Em São Paulo/SP (preço CIF) a cotação aumentou 4%, atingindo R\$ 20,80, e declinou 2,8% em Barreiras (BA) chegando a R\$ 17,50. Entretanto, em um ano, os preços declinaram em todas essas praças, variando de -12,1% em Fortaleza (CE) a -20,5% em Barreiras (BA) e Cascavel (PR). A busca por produtos de menor risco e maior liquidez no mercado, como a soja, por exemplo, contribuiu so-

bremaneira para a redução do preço do milho no mercado interno (Gráfico 26).

Na Bolsa de Chicago (CBOT), os contratos futuros oscilaram de acordo com as informações que chegavam ao mercado. A divulgação de uma leve redução da área plantada nos Estados Unidos e o anúncio do pacote de ajuda financeira contra a crise, pelo G-20, favoreceram a alta nos preços no início de abril. Os contratos com vencimentos em maio e julho de 2009 tiveram alta de 6,8% e 6,5% em março e abril/2009. Entretanto, em um ano, os preços acumularam quedas de 38% e 36,7%, sendo o milho cotado a US\$ 3,90/bushel¹⁵ e US\$ 4,00/bushel, respectivamente, ainda em virtude dos efeitos da crise financeira internacional. Para 2010, há expectativa de melhora dos preços, hajam vista os contratos com vencimentos para maio e julho de 2010 estipularem preços superiores aos de vencimentos em 2009, sendo o milho cotado a US\$ 4.41/bushel e US\$ 4.47/bushel, respectivamente.

15 Bushel de milho = 25,4kg.

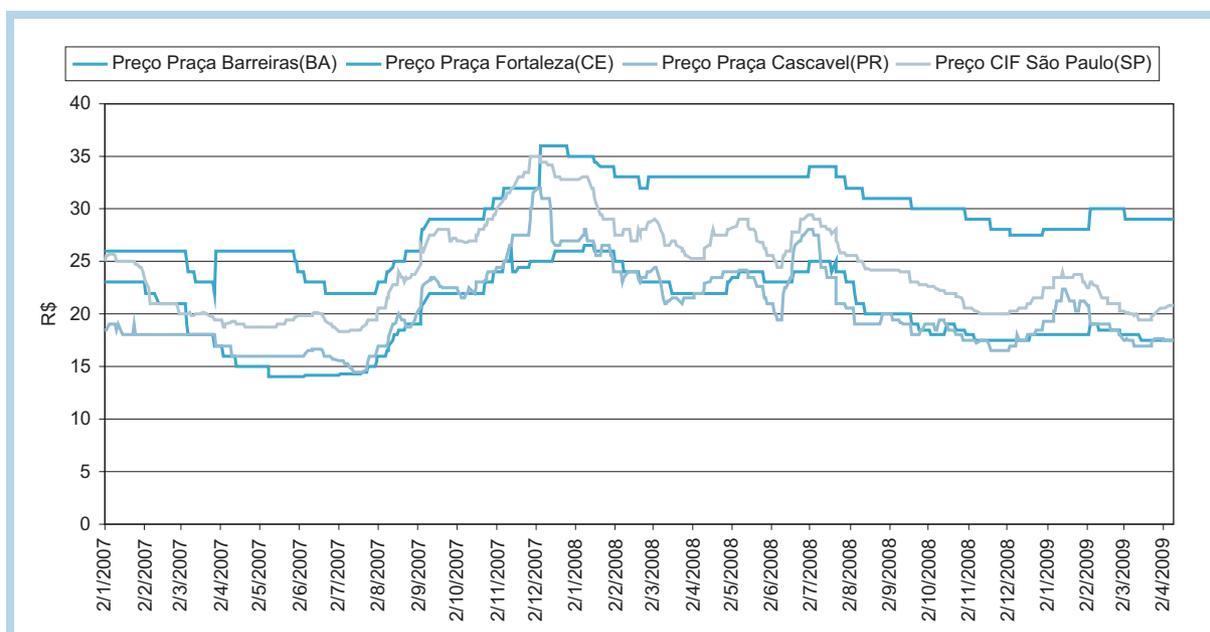


Gráfico 26 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Milho em Barreiras (BA), Fortaleza (CE), Cascavel (PR) e Preço CIF São Paulo (SP), de janeiro/2007 a abril/2009

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

Soja

Apesar do atraso no plantio da soja no Rio Grande do Sul, no Paraná e no Mato Grosso do Sul, devido à estiagem ocorrida em dezembro/2008, a área destinada ao cultivo dessa oleaginosa deverá aumentar em 1,2%, destinando-se, para tanto, 21,6 milhões de hectares. A ocorrência dessa estiagem também na porção oeste de Santa Cata-

rina e no Mato Grosso, maior produtor nacional, deverá prejudicar a produção da soja, conduzindo a uma colheita de 58,1 milhões de toneladas de soja, volume 3,1% menor que o obtido na safra 2007/2008 (Tabela 19).

No que tange à área destinada ao plantio, a região Nordeste deverá acompanhar a tendência nacional, aumentando também em torno de apenas

Tabela 19 – Soja. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)	Safra 07/08	Safra 08/09	Var.(%)
NORTE	517,5	506,9	-2,0	2.845,2	2.864,3	0,7	1.472,4	1.451,9	-1,4
NORDESTE	1.580,1	1.594,9	0,9	3.056,6	2.773,5	-9,3	4.829,8	4.423,4	-8,4
Maranhão	421,5	390,7	-7,3	2.996,0	2.779,1	-7,2	1.262,8	1.085,8	-14,0
Piauí	253,6	273,9	8,0	3.231,1	3.015,0	-6,7	819,4	825,8	0,8
Bahia	905,0	930,3	2,8	3.036,0	2.700,0	-11,1	2.747,6	2.511,8	-8,6
CENTRO-OESTE	9.634,8	9.836,4	2,1	3.021,8	2.939,7	-2,7	29.114,0	28.915,9	-0,7
SUDESTE	1.396,0	1.433,5	2,7	2.853,4	2.829,6	-0,8	3.983,4	4.056,2	1,8
SUL	8.184,7	8.191,4	0,1	2.519,1	2.354,8	-6,5	20.618,1	19.289,1	-6,4
NORTE/NORDESTE	2.097,6	2.101,8	0,2	3.004,5	2.795,4	-7,0	6.302,2	5.875,3	-6,8
CENTRO-SUL	19.215,5	19.461,3	1,3	2.795,4	2.685,4	-3,9	53.715,5	52.261,2	-2,7
BRASIL	21.313,1	21.563,1	1,2	2.816,0	2.696,1	-4,3	60.017,7	58.136,5	-3,1

Fonte: CONAB, 2009e.

1%, ou seja, de 1.580,1 mil hectares para 1.594,9 mil hectares. Fortemente afetados pela estiagem, a Bahia e o Maranhão, cujas produções representam 56,8% e 24,5%, respectivamente, da produção regional, deverão impactar negativamente o volume a ser colhido, com redução de 8,4% na produção nordestina de soja em relação a 2007/2008, caindo para 4,4 milhões de toneladas.

A previsão de melhora nos preços da soja se confirmou. No ano 2009, o Índice Cepea/Esalq já acumulou alta de 5,1%, alcançando R\$ 49,34 a saca de 60kg em 17 de abril. Entretanto, os preços continuam oscilantes, com alta em janeiro e baixas em fevereiro e março, voltando a se recuperar em abril, por conta de informações sobre recuperação da demanda externa. A expectativa de menor produção mundial, somada a um aumento na demanda, contribuiu para que os preços se mantivessem firmes. No Nordeste, os preços da saca da soja permaneceram praticamente estáveis em um ano (alta de apenas 0,74% em Balsas,

onde a saca foi cotada a R\$ 41,00). Em abril, os preços tiveram alta de 7,9% e 10,8% em Balsas (MA) e Barreiras (BA), respectivamente, comparativamente ao mês anterior (Gráfico 27).

No mercado internacional, os preços da soja voltaram a se recuperar na Bolsa de Chicago (CBOT) em abril/2009, com altas em um mês de 15,1%, 14,4% e 13,1% para os contratos com vencimentos em maio, julho e agosto de 2009, cotados a US\$ 10.51/bushel¹⁶, US\$ 10.41/bushel e US\$ 10.13/bushel, respectivamente¹⁷. Esses números confirmam o comportamento altista decorrente das notícias positivas no mercado dos Estados Unidos (altas nos mercados acionários e de *commodities*, devido à menor pressão da crise internacional) e de maior demanda do produto pela China.

Sobre a cultura da soja no Nordeste veja também, nesta edição de Conjuntura, artigo no capítulo Avaliações e Perspectivas.

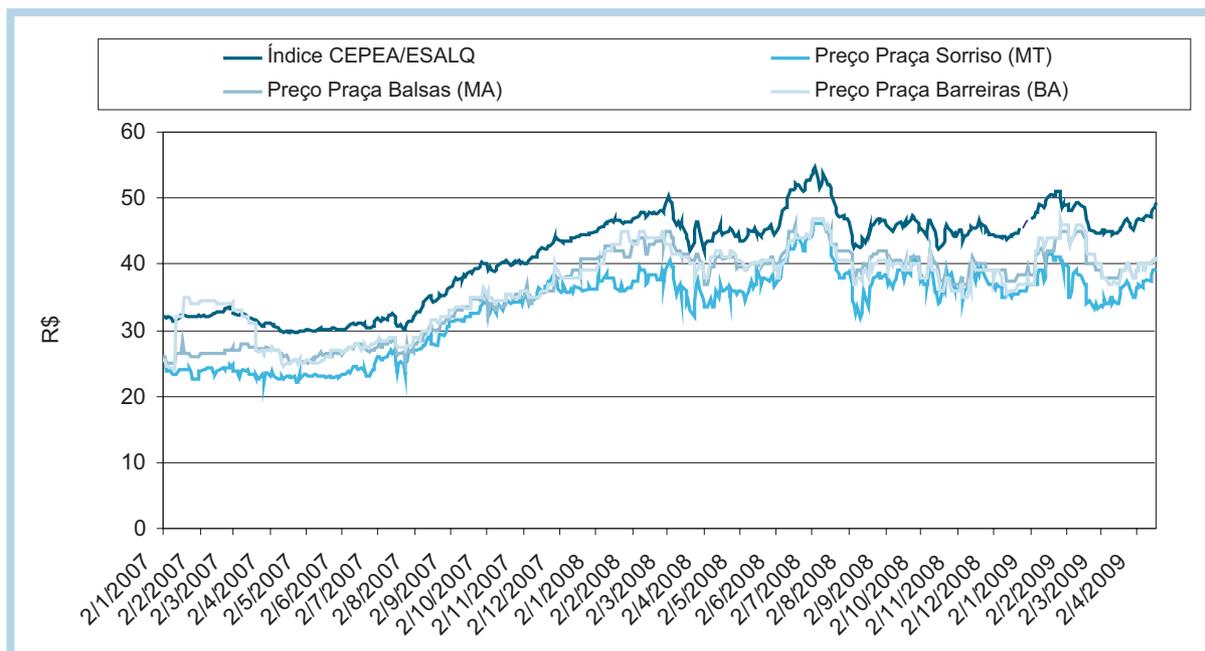


Gráfico 27 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg de Soja em Balsas (MA), Barreiras (BA), Sorriso (MT) e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2007 a abril/2009.

Fonte: CMA, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

16 Bushel de soja = 27,22kg.

17 Valores referentes a 17 de abril de 2009.

Mamona

Os incentivos governamentais para a produção de biodiesel através da mamona ainda não foram suficientes para garantir a confiança do produtor. A área destinada ao plantio dessa oleaginosa deverá recuar 7,8%, sendo a mamona produzida em 150 mil hectares na safra 2008/2009. A ausência de tratamentos culturais adequados deverá influenciar negativamente a produção, reduzindo para 90,2 mil toneladas o volume a ser produzido, ou seja, 26,9% em relação à safra anterior.

Responsável por 88,5% da produção nacional, o Nordeste reduzirá em 9% a área destinada ao plantio, o que acarretará diminuição de 29,7% na produção regional. Maior produtor do país, sendo responsável por 62,7% da produção nacional e 70,9% da produção regional, a Bahia deverá reduzir em 17,7% a área destinada ao plantio da mamona em 2008/2009, o que acarretará uma diminuição de 43% em sua produção. Tanto em área como em produção, a retração da Bahia será bem superior à do Nordeste, quer em termos absolutos, quer em termos proporcionais. Por outro lado, o Ceará, devido à maior estruturação do programa estadual de incentivo à produção de mamona, deverá expandir sua área plantada em

29,2%, o que proporcionará incremento de 67,5% em sua produção.

Vale ressaltar que, segundo dados da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis, as usinas que atualmente produzem biodiesel não vêm utilizando a mamona em seus processos produtivos. Isso indica que a produção deverá ser canalizada para a indústria ricinoquímica, dada a expectativa de melhor remuneração para o produto.

Café

Apesar dos efeitos da crise internacional, o mercado do café apresentou ligeira recuperação de preços. Os contratos futuros de café arábica na Bolsa de Nova York (ICE Futures) com vencimentos em maio, julho e setembro/2009 obtiveram ganhos de 0,54%, 0,44% e 0,48%, sendo cotados a 111,55 centavos de dólar por libra de peso (cents/lb), 113,50 cents/lb e 115,80 cents/lb, respectivamente¹⁸. Contribuíram para esse comportamento a queda da produção brasileira (a maior em todo o mundo) e a perspectiva de aumento de consumo, segundo a Organização Internacional do Café (OIC). Entretanto, a crise internacional continua a afetar o setor, cujo cres-

Tabela 20 – Mamona. Comparativo de Área, Produtividade e Produção. Safras 2007/2008 e 2008/2009

REGIÃO/UF	ÁREA (Em mil ha)			PRODUTIVIDADE (Em kg/ha)			PRODUÇÃO (Em mil t)		
	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%	Safra 07/08	Safra 08/09	Var%
NORDESTE	155,9	141,9	(9,0)	728	562	(22,8)	113,5	79,8	(29,7)
Piauí	2,7	2,3	(14,8)	407	826	102,8	1,1	1,9	72,7
Ceará	26,4	34,1	29,2	432	560	29,7	11,4	19,1	67,5
Rio Grande do Norte	0,1	0,1	0,0	1.000	0	(100,0)	0,1	0	(100,0)
Pernambuco	3,7	4,2	13,5	432	524	21,1	1,6	2,2	37,5
Bahia	123,0	101,2	(17,7)	807	559	(30,7)	99,3	56,6	(43,0)
SUDESTE	6,8	8,1	19,1	1.456	1.284	(11,8)	9,9	10,4	5,1
SUL	-	-	-	-	-	-	-	-	-
NORTE/NORDESTE	155,9	141,9	(9,0)	728	562	(22,8)	113,5	79,8	(29,7)
CENTRO-SUL	6,8	8,1	19,1	1.456	1.284	(11,8)	9,9	10,4	5,1
BRASIL	162,7	150,0	(7,8)	758	601	(20,7)	123,4	90,2	(26,9)

Fonte: CONAB, 2009a.

¹⁸ Valores referentes a 17 de abril de 2009.

cimento esperado poderia ser ainda maior, caso não tivesse havido alteração no comportamento dos consumidores em alguns dos principais países importadores, que passaram a adquirir produto de menor qualidade e reduziram a compra de bebidas em cafeterias. As perdas relativas a esses contratos em um ano chegam a 26,9% para aqueles com vencimento em maio/2009 e a 26,1% para aqueles com vencimento em setembro/2009.

Em Vitória da Conquista (BA), os preços chegaram a R\$ 200,00 para o café Bica Rio T.6/7, R\$ 230,00 para o café Bica Dura T.6/7 e R\$ 240,00 para o café despulpado, registrando desde o início de 2009 altas de 14,3%, 2,2% e 2,1%, respectivamente. Já os Índices Cepea/Esalq, de janeiro a abril de 2009, registraram alta de 2,8% para o café arábica, cotado a R\$ 255,29 a saca de 60 kg, e baixa de 10,5% para o café conillon, cotado a R\$ 197,64. Além dos fatores já mencionados (menor produção e maior consumo), esses comportamentos podem também ser explicados pela melhora no

cenário internacional, resultado de reuniões entre representantes das principais economias mundiais em busca de soluções para amenizar os efeitos negativos da crise internacional. No caso do café conillon, o desinteresse dos compradores e a retração dos produtores contribuíram para reduzir a comercialização e o preço do produto (Gráfico 28).

Cana-de-açúcar

Os negócios com o açúcar cristal iniciaram 2009 bastante aquecidos, influenciados pelo mercado internacional desse produto, por conta de especulações de preços baseadas em grande desequilíbrio entre oferta e demanda. Segundo a Organização Internacional do Açúcar (OIA), esse déficit deve atingir 4,3 milhões de toneladas em 2008/2009. A saca de 50kg esteve cotada em março/2009 a R\$ 48,61 em Alagoas, R\$ 45,15 em Pernambuco e R\$ 48,40 pelo Índice Cepea/Esalq, com altas desde início de 2009 de 60,9%, 48,3% e 52,6%, respectivamente (Gráfico 29).

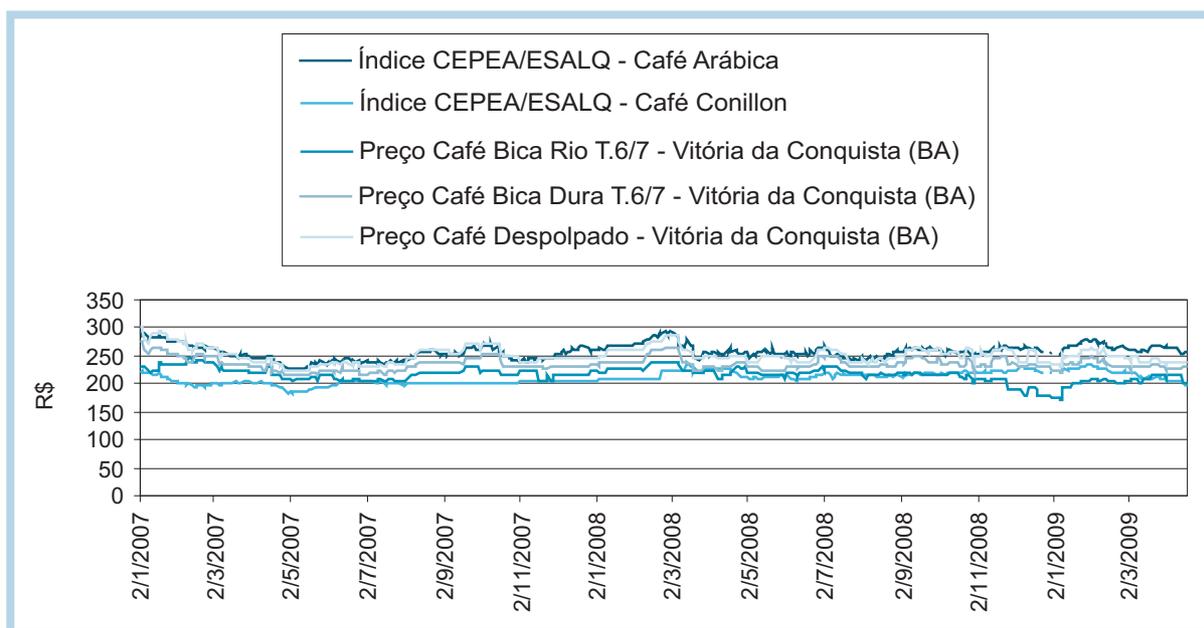


Gráfico 28 – Evolução dos Preços da Saca de 60 kg em Vitória da Conquista (BA) dos Cafés Bica Dura T.6/7, Bica Rio T. 6/7 e Despulpado e Índice Cepea/Esalq para os Cafés Arábica e Conillon, de janeiro/2007 a março/2009.

Fonte: CMA, 2009; CEPEA/ESALQ, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

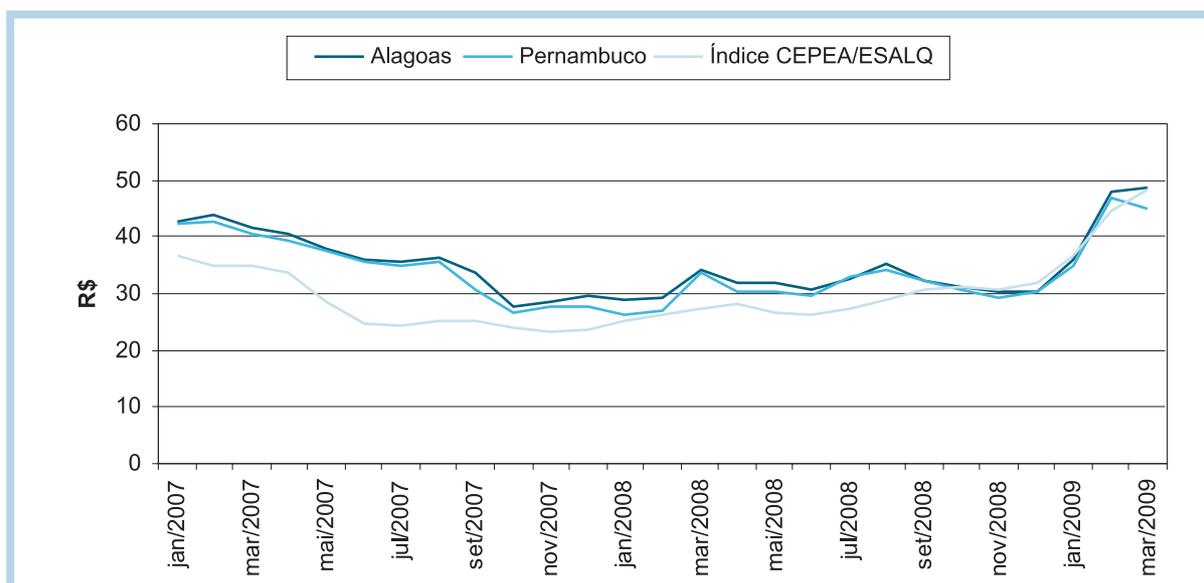


Gráfico 29 – Evolução dos Preços da Sacca de 50 kg do Açúcar Cristal em Alagoas, Pernambuco e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2007 a março/2009.

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

Com relação aos preços do álcool, observa-se que a proximidade da nova safra forçou a colocação do produto da safra anterior no mercado, o que contribuiu para o declínio de sua cotação. Em março/2009 o litro do álcool anidro estava cotado a R\$ 0,92 em Alagoas, R\$ 0,93 em Pernambuco e R\$ 0,74 pelo Índice Cepea/Esalq, registrando em um mês quedas de 10,3%, 12,8% e 13,2%, respectivamente. Com relação ao álcool

hidratado, somente registrou-se em um ano alta em Pernambuco, ainda assim de apenas 1,3%. Entretanto, em um mês o comportamento foi de expressiva baixa, de 10,6% (R\$ 0,84/litro). Em Alagoas, as perdas no preço em um mês chegaram a 11,2%, sendo o litro cotado a R\$ 0,82 em março/2009, enquanto o Índice Cepea/Esalq acumulou perda mensal de 14,4%, sendo o litro cotado a R\$ 0,65 (Gráfico 30).

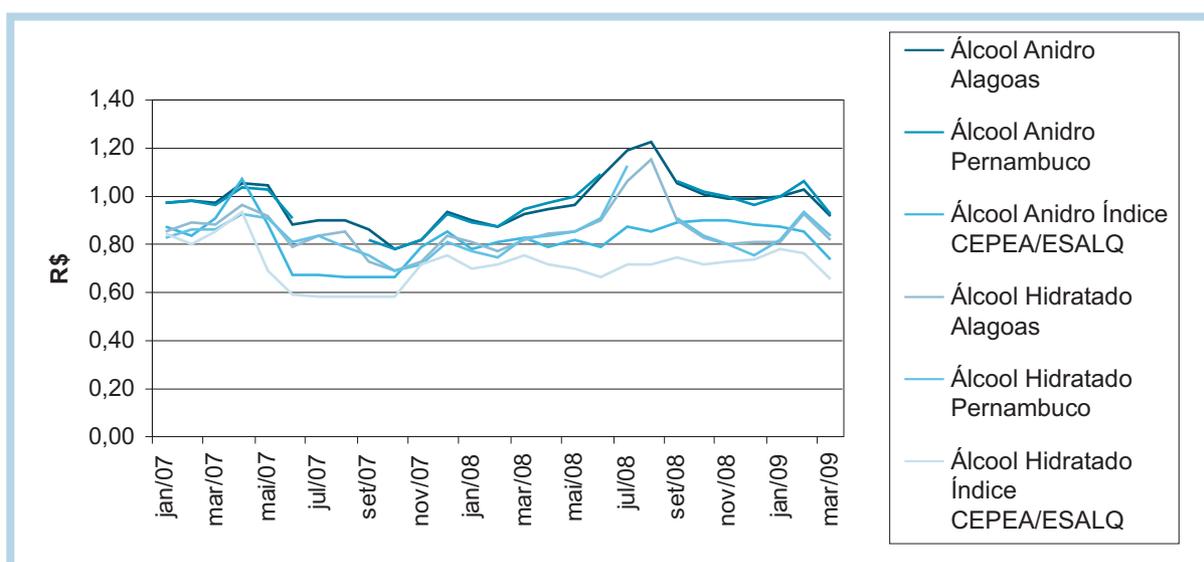


Gráfico 30 – Evolução dos Preços do Litro do Álcool Anidro e do Álcool Hidratado em Alagoas, Pernambuco e Índice Cepea/Esalq, de janeiro/2007 a março/2009.

Fonte: CEPEA/ESALQ, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

3.4.3 - Pecuária

O cenário da pecuária nacional continua desfavorável para os produtores. De acordo com o Cepea, o fevereiro de 2009 foi um mês pontuado por baixas de preços em todo o setor. Em São Paulo, o boi gordo acumulou baixa de 4,8% no mês, com pecuaristas e representantes de frigoríficos limitando-se a negociar apenas o suficiente para suprir suas necessidades de curto prazo. Ressalte-se que, mesmo com as recentes quedas, os preços do bezerro ainda são elevados, por conta de sucessivas altas ocorridas no período de janeiro de 2007 a julho de 2008, quando a cotação subiu de R\$ 362,15 para R\$ 754,51, registrando aumento de 108,3% (CEPEA, 2009b).

O mercado externo não foi mais promissor para os pecuaristas, devido ao desempenho desfavorável das exportações, destacando-se a ocorrência de reduções tanto no volume quanto no valor em dólar pago pela carne. Esse fato levou ao acirramento da concorrência interna entre os frigoríficos, na medida em que as grandes empresas exportadoras resolveram direcionar seus excedentes para o mercado interno, disputando mercados regionais com frigoríficos de pequeno porte. Na comparação de fevereiro de 2009 com fevereiro de 2008, os dados apontam para uma redução de 14% no volume exportado de carne *in natura*, bem como de 15% no valor pago por tonelada (que chegou a ser negociada a US\$ 2,8 mil).

REFERÊNCIAS

ABIMAQ. **As incertezas do setor de máquinas.** Disponível em: <<http://www.abimaq.org.br>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

ABIQUIM. **Produção e vendas melhoram no início de 2009, mas os resultados ficam abaixo dos alcançados nos dois primeiros meses do ano passado.** Disponível em: <<http://www.abiquim.org.br>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

ABIT. **No vermelho, setor deixa de exportar mais de US\$ 39 milhões para a Argentina.** Disponível em: <<http://www.abit.org.br>>. Acesso em: 2 abr. 2009.

AUMENTO do salário mínimo injetará R\$ 23,1 bilhões na economia em 2009. **Valor online.** Disponível em: <<http://www.valoronline.com.br/ValorOnLine/MateriaCompleta.aspx?tit=Aumento>

+do+salario+minimo+injetara+R\$+231+bilhoes+na+economia+em+2009&codMateria=5391599&dtMateria=30+01+2009&codCategoria=197>. Acesso em: 20 abr. 2009.

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Indicadores econômicos de 22 de abril de 2009,** abr. 2009. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/pec/indeco/Port/ie2-31.xls>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Revista Conjuntura Econômica,** n. 19, out./dez. 2008. Fortaleza: BNB, 2008.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL; ETENE. **Sistema de gerenciamento de mercados agropecuários (SIGMAN).** Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil S/A, 2009. Acesso em: 13 abr. 2009.

BNDES. Disponível em: <<http://www.bndes.gov.br>>. Acesso em: 9 maio 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. **Governo central registrou superávit primário de 6,5 bilhões em março**. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 10 maio 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. **Aliceweb**. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.aliceweb.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2009b.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 4 abr. 2009c.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível: <<http://aliceweb.desenvolvimento.gov.br/>>. Acesso em: 4 maio 2009d.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. **MDS em números**: abr. 2007. Disponível em: <<http://www.mds.gov.br/sites/mds-em-numeros/sites/mds-em-numeros/paginas/regioes/2-regiao-nordeste>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. **Brasil – comportamento do emprego formal nos períodos de janeiro a dezembro segundo o Caged**. 2009e. Disponível em: <<http://www.mte.gov.br/#>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Agricultura. **Agrostat**. Disponível em: <<http://www.agricultura.gov.br/agrostat>>. Acesso em: 14 abr. 2009f.

CAGED. **Evolução do emprego por nível setorial**, abr. 2009. Disponível em: <<http://estatistica.caged.gov.br/>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

CEPEA. **PIB do agronegócio recua pelo segundo mês**. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 14 jan. 2009a.

CEPEA. **Agromensal**, fev. 2009. Disponível em: <<http://www.cepea.esalq.usp.br>>. Acesso em: 14 jan. 2009b.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de algodão**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Algodao.htm>. Acesso em: 9 abr. 2009a.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de milho**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Milho.htm>. Acesso em 9 abr. 2009b.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de soja**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Soja.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009c.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de café**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/Cafe.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009d.

CEPEA/ESALQ. **Indicador de açúcar & álcool**. Disponível em: <http://www.cepea.esalq.usp.br/agromensal/2009/04_abril/AcucarAlcool.htm>. Acesso em: 20 abr. 2009e.

CMA (Consultoria, Métodos, Assessoria e Mercantil S/A). **Trading Analysis Information**. São Paulo: CMA, 2009.

CNA. **Indicadores rurais**. Brasília: CNA, 2008. Disponível em: <<http://www.cna.org.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

CONAB. **Sétimo levantamento de acompanhamento da safra brasileira de grãos**, abr. 2009. Brasília: CONAB, 2009a.

CONAB. **Conjuntura semanal: algodão**, 02-06 fev. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2009b.

CONAB. **Conjuntura semanal: feijão**, 09-13 mar. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2009c.

CONAB. **Conjuntura semanal: milho**, 30-04 abr. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 9 abr. 2009d.

CONAB. **Conjuntura semanal:** soja, 06-10 abr. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009e.

CONAB. **Conjuntura semanal:** café, 06-09 abr. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009f.

CONAB. **Conjuntura semanal:** cana-de-açúcar, 06-10 abr. 2009. Disponível em: <<http://conab.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009g.

CREDIAMIGO alcança 1 milhão de clientes. **Diário do Nordeste.** Disponível em: <<http://www.bnb.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

DESONERAÇÕES para compensar crise custaram R\$ 12,4 bilhões aos cofres públicos. **Agência Brasil.** Disponível em: <<http://www.agenciabrasil.gov.br/noticias/2009/04/17/materia.2009-04-17.5217479812/view>> Acesso em: 20 abr. 2009.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Recife,** fevereiro 2009a. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr0209.pdf>>. Acesso em: 17 de abr. 2009.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Recife,** janeiro 2009b. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/pedrecife/pedrmr0109.pdf>>. Acesso em: 17 de abr. 2009.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Salvador,** janeiro 2009c. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/ped/ssa/pedssa_2009.xml#>. Acesso em: 17 de abr. 2009.

DIEESE. **Preço da cesta básica em abril diminui em sete das dezessete capitais.** Disponível em: <<http://www.dieese.org.br>>. Acesso em: 5 maio 2008.

DIEESE. **Alimentos essenciais sobem apenas em três capitais, em fevereiro,**

mar. 2009d. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/rel/rac/racmar09.xml#>>. Acesso em: 24 abr. 2009.

DIEESE. **Pesquisa de emprego e desemprego na região metropolitana de Fortaleza,** novembro 2009e. Disponível em: <<http://www.dieese.org.br/ped/ce/pedce.xml#>>. Acesso em: 17 de abr. 2009.

EXPORTAÇÃO de couro cai 53%. **Diário do Nordeste,** Fortaleza, 19 abr. 2009. Disponível em: <<http://www.diariodonordeste.globo.com>>. Acesso em: 19 abr. 2009

FGV. *In:* Banco Central do Brasil. **Indicadores Econômicos.** Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>> Acesso em: 15 abr. 2009.

FIEB. Acompanhamento Conjuntural, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 2 maio 2009.

FIEPE. Indicadores Conjunturais CNI/FIEPE. Disponível em: <<http://www.fiepe.org.br>>. Acesso em: 4 maio 2009.

FUNCEX. **China passa os EUA pelo segundo mês seguido.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 6 maio 2009a.

FUNCEX. **Restrições da Argentina pressionam autopeças.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 9 maio 2009b.

FUNCEX. **Importação de confecções anda na contramão e sobe 75%.** Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009c.

GLOBAL21. Mercado de celulose começa a se recuperar. Disponível em: <<http://www.global21.gov.br>>. Acesso em: 15 abr. 2009a.

GLOBAL21. Wal-Mart vai investir R\$ 450 milhões e abrir 30 lojas no Nordeste. Disponível em: <<http://www.global21.com.br>>. Acesso em: 4 abr. 2009b.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**, out.-dez. 2008. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2009.

IBGE. **Contas nacionais trimestrais**, out.-dez. 2009a. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2009.

IBGE. **Pesquisa mensal de emprego**, mar. 2009b. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 11 maio 2009.

IBGE. **Pesquisa industrial mensal**: produção física, fev. 2009c. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 22 abr. 2009.

IBGE. **Pesquisa mensal de comércio**, fev. 2009d. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 16 abr. 2009.

IBGE. **SIDRA**: comércio. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2009e.

IBGE. **SIDRA**: índice de preços. Disponível em: <<http://www.sidra.ibge.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2009f.

IEDI. **Análise IEDI**: a crise dos manufaturados. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em 6 maio 2009a.

IEDI. **Análise IEDI**. Indústria: o incentivo ao investimento. Disponível em: <http://www.iedi.org.br>. Acesso em: 1 abr. 2009b.

IEDI. **O déficit comercial da indústria de transformação em 2008**. Disponível em: <<http://www.iedi.org.br>>. Acesso em: 9 abr. 2009c.

IPEA. **Sensor econômico**, fevereiro 2009. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/pdf/Sensor_Economico_fevereiro.pdf>. Acesso em: 22 de abr. 2009.

MERCADO nordestino cresce 19% e acirra disputa de supermercados. **Agência Estado**. Disponível em: <http://www.estadao.com.br/estadaodehoje/20090423/not_imp358982,0.php>. Acesso em: 20 abr. 2009.

SECEX. Acompanhamento conjuntural, abr. 2009. Disponível em: <<http://www.fieb.org.br>>. Acesso em: 4 maio 2009.

VENDA de veículos sobe 36,2% e garante melhor março do setor. **Agência Estado**. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/economia,venda-de-veiculos-cresce-36-2-em-marco--e-16-9-em-um-ano,350841,0.htm>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

4 - Emprego e Rendimento

4.1 - Brasil

Os impactos da crise econômica mundial têm sido anunciados em tom bastante pessimista, principalmente nos EUA, na Europa e no Japão. Segundo o Fundo Monetário Internacional (FMI), nessas regiões as taxas de desemprego deverão elevar-se a níveis incomuns, em relação à série histórica recente. Nos EUA, por exemplo, a taxa de desemprego deve evoluir dos 5,8% de 2008, para 8,8% em 2009 e 10,1% em 2010. Na União Européia, de 7,5% (2008) para 10,1% (2009) e 11,5% (2010). No Japão, de 4% (2008) para 4,6% (2009) e 5,6% (2010). Ainda não há projeções disponíveis para os países em desenvolvimento. A crise, contudo, também já tem mostrado efeitos negativos no emprego no Brasil, tanto em âmbito nacional como na região Nordeste.

Uma das principais fontes de dados sobre o mercado formal de trabalho no Brasil é o Cadastro Geral de Empregados e Desempregados (Caged), do Ministério do Trabalho e Emprego. Os números do Caged mostram que, a despeito do incremento no estoque de empregos, o ritmo é descendente. Em termos absolutos, no período de 12 meses, entre março de 2008 e março de 2009, foram criados 840 mil novos postos de trabalho com carteira assinada no país, alta de 2,8% no esto-

que de empregos no período. Comparativamente ao saldo gerado entre março de 2007 e março de 2008, houve uma queda brusca, já que nesse período haviam sido contratados quase 1.800 mil trabalhadores. Esse resultado negativo foi causado principalmente pela indústria de transformação, que eliminou 115 mil ocupações em 12 meses.

Analisando-se apenas as seis principais regiões metropolitanas do país¹, entre ocupações formais e informais, a Pesquisa Mensal de Emprego (PME), do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostra pequena elevação na taxa de desocupação de março de 2009 (9%) sobre março de 2008 (8,6%). O contingente da população ocupada mostrou-se estável (21 milhões de pessoas). A população desocupada, contudo, cresceu 6,7%, em relação a março de 2008, com um acréscimo de 130 mil pessoas em 12 meses. Houve redução na taxa de desocupação nas regiões metropolitanas de Belo Horizonte, Porto Alegre e Salvador, e elevação nas regiões metropolitanas de Recife, Rio de Janeiro e São Paulo. Ainda segundo a PME, a população ocupada em março de 2009 auferiu rendimento médio de R\$ 1.321,40, alta real de 5% em relação a março de 2008.

1 Belo Horizonte, Porto Alegre, Recife, Rio de Janeiro, Salvador e São Paulo.

4.2 - Nordeste

A Relação Anual de Informações Sociais (Rais), do Ministério do Trabalho e Emprego, indica que o Nordeste contabilizou aproximadamente 6,5 milhões de empregos formais em 2007, ou 17,5% dos empregos formais do país². Desses, 34% estão vinculados à administração pública. Mas esse índice variava de 29,5%, em Pernambuco, a 45,7%, na Paraíba. Quanto aos setores de atividades, destacaram-se: serviços (26,5%), comércio (16,1%) e indústria de transformação (13,7%). O setor agrícola respondeu por apenas 3,5% dos empregos formais. O setor de transformação, que envolve atividades que agregam maior valor aos produtos e detém 13,7% dos empregos formais do Nordeste, alcança 18,3% no âmbito nacional. Em 2007, Bahia, Pernambuco e Ceará, juntos, respondiam por 62,2% dos empregos formais do Nordeste, com 27,2%, 18,9% e 16,1%, respectivamente.

Acrescendo-se a essas informações, os dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílio (Pnad), do IBGE, referente a 2007, observa-se que, consideradas as ocupações formais e informais, o setor agrícola responde por mais de um terço (33,8%) da população ocupada da região, bem superior à sua participação em âmbito nacional (19,3%). A região também se caracteriza pela precariedade do emprego, já que os trabalhadores com carteira assinada respondem por apenas 27% da população ocupada no Nordeste, bastante inferior aos 40% registrados em todo o país.³

Além dessas características estruturais do mercado de trabalho no Nordeste, vale conhecer também os aspectos conjunturais mais recentes do emprego na região, destacando-se que as informações conjunturais devem ser analisadas pela ótica da estrutura do mercado de trabalho já apresentada.

A PME referente a março de 2009 estimou em 10,4% a taxa de desocupação⁴ na Região Metropolitana de Recife. A de Salvador foi estimada em 11,9%, a menor taxa de série desde 2002 para esse mesmo mês, que em 2008 atingiu 12,8% (ver Gráfico 1).

O Caged registrou um acréscimo de 840 mil empregos formais⁵ do país entre março de 2008 e março de 2009 (alta de 2,8%). No Nordeste, o crescimento foi de 158 mil ocupações no mesmo período (alta de 3,8%). Entre os estados nordestinos, o destaque ficou com o setor de serviços, em Pernambuco (19,5 mil), Bahia (18,4 mil) e Ceará (18,4 mil); e com o setor da construção civil, em Pernambuco (7,8 mil) e no Maranhão (7,6 mil). Na contramão, o setor agrícola maranhense, que eliminou 4,3 mil empregos formais.

A Pesquisa Industrial Mensal de Emprego e Salário (Pimes), do IBGE, indicou que entre fevereiro de 2008 e fevereiro de 2009, o emprego formal na indústria⁶ manteve-se praticamente estável em Pernambuco, Bahia e Ceará. Em âmbito nacional

2 A Rais é um registro administrativo do MTE, de periodicidade anual, com cobertura de 97% dos estabelecimentos formais do país. Suas características possibilitam o conhecimento da estrutura do mercado formal de trabalho no país. A última versão da Rais reúne dados de 2007.

3 A população ocupada compreende empregados, conta própria, empregadores e não-remunerados, segundo o IBGE.

4 Na metodologia da PME, "desocupação" diz respeito a pessoas que procuraram trabalho de modo efetivo nos trinta dias anteriores ao da entrevista e que não exerceram trabalho nos últimos sete dias. Esse é o conceito de desemprego aberto.

5 Empregos com carteira assinada.

6 Empregos com carteira assinada na indústria.

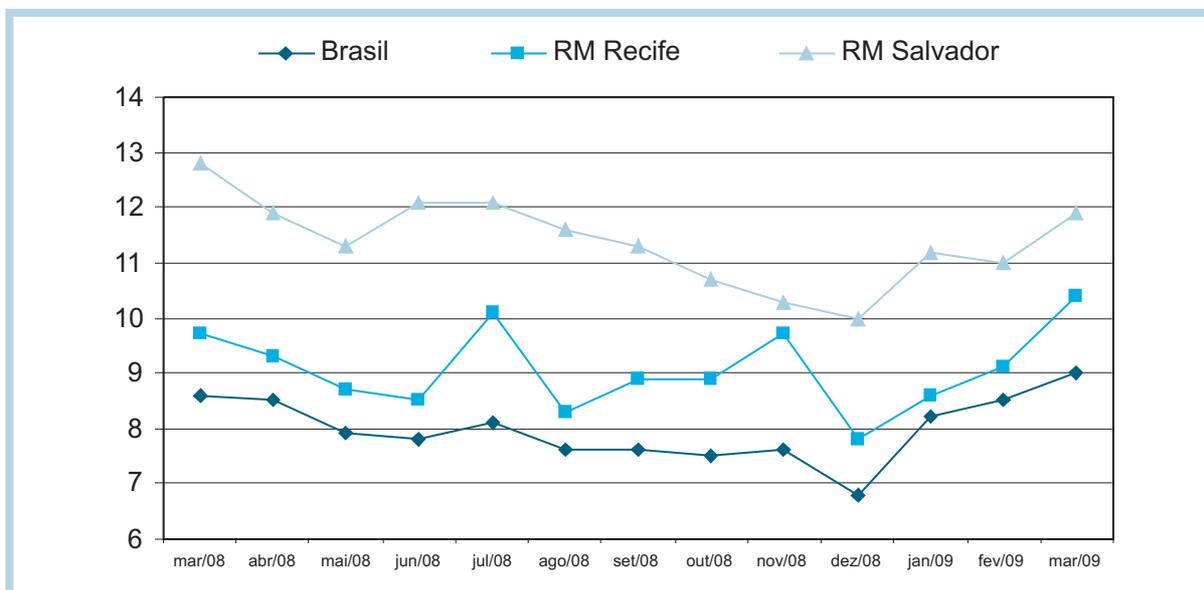


Gráfico 1 – Brasil e RMs Recife e Salvador. Taxas mensais de desocupação (%) – mar./2008 a mar./2009

Fonte: IBGE, 2009a.

o resultado foi igualmente de estabilidade. Vale destacar, contudo, que alguns segmentos foram nacionalmente afetados, com queda acentuada no pessoal ocupado. É o caso de fumo, têxtil, vestuário, calçados e couro, setores bastante representativos na economia nordestina. Por outro lado, o setor de máquinas e equipamentos, com pouca representatividade na região, contabilizou altas no pessoal ocupado em âmbito nacional.

Por fim, vale observar o comportamento do rendimento médio no país e nas duas principais regiões metropolitanas (RM) do Nordeste, segundo a PME e a Pimes, com referência a março de 2009. Enquanto em âmbito nacional, o rendimento cresceu 5% em 12 meses, nas RMs de Recife e Salvador houve queda de 2,1% e 4,4%, respectivamente, segundo a PME (ver Gráfico 2). Segundo a Pimes, que considera os salários pagos na indústria, em âmbito nacional o valor real médio

cresceu 5,3%, enquanto no Ceará, em Pernambuco e na Bahia o valor real médio aumentou 6,7%, 6,3% e 4,9%, respectivamente.

Os dados indicam que o emprego formal no Nordeste cresceu 3,8%, ficando um ponto percentual acima da média do país de 2,8%, segundo o Caged. Especificamente no caso dos empregos formais na indústria, os resultados da Pimes mostram estabilidade, nacional e regionalmente. Enquanto isso, os números de desemprego indicam redução na taxa de desocupação na RM de Salvador e alta na RM de Recife, ambas permanecendo em patamares superiores à média nacional, segundo a PME. Quanto ao crescimento do rendimento do trabalho, a PME mostra, em geral, números mais favoráveis ao país, em relação ao Nordeste, enquanto a Pimes, que considera apenas os empregos na indústria, aponta o inverso.

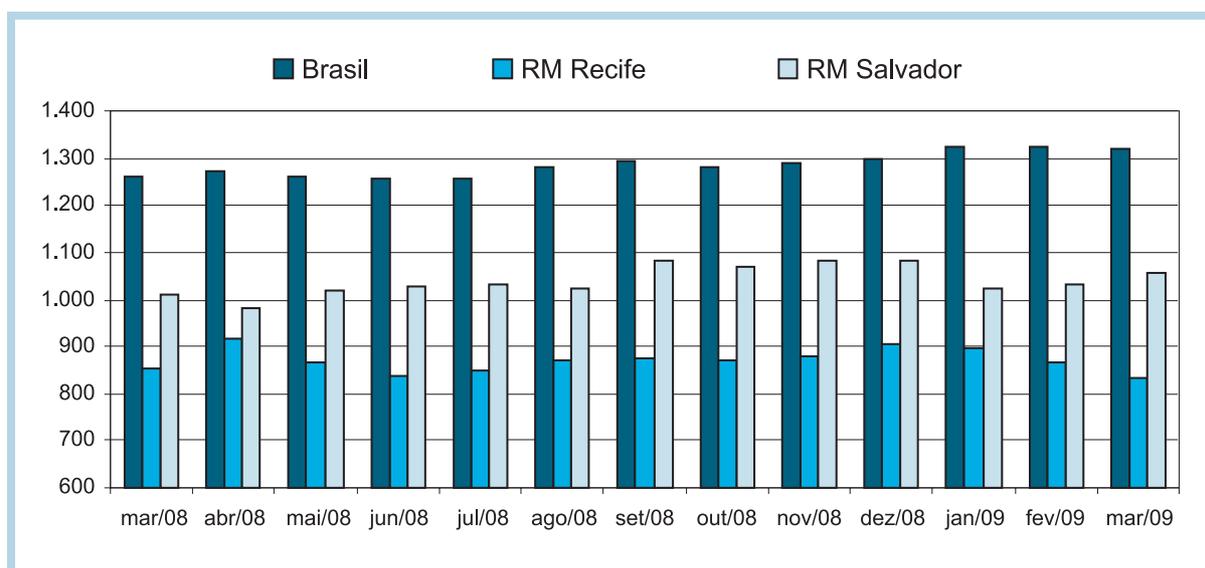


Gráfico 2 – Rendimento Real Habitual Médio (em R\$)

Fonte: (IBGE, 2009a).

REFERÊNCIAS

FMI. **World economic outlook database**. Disponível em: <http://www.imf.org/external/pubs/ft/weo/2009/01/weodata/index.aspx>.

Acesso em: 30 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Trabalho e Emprego. Cadastro geral de empregados e desempregados. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/empregador/caged/estatistica/Textos/2009/Junho/Sumario.asp>. Acesso em: 30 abr. 2009a.

_____. Ministério do Trabalho e Emprego. Relação anual de informações sociais: referência 2007. Disponível em: <http://www.mte.gov.br/rais/default.asp>. Acesso em: 30 abr. 2009b.

IBGE. Pesquisa industrial mensal de emprego e salário. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/industria/pimes/default.shtm>. Acesso em: 30 abr. 2009a.

_____. Pesquisa mensal de emprego. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm. Acesso em: 30 abr. 2009b.

_____. Pesquisa nacional por amostra de domicílio. Disponível em: http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme_nova/default.shtm. Acesso em: 30 abr. 2009c.

5 - Setor Externo

O setor externo foi o primeiro a receber os impactos da crise financeira internacional. A transmissão da crise financeira global para o Brasil iniciou-se pelo mercado cambial. A partir de setembro de 2008, a interrupção da entrada de capitais ocorreu no mesmo momento da saída de recursos do país. Essas duas variáveis geraram uma pressão para a desvalorização do real, o que

gerou outro movimento negativo: a queda nos preços das *commodities* exportadas pelo país. Entre agosto e dezembro de 2008, o índice da taxa de câmbio real¹ apresentou movimento contínuo de desvalorização da moeda nacional.

O diretor-geral da Organização Mundial do Comércio (OMC) se disse pessimista com relação ao

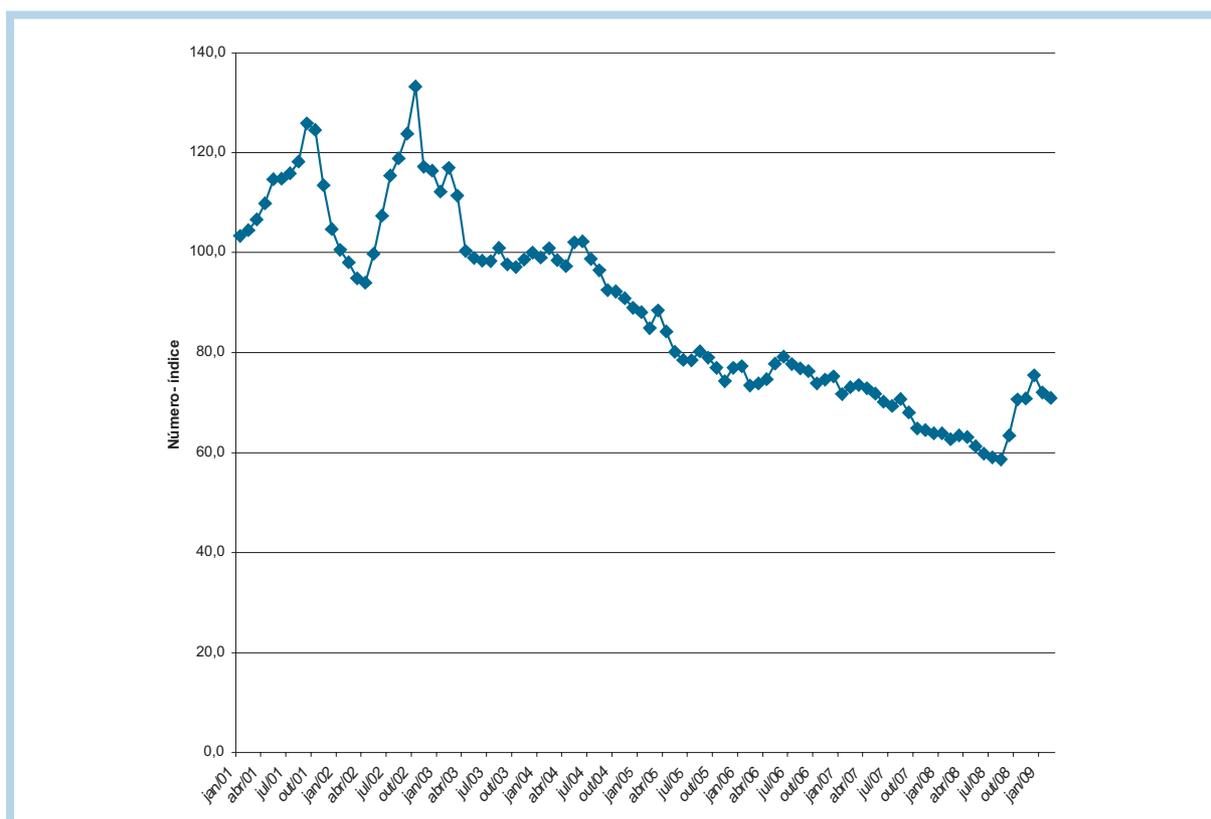


Gráfico 1 – Brasil. Índice da Taxa de Câmbio Real (cesta de 13 países)

Fonte: FUNCEX, 2009. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

1 Os países/blocos selecionados e os respectivos vetores de ponderação (%), utilizados a partir de janeiro de 2004, são: Argentina (10,8), Canadá (1,8), Chile (3,2), China (7,7), Coreia do Sul (2,7), EUA (28), Japão (15,1), México (3,9), Paraguai (1,0), Reino Unido (3,2), Rússia (2,2), Uruguai (1,0) e Zona do Euro (29,3).

comércio mundial em 2009. Espera uma contração, o que não ocorre desde 1982. Alguns países têm grande dependência de suas exportações, razão pela qual sofrerão mais para manter suas economias aquecidas. As exportações da China e da Alemanha correspondem a algo em torno de 40% de seus PIBs contra 14,8% no Brasil (Brasil, 2009a). A economia brasileira ainda é uma economia muito fechada, e isso constitui uma salvaguarda de curto prazo para o país enfrentar a crise financeira internacional. Para alcançar taxas de crescimento mais elevadas a médio e longo prazo, associadas a um desenvolvimento susten-

tável, o país precisa ampliar sua integração na economia mundial, aumentando a participação do seu setor externo no PIB.

Segundo o economista-chefe do Banco Santander, Alexandre Schwartzman, as exportações brasileiras representam 60% da sua produção industrial. Como a expectativa para 2009 é de uma queda de 3% na produção industrial, parte dessa queda é explicada pela redução da demanda do setor externo. A análise da pauta de exportação por estado permite uma visão mais concreta desses impactos no Nordeste.

5.1 - Balança Comercial Nordestina

A balança comercial nordestina, que vinha apresentando superávits desde 2003, reverteu essa trajetória. Em 2008, as exportações regionais atingiram US\$ 15.452. São passos que as importações alcançaram US\$ 15.654 milhões – implicando déficit de US\$ 202 milhões. Esse resultado é fruto do crescimento tanto das compras como das vendas internacionais do Nordeste, sendo a expansão das importações a taxas bem maiores que as das exportações.

Tomando-se o início da crise financeira internacional como setembro de 2008, as exportações caíram continuamente a partir daí. O volume exportado em fevereiro de 2009 corresponde a apenas 58% das exportações de setembro de 2008 e a 80% das de fevereiro de 2008. A queda nas importações foi mais drástica. As importações de fevereiro de 2009 correspondem a apenas 32% do total de setembro de 2008 e a 34% das de fevereiro de 2008. Tomando-se como referência períodos de seis meses, o Gráfico 2 mostra a evolução das exportações e importações do Nordeste.

No tocante às exportações regionais, registra-se uma queda de 1,9% no período em análise (setembro de 2008 – fevereiro de 2009 em comparação com setembro de 2007 – fevereiro de 2008). Isso apesar de alguns estados terem obtido crescimento significativo no período, como é o caso do Piauí, com aumento de 158,7%, e do Maranhão, com incremento de 42,9%. O pequeno crescimento regional deve-se ao fato de a Bahia, que detém a maior participação na pauta de exportação da região, com 50,2%, haver sofrido uma queda de 14,5% em suas vendas externas, registrando-se também um decréscimo de 2% nas exportações do Ceará e um aumento de apenas 3,6% em Pernambuco.

A queda das exportações regionais é explicada no resultado dos principais capítulos que compõem a sua pauta. A exportação de bens intermediários, que corresponde a 78,4% dos principais capítulos da pauta regional, caiu 11% no período em análise, enquanto a exportação de bens de consumo caiu 9,6%. A queda regional foi de apenas 1,9% porque

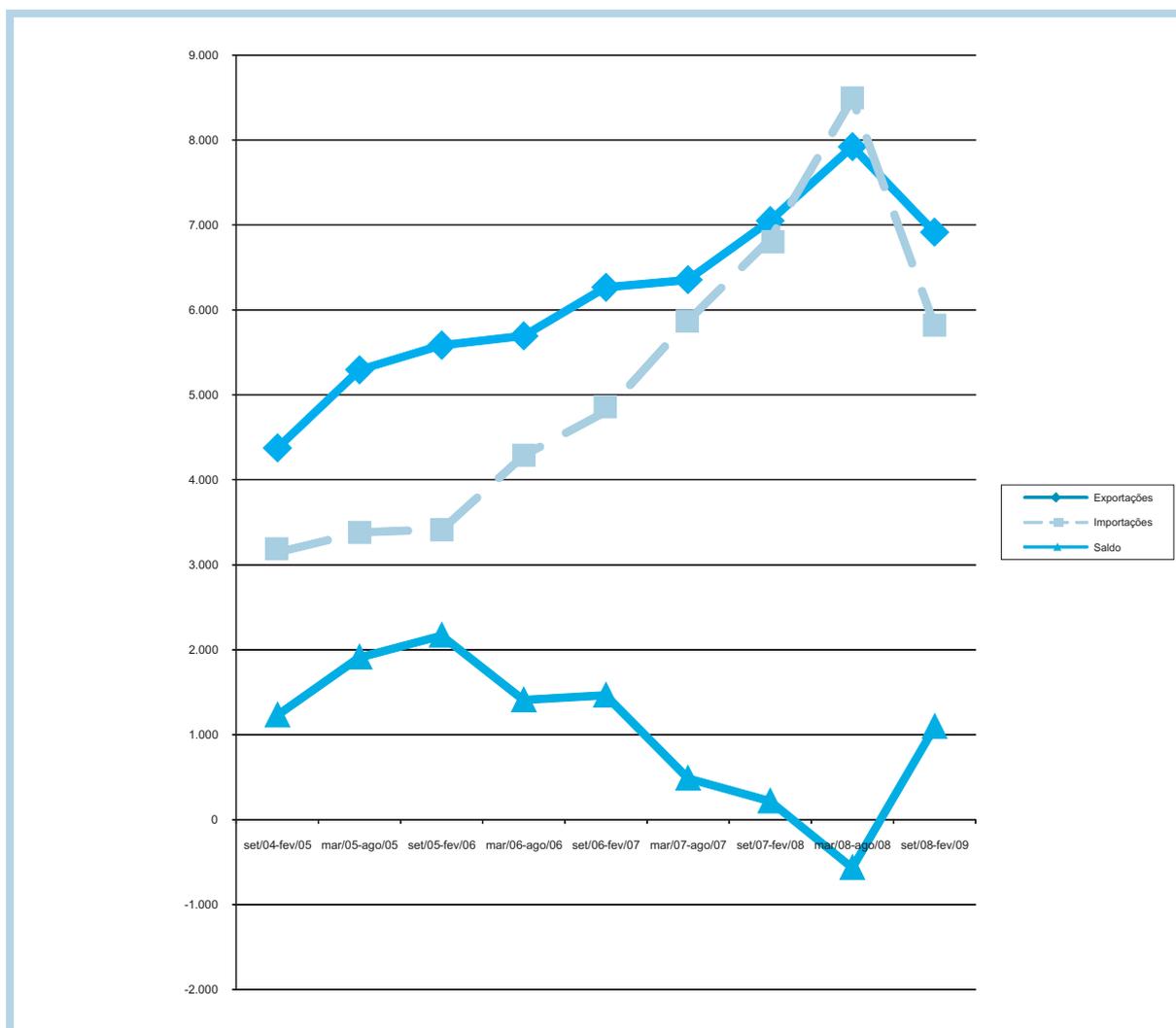


Gráfico 2 – Nordeste. Exportações e Importações – US\$ milhões FOB

Fonte: Brasil, 2009a. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

os “outros” capítulos que não estão desagregados cresceram 27,4% no mesmo período.

O perfil do comércio internacional nordestino deverá se modificar este ano. Alguns sinais já começaram a aparecer. Os três principais capítulos da pauta de exportação, no período setembro de 2008 – fevereiro de 2009, são “pastas de madeira ou outras matérias fibrosas”, “ferro fundido, ferro e aço” e “açúcares e produtos de confeitaria”, com uma exportação correspondente a US\$ 1.857 milhões (FOB). Esses capítulos não foram os principais no período setembro de 2007 – fevereiro de 2008. O capítulo principal nesse período foi

“combustíveis, óleos e ceras minerais”, cuja participação no período setembro de 2008 – fevereiro de 2009 ficou na última posição entre os principais capítulos.

Tendo em vista a não-ocorrência de mudanças estruturais recentes na matriz industrial regional, as exportações da nordestinas no período permanecem concentradas no segmento de insumos industriais, com cerca de 76,8% do total exportado, sendo 73,5% para bens intermediários e 3,3% para combustíveis e lubrificantes². Dessa maneira, o Nordeste revela, em nível internacional, o papel que também ocupa na matriz produtiva nacional:

2 Combustíveis e lubrificantes representavam 8,9% da pauta de exportações da região Nordeste, em 2008.

o de produtor de bens intermediários. A exportação de bens de capital da região é inexpressiva, com menos de 1% do total exportado.

A análise das exportações nordestinas com maior nível de desagregação foi feita para os períodos setembro de 2008 – fevereiro de 2009 e setembro de 2007 – fevereiro de 2008, como forma de se tentar captar os efeitos da crise financeira internacional. Nos dois citados períodos, a distribuição espacial dos valores exportados ocorreu conforme explicitado no Gráfico 3, com destaque para a Bahia, onde se concentraram 50,2% das exportações nordestinas. Atente-se que a Bahia detinha uma participação de 57,6% das exportações nordestinas no período setembro de 2007 – fevereiro de 2008. Como exposto na Tabela 1, é o estado com a maior relação exportação/PIB, e quatro de seus principais capítulos da pauta de exportação foram bastante afetados pela queda da demanda internacional.

Com relação aos principais produtos exportados pela região nordestina, no período setembro de 2008 – fevereiro de 2009, os capítulos mais expressivos, em termos de valor, de acordo com

a Nomenclatura Comum do Mercosul (NCM) são: pastas de madeiras ou outras matérias fibrosas (US\$ 765 milhões), ferro fundido, ferro e aço (US\$ 563 milhões); açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 530 milhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 499 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos (US\$ 391 milhões); produtos químicos orgânicos (US\$ 388 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 336 milhões); minérios, escórias e cinzas (US\$ 319 milhões); calçados, polainas e suas partes (US\$ 281 milhões); veículos, automóveis e tratores, ciclos etc (US\$ 268 milhões); cobre e suas obras (US\$ 259 milhões); combustíveis, óleos e ceras minerais (US\$ 253 milhões), perfazendo 70,3% da pauta exportadora nordestina.

Na análise por estado no período setembro de 2008-fevereiro de 2009, a Bahia registrou o maior valor exportado. Foram US\$ 3.474 milhões, correspondendo à metade das exportações nordestinas. Observa-se uma queda de 14,5% no valor exportado, comparado com o período setembro de 2007 – fevereiro de 2008. Dentre os estados nordestinos, a Bahia apresenta a pauta exportadora mais diversificada e a que mais sofreu, até agora, com a crise internacional, dado que seus

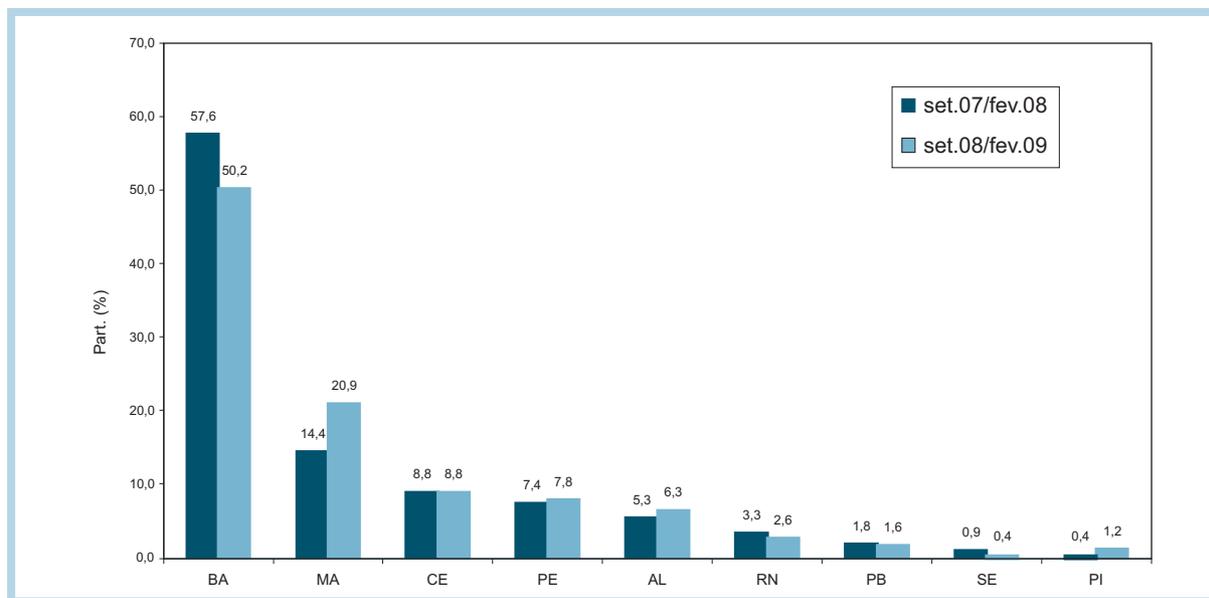


Gráfico 3 – Região Nordeste. Participação dos Estados na Pauta de Exportação (Set.07/Fev.08–Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

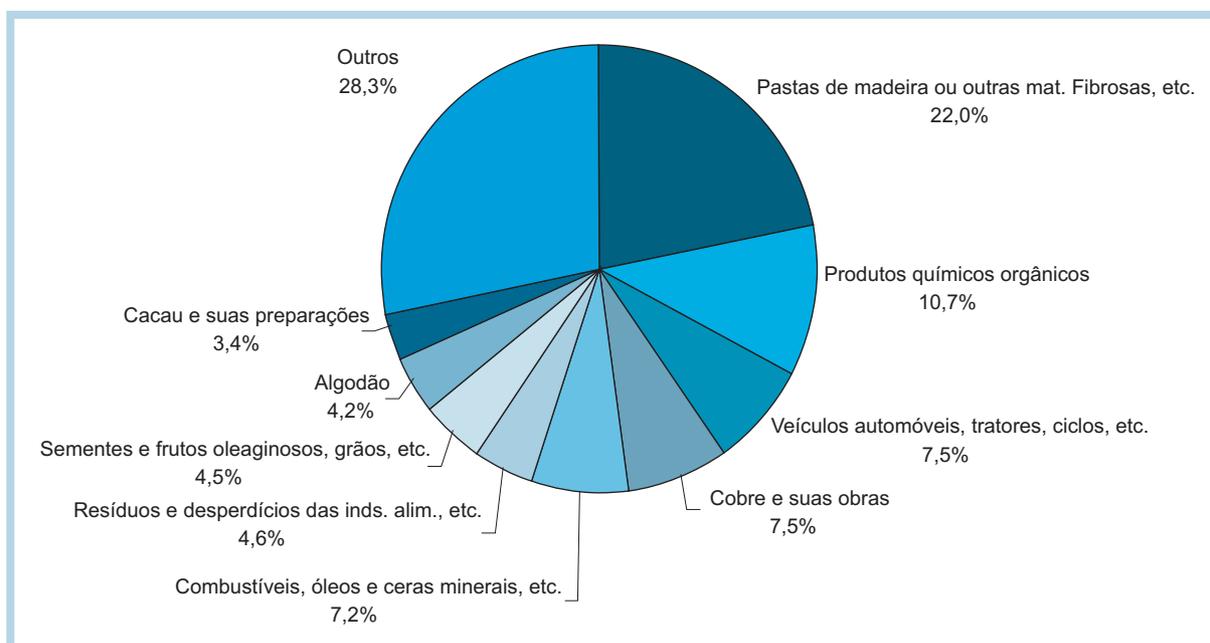


Gráfico 4 – Bahia. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

principais capítulos são *commodities* que sofreram quedas significativas nos preços. Dos cinco principais capítulos, quatro sofreram as seguintes quedas no período analisado: produtos químicos orgânicos – 35,6%; veículos automóveis, tratores, ciclos, etc. – 31,7%; cobre e suas obras – 44,4%; e combustíveis, óleos e ceras minerais – 59,3%.

Cumpramos ressaltar que parte da queda das exportações baianas decorre da redução do preço de combustíveis. O número-índice de *commodities* – petróleo e derivados, preço (janeiro de 2002 = 100)³, cresceu continuamente desde janeiro de 2007. Chegou ao pico em julho de 2008, com o número-índice 687,6 e crescimento de 146,9%, tomando-se como base janeiro de 2007. Em fevereiro de 2009 o número-índice alcançou 210,3, valor mais baixo desde janeiro de 2005. No período em análise, ou seja, setembro de 2008 – fevereiro de 2009 comparado com setembro de 2007 – fevereiro de 2008, tomando-se como base a média dos números-índices dos dois períodos, o preço das *commodities* petróleo e derivados caiu 31,8%.

Segundo estado nordestino em valor exportado, com US\$ 1.447 milhões, o Maranhão registrou crescimento de 49,2% nas exportações. Os principais produtos exportados são ligados à atividade mineradora, como: ferro fundido, ferro e aço (US\$ 467 milhões); alumínio e suas obras (US\$ 327 milhões); minérios, escórias e cinzas (US\$ 312 milhões); sementes e frutos oleaginosos, grãos, etc. (US\$ 208 milhões). O único capítulo que não faz parte da atividade mineradora é produtos químicos inorgânicos – alumina calcinada (US\$ 75 milhões).

Ocupando o terceiro lugar nas exportações nordestinas, o Ceará foi um dos cinco estados que sofreram queda (2%) em suas exportações, no período setembro de 2008 – fevereiro de 2009, com um valor total exportado de US\$ 1.169,9 milhões. A queda se deve à substancial redução nos seguintes capítulos: peles (exceto peleteria) e couros – 27,2%; algodão – 28%; peixes e crustáceos, moluscos, etc. – 11,2%; e gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais – 13,5%. Os capítulos que

3 Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada (Ipea) – Ipeadata.

amorteceram a queda nas exportações cearenses foram calçados, polainas, etc. e suas partes, com crescimento de 13,5%, e frutas, cascas de cítricos e de melões, com crescimento de 2,9%.

O surgimento dos calçados como principal capítulo exportado pelo Ceará é um fenômeno da última década. A importância que o setor

calçadista vem adquirindo pode ser avaliada por sua participação no valor de transformação industrial do estado (em torno de 22%) e também na geração de empregos formais. Esse segmento tem atuado entre 2000 e 2007 no mercado de baixa renda, sendo o calçado sintético cearense exportado por um preço médio de US\$ 3,23.

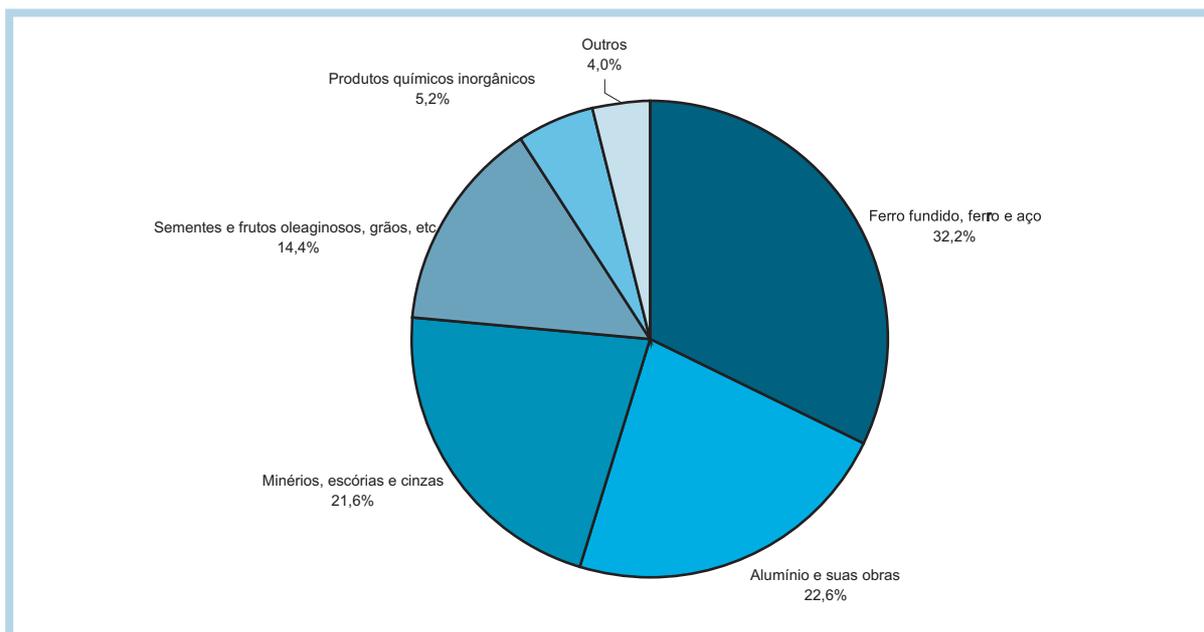


Gráfico 5 – Maranhão. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

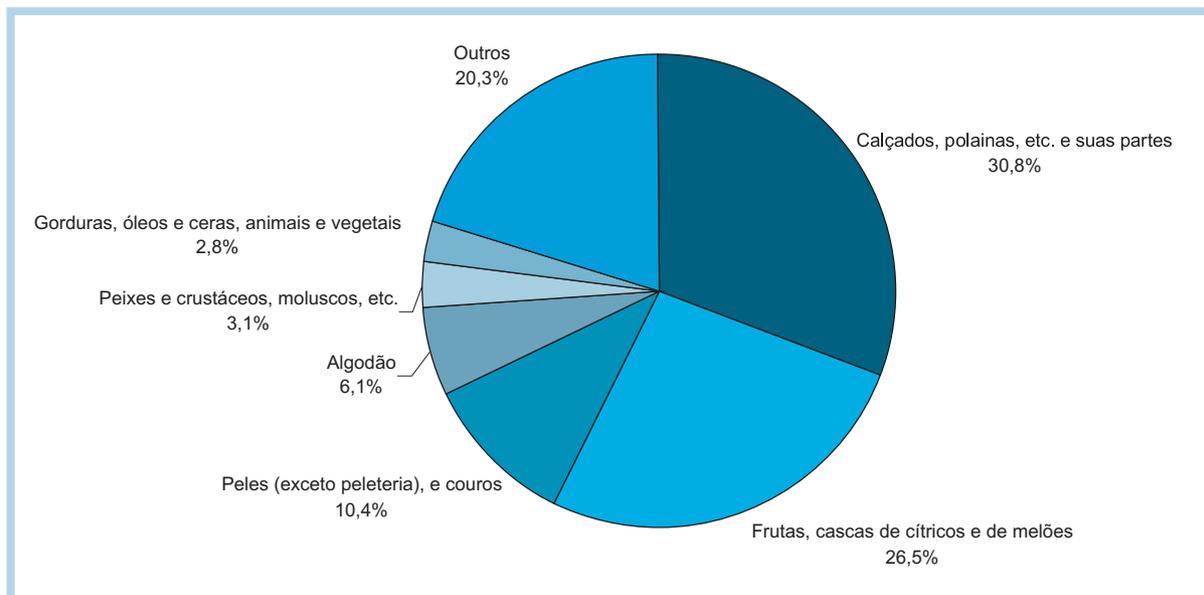


Gráfico 6 – Ceará. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

A recente desvalorização cambial favoreceu as vendas externas do setor, que deve sofrer retração da demanda no ano corrente em virtude da recessão que ora se processa no maior comprador desse produto: os Estados Unidos. Por enquanto, o setor não teve queda como aconteceu em outros capítulos da pauta de exportação cearense. A média de vendas em janeiro e fevereiro de 2009 (US\$ 32 milhões), foi ainda 2,1% superior à média de vendas dos quatro últimos meses de 2008.

Pernambuco ocupou o quarto lugar nas exportações nordestinas, com US\$ 541 milhões. Os principais capítulos exportados foram açúcares e produtos de confeitaria (US\$ 182 milhões); frutas, cascas de cítricos e de melões (US\$ 127 milhões); plástico e suas obras (US\$ 59 milhões); borrachas e suas obras (US\$ 26 milhões); e bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres (US\$ 23 milhões).

No Piauí, o crescimento das exportações no período setembro de 2008 – fevereiro de 2009, em relação ao período setembro de 2007 – fevereiro de 2008, foi de 159%. Com isso, a participação do estado na pauta regional aumentou de 0,4% para 1,2%, superando Sergipe, que ficou na última

posição, com 0,4%. Além do Piauí, Pernambuco, Maranhão e Alagoas aumentaram suas participações no total exportado pela região nessa base de comparação. Dentre os capítulos exportados, destaque para sementes e frutos oleaginosos, grãos etc. (US\$ 25,5 milhões); gorduras, óleos e ceras, animais e vegetais (US\$ 22,6 milhões); e resíduos e desperdícios das indústrias alimentícias etc. (US\$ 20,9 milhões), que responderam por 86% das vendas internacionais do estado no acumulado do semestre em análise (Gráfico 8).

Sergipe exportou US\$ 31 milhões entre setembro de 2008 e fevereiro de 2009, valor 52% inferior ao observado no período setembro de 2007 – fevereiro de 2008, sendo a maior queda proporcional registrada em um estado nordestino. A perda de dinamismo foi decisiva para o recuo da participação do estado nas exportações nordestinas, que diminuiu de 0,9% para 0,4%. A pauta exportadora sergipana concentra-se basicamente em três capítulos: preparação de produtos hortícolas, frutas etc. (US\$ 13,6 milhões); calçados, polainas, etc. e suas partes (US\$ 6,9 milhões); e sal, enxofre, terras e pedras, gesso, cal, cimento

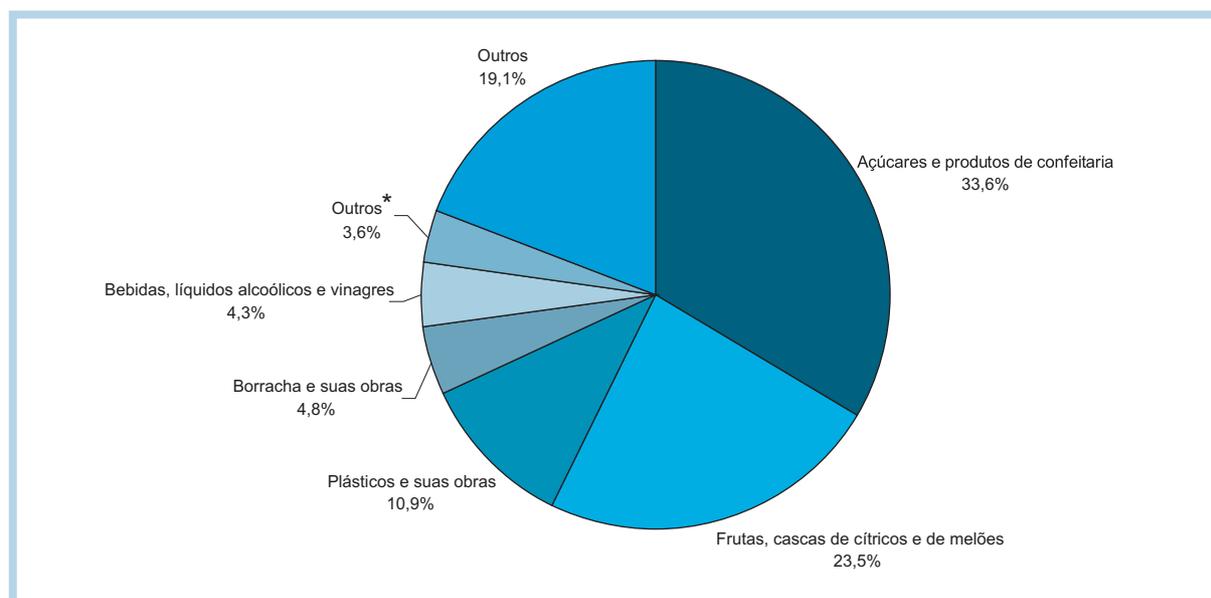


Gráfico 7 – Pernambuco. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

* Consumo de Bordo.

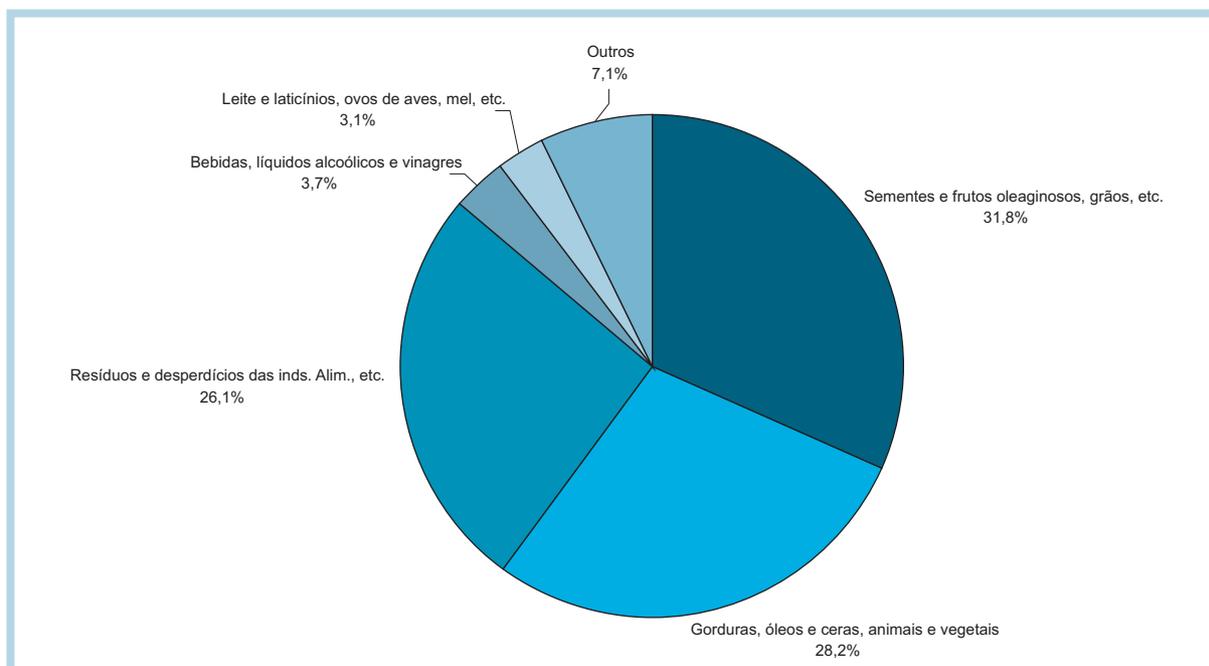


Gráfico 8 – PiauÍ. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

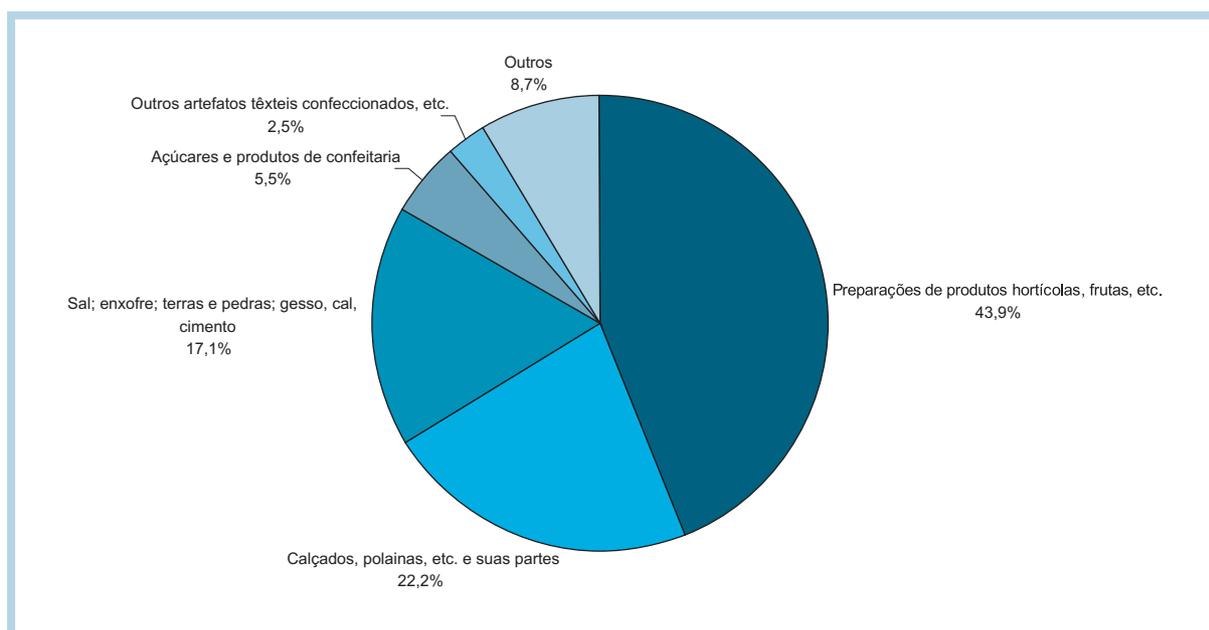


Gráfico 9 – Sergipe. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(US\$ 5,3 milhões). Juntos, eles representam mais de 83% das exportações totais do semestre (Gráfico 9).

No acumulado setembro de 2008 a fevereiro de 2009, Alagoas exportou US\$ 438,8 milhões, registrando incremento de 17% sobre os US\$ 376,2 milhões exportados no período setem-

bro de 2007 – fevereiro de 2008. Desse total, o capítulo açúcares e produtos de confeitaria respondeu por 72,8%, seguido por bebidas, líquidos alcoólicos e vinagres, com 19,6% (Gráfico 10).

As vendas externas do Rio Grande do Norte alcançaram US\$ 182,1 milhões no semestre ana-

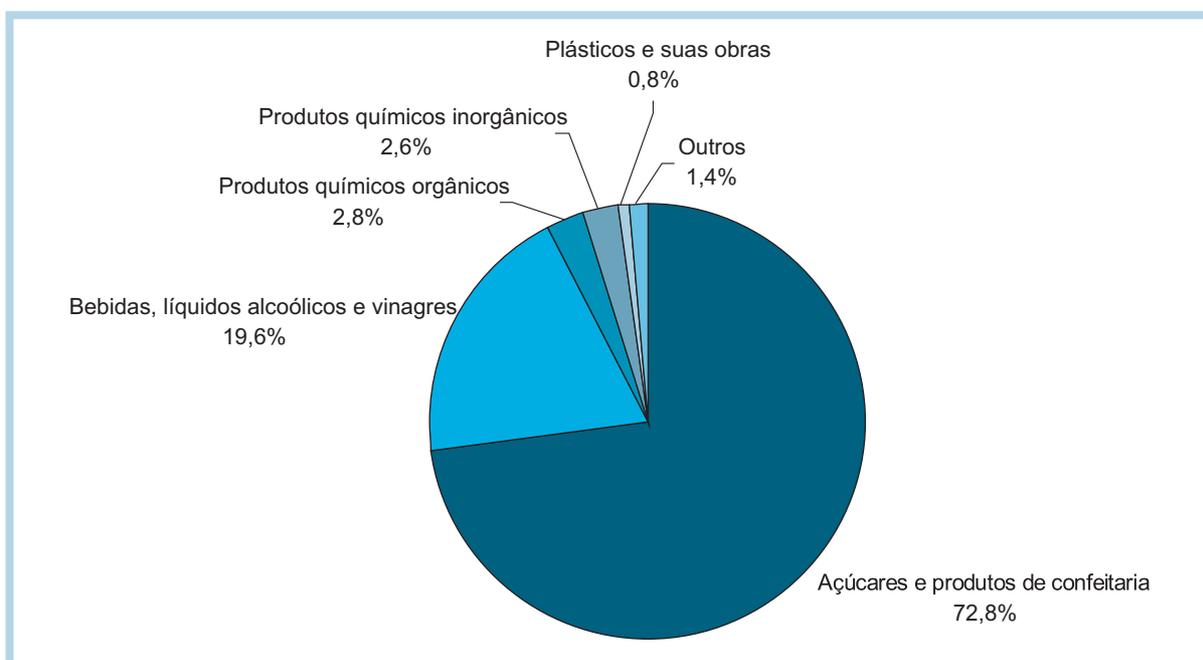


Gráfico 10 – Alagoas. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

lisado, registrando-se recuo de 23% comparativamente a ao período setembro de 2007 – fevereiro de 2008. O grande destaque continua sendo o setor de frutas, casca de cítricos e melões, com US\$ 92 milhões. Esse grupo de produtos respondeu sozinho por mais da metade das exportações do estado (50,5%) (Gráfico 11).

Na Paraíba, as exportações chegaram a US\$ 112,5 milhões, com diminuição de 10% em relação ao período anterior (setembro de 2007 a fevereiro de 2008), desempenho que levou à redução da participação do estado no conjunto das exportações nordestinas, de 1,8% para 1,6%. O capítulo calçados, polainas etc. e suas partes (US\$ 42,2 milhões) permanece entre os mais representativos nas vendas estaduais, respondendo por 37,5% do total exportado. No acumulado de setembro de 2008 a fevereiro de 2009, esse setor cresceu 19,5%, comparativamente ao mesmo intervalo de 2007/2008 (Gráfico 12).

De acordo com o Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC, 2009), no primeiro trimestre de 2009 a balança comercial brasileira registrou saldo de US\$ 3 bilhões, superando o registrado no ano anterior (US\$ 2,8 bilhões). Longe de ser favorável, esse resultado deve-se a uma redução proporcionalmente maior das importações em relação às exportações nos três primeiros meses do ano. Os impactos da crise mundial na economia brasileira refletiram na redução dos montantes totais das exportações (de US\$ 38,7 bilhões para US\$ 31,2 bilhões) e das importações (de US\$ 35,9 bilhões para US\$ 28,2 bilhões).

No Nordeste registrou-se pequeno recuo na balança comercial do trimestre (1,9%), o que contrasta com a expressiva queda no volume de mercadorias comercializado (14%), apontando para um possível ganho com a alta do dólar, que supostamente compensou as quedas de preço e volume, suavizando os efeitos da crise.

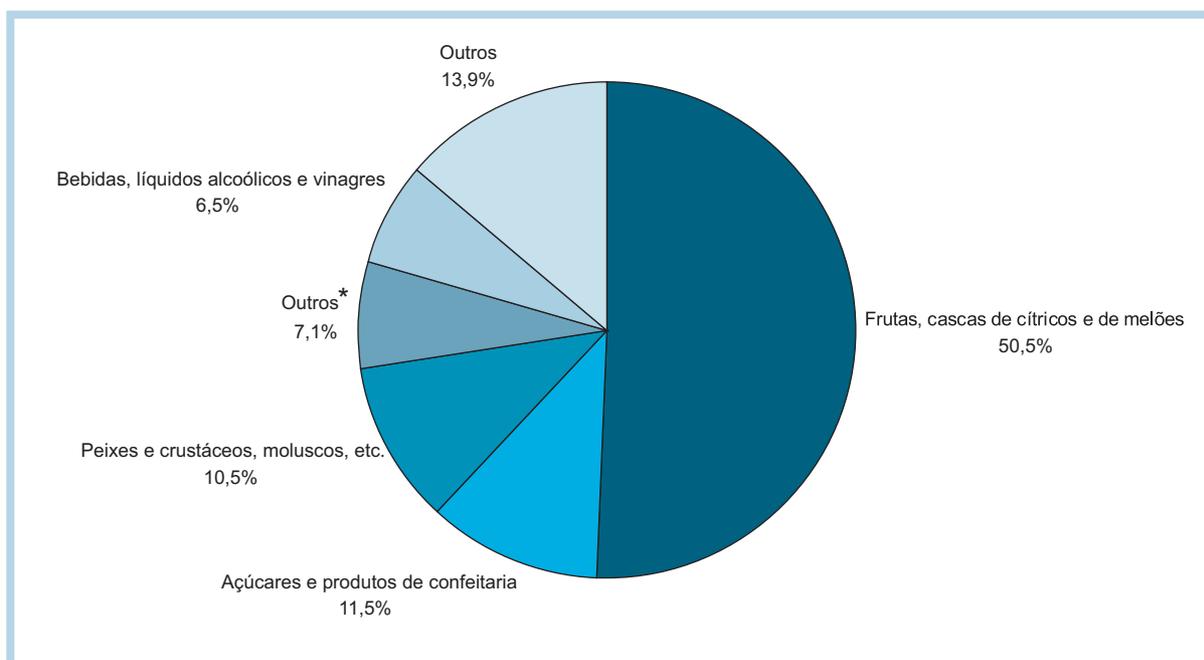


Gráfico 11 – Rio Grande do Norte. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

* Consumo de Bordo.

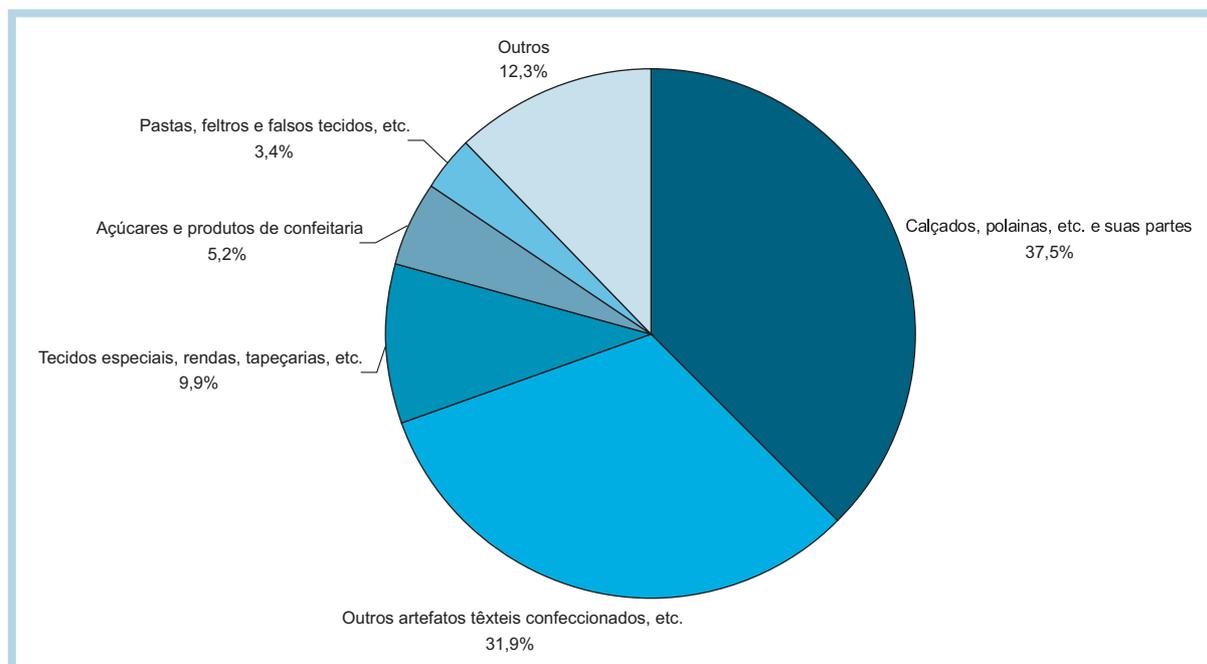


Gráfico 12 – Paraíba. Participação do Capítulo (NCM) em Relação ao Total das Exportações (Set.08/Fev.09)

Fonte: Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

REFERÊNCIAS



BRASIL. Ministério da Fazenda. Banco Central do Brasil. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Secretaria de Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009a.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Disponível em: <<http://www.aliceweb.desenvolvimento.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009b.

CORREIO BRASILIENSE, Brasília, 11/03/09. Disponível em: <<http://si.knowtec.com/scripts-si/MostraNoticia?idnoticia=20454&idcontato=1004&origem=fiqueatent...>>. Acesso em: 11 mar. 2009.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Instituto de Pesquisa Econômica e Aplicada. Disponível em <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 8 abr.2009.

FUNDAÇÃO CENTRO DE ESTUDOS DO COMÉRCIO EXTERIOR (FUNCEX). Disponível em: <<http://www.funcex.com.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009.

6 - Finanças Públicas

6.1 - Governo Federal

6.1.1 - Resultado Fiscal do Governo Central

A crise financeira internacional afetou diretamente o nível da atividade econômica, que, por sua vez, influenciou o desempenho fiscal do Governo Federal – compreendendo o Tesouro Nacional, a Previdência Social e o Banco Central –, provocando significativa queda da arrecadação tributária e aumento das despesas correntes, com conseqüente redução do superávit primário.

De fato, nos dois primeiros meses de 2009, o superávit primário do Governo Central não passou de R\$ 3.049,3 milhões, ou 0,65% do PIB bimestral, bem abaixo, portanto, do valor verificado no mesmo período de 2008, da ordem de R\$ 20.579,8 milhões, ou 4,63% do PIB. Vale notar que, em 2008, o superávit primário do setor público atingiria 4,6% do PIB, mas foi reduzido para 4,1% após a transferência do equivalente a 0,5% do PIB – para composição do Fundo Soberano.

Naturalmente, a crise vai influenciar bastante o resultado fiscal de 2009, haja vista que vêm sendo adotadas medidas de flexibilização da política fiscal, como forma de estimular a atividade econômica em âmbito nacional. Um exemplo dessa política são as desonerações tributárias, como a do IOF sobre o crédito para pessoas físicas e

a do IPI sobre automóveis, geladeiras, fogões e máquinas de lavar.

O uso de política fiscal anticíclica tem sido possível pela significativa folga fiscal existente, capaz de suportar a redução do superávit primário efetivo, sem o governo correr o risco de descumprir formalmente a meta estabelecida. É necessário, no entanto, que essa política seja adotada da forma mais criteriosa possível, ou seja, direcionando-se os recursos disponíveis para as obras no âmbito do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), como forma de evitar o crescimento das despesas com o custeio da máquina pública.

Em fevereiro de 2009, o Poder Central registrou resultado primário deficitário em R\$ 926,2 milhões, bem abaixo, portanto, do superávit de R\$ 3.975,6 milhões obtido em janeiro. A Previdência Social (RGPS) contribuiu em maior proporção para esse resultado com um déficit de R\$ 2,6 bilhões, já que o Tesouro Nacional e o Banco Central registraram superávits de R\$ 1,6 bilhão e R\$ 27,6 milhões, respectivamente.

Em fevereiro de 2009, a arrecadação bruta do Governo Central caiu 30,5% em relação à de ja-

neiro. Dois fatores (sazonais) contribuíram para essa queda:

- a) o recolhimento, em janeiro, da primeira cota ou cota única do IRPJ e da CSLL e da cota-parte de compensações financeiras relativa a fatos geradores apurados no último trimestre de 2008; e
- b) maior arrecadação da Cofins em janeiro, em decorrência de maior volume de vendas em dezembro.

As transferências para os estados e municípios, por meio do FPE e do FPM, em fevereiro, registraram uma queda de R\$ 609,6 milhões em relação ao montante transferido em janeiro.

Do lado das despesas do Governo Central, observou-se redução de R\$ 7,5 bilhões entre janeiro e fevereiro, decorrente, principalmente, do decréscimo sazonal das despesas com pessoal e encargos, e da redução do valor pago por sentenças judiciais, que caiu de R\$ 1,5 bilhão em janeiro para R\$ 95 milhões em fevereiro.

Quanto ao desempenho fiscal do Tesouro Nacional, houve queda de 30%: de R\$ 50,9 bilhões, em janeiro, para R\$ 35,4 bilhões em fevereiro. Esse desempenho ocorreu devido à diminuição de, aproximadamente, R\$ 15,6 bilhões na arrecadação de impostos, contribuições e demais receitas federais.

No tocante às despesas do Tesouro Nacional, verificou-se uma redução da ordem de R\$ 7,5 bilhões (25%) entre janeiro e fevereiro de 2009, explicada principalmente pela sazonalidade das despesas com pessoal e encargos, as quais são bastante elevadas em janeiro, devido ao impacto financeiro dos pagamentos relativos às férias dos servidores em dezembro, assim como do décimo terceiro salário.

As transferências constitucionais do Tesouro Nacional para estados e municípios diminuíram R\$ 609,6 milhões (6,9%), de janeiro para fevereiro de 2009, em consequência da menor arrecadação de tributos compartilhados (IR e IPI), notadamente em fevereiro. Comparando-se o primeiro

Tabela 1 – Resultado Primário do Governo Central (*). Brasil, 2008–2009 (R\$ milhões)

Discriminação do Resultado	JAN - FEV		Variação (%) 2009/2008
	2008	2009	
I. RECEITA TOTAL	114.685,1	111.188,2	-3,05
I.1. Receitas do Tesouro	91.292,0	85.693,9	-6,13
I.2. Receitas da Previdência Social	23.134,4	25.201,0	8,93
I.3. Receitas do Banco Central	258,7	293,3	13,37
II. TRANSFERÊNCIAS A ESTADOS E MUNICÍPIOS	21.567,8	21.391,6	-0,82
III. RECEITA LÍQUIDA TOTAL (I-II)	93.117,3	89.796,7	-3,57
IV. DESPESA TOTAL	72.537,5	86.747,3	19,59
IV.1. Despesas do Tesouro	41.970,7	52.332,1	24,69
IV.1.1. Pessoal e Encargos Sociais (1)	22.077,3	27.676,5	25,36
IV.1.2. Custeio e Capital	19.801,8	24.493,6	23,69
IV.1.3. Transferências do Tesouro Nacional ao Banco Central	91,7	162,0	76,66
IV.2. Despesas da Previdência Social (Benefícios)	30.250,7	34.125,9	12,81
IV.3. Despesas do Banco Central	316,1	289,3	-8,48
V. RESULTADO PRIMÁRIO GOVERNO CENTRAL (III - IV)	20.579,8	3.049,3	-85,18
VI. RESULTADO PRIMÁRIO/PIB	4,63%	0,65%	-85,96

Fonte: Brasil, 2009.

(*) Dados revistos, sujeitos as alterações. Não inclui receitas do FGTS e despesas com o complemento da atualização monetária conforme previsto na Lei Complementar nº 110/2001.

(1) Exclui da receita da Contribuição para o Plano da Seguridade Social (CPSS) e da despesa de pessoal a parcela patronal da CPSS do servidor público federal, sem efeitos no resultado primário consolidado.

bimestre de 2009 com igual período do ano anterior, observa-se uma redução de R\$ 631,8 milhões (3,5%) nas transferências via FPE e FPM.

Em fevereiro, o déficit da Previdência Social situou-se em torno de R\$ 2,6 bilhões, queda de 59,2% relativamente a janeiro, em decorrência, principalmente, da diminuição do valor das despesas com precatórios judiciais referentes a benefícios previdenciários, as quais se concentraram em janeiro. A arrecadação líquida da Previdência Social aumentou em R\$ 2,1 bilhões, devido ao crescimento da massa salarial, que repercutiu nas contribuições sobre a folha de pagamento. Por outro lado, os gastos com benefícios previdenciários registraram expansão de R\$ 3,9 bilhões (12,8%) no primeiro bimestre de 2009, comparativamente ao mesmo período do ano passado. Esse crescimento é explicado pelo aumento no valor médio

dos benefícios pagos, por conta do reajuste do salário mínimo, do aumento dos benefícios com valores acima do piso e da elevação de 3,2% na quantidade média mensal de benefícios pagos.

Já os investimentos públicos federais alcançaram R\$ 2,7 bilhões nos dois primeiros meses de 2009, significando um aumento de 13,9% em relação ao mesmo período de 2008. Os maiores aportes de investimentos foram realizados pelos seguintes ministérios: Transportes (R\$ 699,7 milhões), Defesa (R\$ 336,4 milhões), Justiça (R\$ 256,5 milhões), Cidades (R\$ 245 milhões) e Educação (R\$ 231,9 milhões). Os gastos com o Projeto Piloto de Investimentos (PPI), os quais são dedutíveis da meta de superávit primário, totalizaram R\$ 778,5 milhões em 2009, aumento de 21,9% sobre o montante do mesmo período do ano passado (R\$ 638,5 milhões).

6.1.2 - Dívida Pública Federal

As condições de solvência do setor público vêm melhorando desde 2003. Provas disso têm sido a trajetória descendente da relação dívida/PIB, devido aos sucessivos superávits primários obtidos ao longo dos últimos cinco anos; a queda das taxas de juros que incidem sobre a dívida pública e, mais recentemente, a desvalorização do real frente ao dólar, em um contexto em que o setor público é credor em câmbio. Entre dezembro de 2001 e fevereiro de 2009, a relação dívida/PIB caiu 11 pontos percentuais, de 48,44% no mês mais remoto, para 37% em fevereiro deste ano.

A Dívida Pública Federal (DPF) apresentou aumento nominal de 1,25%, passando de R\$ 1.381 bilhões, em fevereiro deste ano, para R\$ 1.398,24 bilhões, em março. A dívida interna (DPMFi), em títulos, aumentou 1,64% em março, evoluindo de R\$ 1.247 bilhões para R\$ 1.267,79

bilhões, devido à emissão líquida de títulos pelo governo e à apropriação positiva de juros. Vale registrar que uma das principais razões para o lançamento desses títulos foi a capitalização do BNDES, para a qual o governo emitiu R\$ 13 bilhões em títulos prefixados.

Em relação à DPF externa (DPFe), houve redução de 2,36% relativamente ao mês de fevereiro, encerrando-se março em R\$ 130,45 bilhões (US\$ 56,34 bilhões), sendo R\$ 100,15 bilhões (US\$ 43,25 bilhões) referentes à dívida mobiliária e R\$ 30,3 bilhões (US\$ 13,08 bilhões) correspondentes à dívida contratual. Essa redução foi consequência da desvalorização cambial de 2,66% do dólar em relação ao real, em março.

O perfil da dívida interna melhorou no último mês. A parcela de títulos prefixados, cujos juros

são definidos com antecedência, subiu de 28,4% em fevereiro para 30,09% em março. O aumento na proporção de títulos prefixados tem sido a estratégia do Tesouro Nacional, porque possibilita ao governo saber exatamente quanto pagará no resgate dos papéis, o que dá mais previsibilidade na administração da dívida pública federal. A proporção dos papéis corrigidos pela Selic caiu de 38,66% para 37,18%. Esses títulos reduzem o custo da dívida em situações de queda nos juros, como vem ocorrendo atualmente, mas representam risco mais alto para o Tesouro Nacional caso a trajetória dos juros mude e a Selic volte a subir.

A parcela de títulos vinculados a índices de inflação ficou praticamente estável, passando de 30,25% para 30,10% da dívida mobiliária. Enquanto isso, a proporção da dívida interna vincu-

lada ao câmbio também caiu, passando de 1,11% para 1,06%.

Apesar dessa melhoria no perfil da dívida pública do Tesouro, o prazo médio caiu em março, passando de 3,61 anos para 3,54 anos. Nesse período, a União renova toda a dívida, razão por que prazos mais longos são mais desejáveis na administração da dívida pública. A proporção de títulos que vencem em 12 meses aumentou de 27,79% em fevereiro para 29,97% em março. Vale notar que ao emitir títulos públicos, o governo toma dinheiro emprestado dos investidores para honrar seus compromissos. O ganho desses aplicadores se dá por meio da correção dos valores, cujo índice varia conforme seja o indexador dos papéis, os quais podem ser corrigidos pela inflação, pela Selic, pelo câmbio, ou definidos com antecedência, como ocorre nos títulos prefixados.

Tabela 2 – Composição da Dívida Pública Federal em Poder do Público

R\$ Bilhões

	fev/09		mar/09	
DPF	1.381,00	100,00%	1.398,24	100,00%
Prefixados	364,60	26,40%	391,95	28,03%
Índice de Preços	377,35	27,32%	381,66	27,30%
Selic	482,27	34,92%	471,37	33,71%
Câmbio	137,04	9,92%	133,40	9,54%
TR	19,94	1,43%	19,86	1,42%
DPMFi	1.247,40	90,33%	1.267,79	90,67%
Prefixados	354,23	25,65%	381,49	27,28%
Índice de Preços	377,35	27,32%	381,66	27,30%
Selic	482,27	34,92%	471,37	33,71%
Câmbio	13,8	1,00%	13,41	0,96%
TR	19,74	1,43%	19,86	1,42%
DPFe	133,6	9,67%	130,45	9,33%
Dólar	107,4	7,78%	103,87	7,43%
Euro	14,4	1,04%	14,77	1,06%
Real	10,37	0,75%	10,47	0,75%
Outros	1,42	0,10%	1,34	0,10%

Fonte: Brasil, 2009.

Nota: DPF = Dívida Pública Federal; DPMFi = Dívida Pública Mobiliária Federal Interna; e DPFe = Dívida Pública Federal Externa.

6.1.3 - Necessidades de Financiamento do Setor Público

A necessidade de financiamento do setor público, que inclui Governo Central, governos regionais e empresas estatais, alcançou R\$ 15,3 bilhões nos dois primeiros meses de 2009, correspondentes a 3,3% do PIB do período. Significa que o superávit primário de R\$ 9,3 bilhões (2% do PIB) não foi suficiente para cobrir as obrigações relativas ao pagamento dos juros, cujo montante alcançou R\$ 24,6 bilhões, ou 5,3% do PIB. A maior contribuição para o superávit primário proveio do Governo Central (Tesouro Nacional, Banco Central e INSS), que gerou superávit primário de R\$ 5,7 bilhões, ou cerca de 2,3% do PIB (Tabela 3).

As demais esferas de governo (estados, municípios e empresas estatais) geraram superávit de R\$ 7,5 bilhões (1,61% do PIB), com uma contribuição de, aproximadamente, 80% do excedente observado no período. Vale notar que a desaceleração da atividade econômica, decorrente da crise financeira internacional, repercutiu desfavoravelmente nas receitas governamentais, e, além disso, as despesas com pessoal e encargos mantiveram-se em patamares elevados, fatores que acabaram por comprimir os resultados primários do setor público nos dois primeiros meses de 2009.

Tabela 3 – Necessidades de Financiamento do Setor Público

Discriminação	Valor em R\$ Milhões			% do PIB		
	Jan./Fev.07	Jan./Fev.08	Jan./Fev.09	Jan./Fev.07	Jan./Fev.08	Jan./Fev.09
Nominal	4.799	946	15.322	1,20	0,21	3,30
Juros Nominais	24.935	28.575	24.618	6,22	6,42	5,30
Primário	-20.136	-27.629	-9.295	-5,02	-6,21	-2,00
Governo Central (Governo Federal, BC e INSS)	-14.465	-20.794	-5.699	-3,61	-4,67	-1,23
Empresas Estatais	760	331	1.951	0,19	0,07	0,42
Governos Regionais (Estados e Municípios)	-6.431	-7.166	-5.547	-1,60	-1,61	-1,19

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009.

6.2 - Estados e Municípios do Nordeste

A crise financeira internacional vem provocando desaceleração na atividade econômica mundial. A gestação dessa crise, há algum tempo, era percebida por observadores mais atentos. O “rebento indesejável” aflorou em setembro de 2008, com a concordata do centenário banco americano Lehman Brothers. Os canais iniciais

de contaminação da economia brasileira foram o comércio internacional e a escassez de crédito, principalmente externo. O declínio na atividade econômica brasileira já era esperada, assim como seus consequentes impactos na arrecadação de tributos, principalmente federais.

Aos impactos negativos na arrecadação de tributos resultantes do arrefecimento da economia, associa-se um dos instrumentos do governo para tentar conter a desaceleração da atividade produtiva: a desoneração de tributos que são a base da transferência de recursos para estados e municípios.

A pergunta que se pode fazer é por que estados e municípios não procuraram ajustar seu planejamento financeiro aos tempos de crise. Manter o nível de transferências adotando como parâmetro a arrecadação de 2008, que tem um patamar no pico da atividade dos últimos anos – crescimento

do PIB de 2008 em 5,2% e do PIB de 2007 em 5,6% – é meta que exigirá muito esforço.

A análise das transferências constitucionais mostra que a queda na arrecadação só é mais drástica quando se compara 2008 com 2009. Comparativamente aos anos anteriores, a arrecadação do primeiro trimestre de 2009 é ainda maior. Desse modo, a evolução das transferências constitucionais, o recolhimento do ICMS no Nordeste, no primeiro bimestre de 2009, ainda é maior que a dos dois primeiros meses de 2008. Apenas a Bahia sofreu queda na arrecadação.

6.2.1 - Arrecadação do ICMS

A análise da arrecadação do ICMS na região Nordeste¹, conforme explicitado na Tabela 4 mostra crescimento nominal de 2,7% ao primeiro bimestre de 2009, em relação a igual período de 2008, significando queda real de 3%, descontada a inflação medida pelo IPCA. Sinaliza também que os canais de contaminação da crise internacional encontraram amortecedores diferenciados

na região, que na conjuntura de curto prazo são fatores positivos. A economia brasileira ainda é muito fechada quanto ao comércio internacional, cuja participação não ultrapassa 14% do PIB. A economia nordestina tem ainda menor representação, correspondendo a 6,7% do PIB. O emprego público e os benefícios de aposentadorias e pensões fomentam cerca de 35% do rendimento

Tabela 4 – Arrecadação do ICMS (Valores em R\$ mil)

Discriminação	Janeiro - Fevereiro		Variação %
	2008	2009	
Maranhão	395.359	412.143	4,2
Piauí	235.424	260.063	10,5
Ceará	751.247	801.976	6,8
Rio Grande do Norte	377.673	402.526	6,6
Paraíba	323.470	342.996	6,0
Pernambuco	1.025.669	1.115.900	8,8
Alagoas	270.973	287.512	6,1
Sergipe	222.144	236.245	6,3
Bahia	1.761.385	1.646.227	-6,5
Nordeste	5.363.344	5.505.588	2,7

Fonte: Brasil, 2009. Elaboração: Equipe BNB-ETENE Conjuntura Econômica.

1 Dados ainda provisórios para Paraíba, Rio Grande do Norte e Pernambuco. Os dados de Pernambuco foram coletados diretamente do portal eletrônico da Secretaria da Fazenda do estado, devido à indisponibilidade no portal do Ministério da Fazenda, Conselho de Política Fazendária, Comissão Técnica Permanente do ICMS.

total do país, de acordo com levantamento da LCA Consultores a partir de dados da Pnad/2007 (UM TERÇO, 2009). Na região nordestina, o aumento do salário mínimo e da bolsa família, devido ao seu expressivo peso na economia, ajudam a reduzir os efeitos da crise.

A Bahia foi o único estado a sofrer queda de arrecadação, com perda em todos os segmentos. Dois dos setores mais representativos da economia baiana, no caso o setor secundário (cujas cadeias produtivas incluem petroquímica e automóveis) e a atividade petróleo, combustíveis e lubrificantes, sofreram redução de 7,2% e 11,3%, respectivamente. O pequeno aumento de 2,7% no Nordeste deve-se ao desempenho negativo da Bahia, que arrecada 30% do ICMS da região. Sete estados nordestinos registraram aumento igual ou superior a 6%,

A elevação de 10,5% no recolhimento do ICMS no Piauí está associada ao acréscimo de cerca de 15% nos negócios de petróleo, combustíveis e lubrificantes, respondendo por 28,2% do ICMS do estado. Os demais segmentos – setores secundário e terciário e energia elétrica – cresceram em torno de 10%.

O aumento relativamente baixo de 4,2% no Maranhão, comparado ao dos demais estados, foi consequência da *performance* do setor terciário, que caiu 2% e responde por 39% do ICMS do estado, e ao segmento energia elétrica, que caiu 5,3%, respondendo por 9% do ICMS. O suporte para o crescimento positivo do ICMS no Maranhão foi o setor secundário, que cresceu 26,3%, respondendo por 20% do ICMS.

6.2.2 - Transferências Constitucionais

As transferências constitucionais são parcelas de recursos arrecadados pelo Governo Federal destinadas aos estados, Distrito Federal e municípios, a exemplo do Fundo de Participação dos Estados (FPE) e do Fundo de Participação dos Municípios (FPM)². O Nordeste recebe 52,4% do FPE e 35,2% do FPM.

Em cumprimento ao estabelecido no anexo da Lei Complementar nº 62, de 28 de dezembro de 1989, o Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), que reúne os secretários estaduais de fazenda e finanças, definiu o coeficiente de cada Unidade da Federação. Para calcular o valor do

FPE cabível a cada estado, multiplica-se o valor do FPE total – informado pela Secretaria do Tesouro Nacional ao Banco do Brasil – pelo respectivo coeficiente individual.

A lógica adotada na definição dos coeficientes estaduais do FPE não foi divulgada pela Secretaria do Tesouro Nacional. Cabe observar que, no Nordeste, os quatro maiores estados e, também, com maiores economias têm os mais altos coeficientes: Bahia (9,4%), Ceará (7,3%), Maranhão (7,2%) e Pernambuco (6,9%). Para os demais estados nordestinos foram definidos coeficientes em torno de 4%.

2 As transferências de FPE e FPM correspondem, respectivamente, a 21,5% e 22,5% da arrecadação do Imposto de Renda e do Imposto sobre Produtos Industrializados. A emenda Constitucional nº 55, de 22 de setembro de 2007, alterou o art. 159 da CF/88, determinando que anualmente deve ser repassado ao FPM mais 1% da arrecadação do IR e do IPI, a ser entregue no primeiro decêndio de dezembro. Desde março de 2007, 16,66% desses recursos são destinados ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (Fundeb).

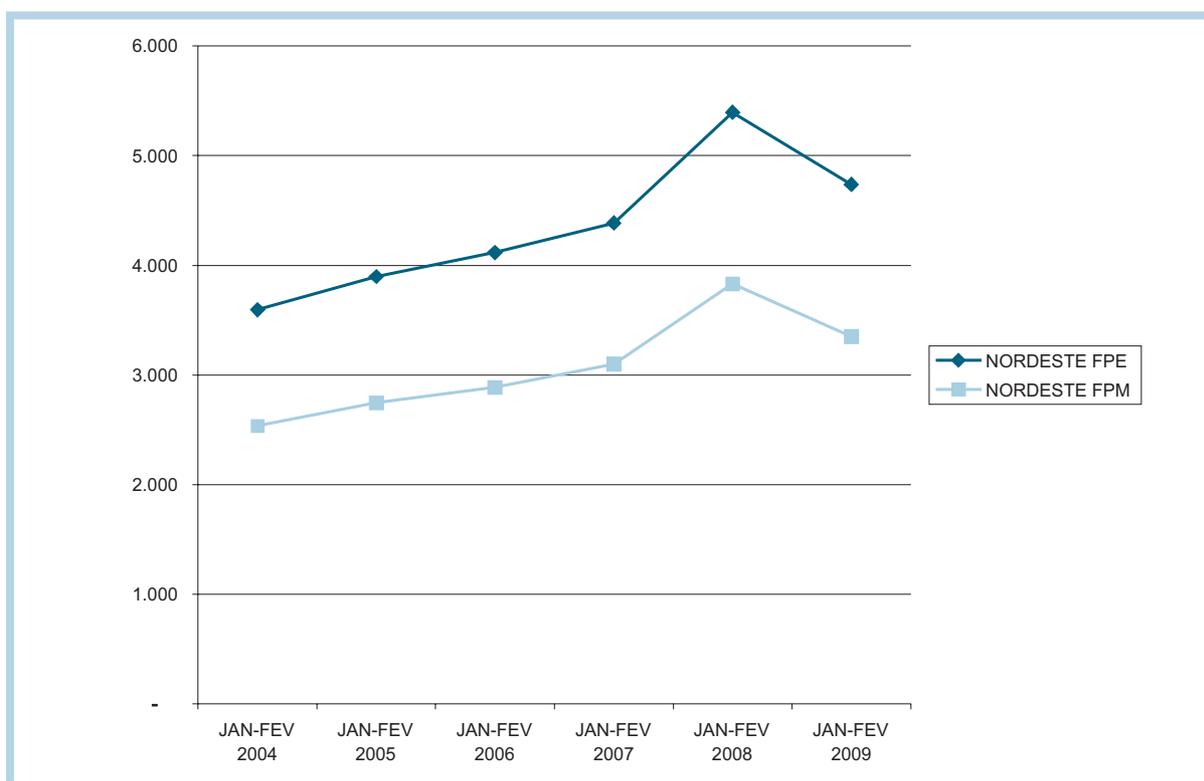


Gráfico 1 – FPE e FPM - Nordeste (Valores a preços médios de janeiro-março de 2009 - R\$ Milhão)

Nota: Índice de inflação adotado: IPCA médio do período.

Fonte: IPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Os recursos do FPM são distribuídos proporcionalmente às respectivas populações municipais estimadas pelo IBGE. Com base em análise das informações fornecidas pelo IBGE, o Tribunal de Contas da União (TCU) estabelece o coeficiente de cada município, com base no disposto no Decreto-Lei nº 1.881/81.

Como comentado no início desta seção, as transferências constitucionais para os estados via

FPE e FPM foram impactadas pela queda na arrecadação dos tributos federais decorrente da crise internacional. Se a análise é feita tomando-se como referência o ano 2008, a queda é razoável. Comparando-se, no entanto, o primeiro trimestre de 2009 com o primeiro trimestre de 2008, a preços médios de janeiro-março de 2009, observa-se uma queda de 12,3% e 12,5% nas transferências via FPE e FPM, respectivamente.

Tabela 5 – FPE - Valores a Preços Médios de Janeiro-Março de 2009 - R\$ 1,00

ESTADO	Jan-Mar 2004	Jan-Mar 2005	Jan-Mar 2006	Jan-Mar 2007	Jan-Mar 2008	Jan-Mar 2009
Alagoas	284.990.249	308.949.732	326.657.478	347.791.739	427.914.994	375.302.445
Bahia	643.692.551	697.808.579	737.804.137	785.538.986	966.509.186	847.675.978
Ceará	502.618.918	544.874.711	576.104.721	613.377.853	754.686.070	661.896.711
Maranhão	494.487.300	536.059.458	566.784.213	603.454.322	742.476.385	651.188.219
Paraíba	328.066.586	355.647.549	376.031.825	400.360.534	492.594.436	432.029.490
Pernambuco	472.702.512	512.443.195	541.814.362	576.868.958	709.766.361	622.499.924
Piauí	296.040.207	320.928.672	339.323.003	361.276.705	444.506.587	389.854.087
Rio Grande do Norte	286.209.649	310.271.648	328.055.161	349.279.850	429.745.932	376.908.268
Sergipe	284.661.422	308.593.260	326.280.574	347.390.450	427.421.258	374.869.414
Nordeste	3.593.469.395	3.895.576.804	4.118.855.474	4.385.339.397	5.395.621.209	4.732.224.535

Nota: Índice de Inflação utilizado: IPCA.

Fonte: IPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

Considerado qualquer outro ano, entre 2004 e 2007, a comparação feita nos mesmos termos da que já foi feita, revela que as transferências do FPE e do FPM, em 2009, estão acima das transferências de qualquer dos anos. O Gráfico 1 explicita esses resultados.

A distribuição dos recursos para os estados via FPE e FPM está apresentada nas Tabelas 5 e 6. Devido ao critério demográfico, os três estados mais populosos da região, no caso a Bahia, o Ceará e Pernambuco, detêm as maiores participações do

FPM. Com relação ao FPE, a esses três estados junta-se o Maranhão, com participação um pouco superior à de Pernambuco.

A participação do conjunto dos estados nordestinos no FPE, comparando-se o primeiro trimestre de 2009 com o mesmo período de 2008, descontada a inflação, registrou queda de 12,3%. Com relação ao FPM, na mesma base de comparação, em sete dos nove estados registrou-se perda em torno de 12,5%. O Piauí e o Rio Grande do Norte assinalaram quedas de 10,4% e 13,9%, respectivamente.

Tabela 6 – FPM – Valores a Preços Médios de Janeiro-Março de 2009 – R\$ 1,00

ESTADO	Jan-Mar 2004	Jan-Mar 2005	Jan-Mar 2006	Jan-Mar 2007	Jan-Mar 2008	Jan-Mar 2009
Alagoas	169.733.845	185.068.880	196.707.680	208.782.796	255.533.769	223.733.551
Bahia	647.437.025	694.353.934	730.756.129	786.904.946	976.688.251	858.557.853
Ceará	373.250.870	406.728.453	418.188.092	458.415.970	561.349.451	491.036.121
Maranhão	287.934.676	316.061.008	350.406.765	364.242.532	448.934.922	392.559.817
Paraíba	230.999.134	251.268.487	261.081.359	283.181.822	347.344.235	304.279.182
Pernambuco	363.478.423	393.570.148	399.195.330	423.470.173	540.480.643	472.134.611
Piauí	177.698.137	193.502.751	213.270.601	232.458.088	267.534.283	239.617.907
Rio Grande do Norte	180.542.703	193.081.943	202.387.576	217.466.810	271.306.558	233.546.213
Sergipe	103.855.286	113.129.870	114.897.573	124.221.522	160.278.899	136.816.133
Nordeste	2.534.930.100	2.746.765.474	2.886.891.107	3.099.144.658	3.829.451.011	3.352.281.390

Nota: Índice de inflação adotado: IPCA médio do período.

Fonte: IPEA, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica

6.2.3 - Transferências Voluntárias

O Nordeste recebeu 32,6% das transferências voluntárias da União (TV)³, no período janeiro-março de 2009. Em relação ao primeiro trimestre de 2008, aumentou a participação proporcional dos municípios no total dessas transferências, com consequente diminuição da participação dos estados⁴. Os dados por região constam da Tabela 7.

O Nordeste foi a região que recebeu o segundo maior volume de transferências voluntá-

rias da União, ficando atrás apenas do Sudeste. A menor participação nordestina não se deve às transferências aos municípios, já que por essa via o Nordeste levou vantagem tanto em termos proporcionais como em valores absolutos (Nordeste: R\$ 249,7 milhões ou 39,5%; Sudeste: R\$ 204,4 milhões, equivalentes a 32,3%). A segunda posição ocupada pela região deve-se, efetivamente, aos volumes de transferências

3 18,2% das Transferências Voluntárias da União para os Estados e 39,5% das transferências da União para os municípios.

4 As transferências voluntárias para os estados do Nordeste, no 1º trimestre de 2008, foram 20,7% do total. As transferências para os municípios, também no 1º trimestre de 2008, foram de 39,3% do total.

Tabela 7 – Distribuição Regional das Transferências Voluntárias da União - janeiro-março/09 (valores em R\$ mil)

Região	Estados e Distrito Federal	% do Total	Municípios	% do Total	Total das Transferências	% do Total
Centro-Oeste	26.738	8,9	39.580	6,3	66.318	7,1
Nordeste	54.603	18,2	249.679	39,5	304.282	32,6
Norte	18.332	6,1	62.509	9,9	80.841	8,7
Sudeste	171.642	57,1	204.165	32,3	375.807	40,3
Sul	29.280	9,7	76.202	12,0	105.482	11,3
Total	300.595	100,0	632.135	100,0	932.730	100,0

Fonte: Brasil, 2009. Elaboração: Equipe BNB/Etene Conjuntura Econômica.

voluntárias da União para os estados já que por essa via o Nordeste levou desvantagem tanto em termos proporcionais, como em valores absolutos (Nordeste: R\$ 54,6 milhões, 18,2%; Sudeste: R\$ 171,6 milhões, equivalentes a 57,1%).

Verificando as transferências voluntárias da União para os estados do Nordeste, é significativa a dispersão das taxas de crescimento, no período janeiro-março de 2009, comparada a igual período de 2008. Enquanto no caso do Ceará verificou-se uma taxa de crescimento de 380,7%, o Piauí sofreu uma queda de 51,8%⁵. Os demais estados experimentaram taxas de crescimento acima de 100%, com destaque para a Bahia, com 251,9%, e Sergipe, com 230,7% (Tabela 8).

O crescimento das transferências voluntárias da União para os municípios do Nordeste vem se comportando de maneira mais uniforme, mas ainda registra variações consideráveis. No período janeiro-março de 2009, com relação a janeiro-março de 2008, as taxas variam de 65,8% (Sergipe) a 133,2% (Maranhão)⁶.

Das transferências da União para os estados do Nordeste, 95,2% são provenientes de quatro ministérios: Educação – 75,8%, Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior – 13,1%, Cidades

– 4,2% e Desenvolvimento Social e Combate à Fome – 2,1%. O Ministério dos Transportes, que detém 25% das transferências voluntárias para os estados, não destinou recursos para os estados do Nordeste no primeiro trimestre de 2009. Enquanto isso, São Paulo recebeu 99,7% das transferências desse ministério – R\$ 75,2 milhões.

O Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior é o segundo ministério em termos de maior representatividade nas transferências para os estados do Nordeste, participando com 13,1% do total das transferências voluntárias da União para os estados. Dessas transferências para o Nordeste, a Bahia recebeu 23,8%, cabendo 24,4% a Pernambuco, 10,7% ao Maranhão e 10,5% ao Rio Grande do Norte. O Ceará não recebeu nenhuma transferência desse ministério.

Cabe ainda observar que a Paraíba foi o único estado do Nordeste a receber transferências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, no montante de R\$ 1,8 milhão, correspondente a 44% das transferências totais do ministério. O Piauí recebeu recursos de apenas dois ministérios: Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (R\$ 391 mil) e Desenvolvimento Social e Combate à Fome (R\$ 26 mil).

5 A média da variação percentual de crescimento, das transferências voluntárias para os estados do Nordeste, no período em questão, é de 182,0%, com um desvio padrão de 117,2% e coeficiente de variação de 64,4%.

6 A média da taxa de variação do crescimento das transferências aos municípios do Nordeste, no período em questão, é de 95,9%, com desvio-padrão de 20,6% e coeficiente de variação de 21,4%.

Tabela 8 – Distribuição das Transferências Voluntárias (TV) da União para o Nordeste (valores em R\$ mil)

Estados	Transferências Voluntárias da União aos Estados			TV da União aos Municípios		
	jan-mar de 2008	jan-mar de 2009	var.%	jan-mar de 2008	jan-mar de 2009	var.%
Alagoas	1.544	3.344	116,5	6.904	15.167	119,7
Bahia	4.469	15.729	251,9	28.372	56.199	98,1
Ceará	1.205	5.793	380,7	19.190	38.968	103,1
Maranhão	1.845	5.703	209,1	16.560	38.624	133,2
Paraíba	2.395	7.179	199,7	10.219	19.546	91,3
Pernambuco	3.618	9.947	175,0	20.600	38.271	85,8
Pauí	865	417	-51,8	8.785	16.212	84,5
Rio Grande do Norte	1.773	4.009	126,1	9.531	17.301	81,5
Sergipe	751	2.483	230,7	5.665	9.392	65,8

Fonte: Brasil, 2009. Elaboração: Equipe BNB-Etene Conjuntura Econômica.

As transferências voluntárias da União para os municípios do Nordeste estão concentradas no Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, com 55,1%, e no Ministério da Educação, com 39%, perfazendo 94,1% do total. Os quatro estados mais populosos do Nordeste absorveram 68,9% do total das transferências voluntárias aos municípios da região: Bahia (22,5%), Ceará (15,6%), Maranhão (15,5%) e Pernambuco (15,3%).

Dentre os programas do Governo Federal utilizados nas transferências voluntárias até março de 2009 (R\$ 932,7 milhões) destacam-se: Brasil Escolarizado (41,5%); Proteção Social Básica (13,4%); Vetor Logístico Centro-Sudeste) (8%); Erradicação do Trabalho Infantil (7%); Nacional de Inclusão de Jovens-Projovem (6,6%); e Metrologia e Qualidade Industrial (5,1%).

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. Disponível em <<http://www.beb.gov.br/ftp/program/pm-022009p.pdf>>. Acesso em 23 abr. 2009.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz). Comissão Técnica Permanente do ICMS (Cotepe). Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/boletim/valores.asp>>. Acesso em: 23 abr. 2009.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Disponível em: <ipea.gov.br>. Acesso em: 8 abr. 2009.

SECRETARIA DO TESOUREO NACIONAL. Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. **Transferências constitucionais e voluntárias.** Disponível em: <<http://www.tesouro.fazenda.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

UM TERÇO da renda do País é imune ao desemprego, diz LCA. **Folha de São Paulo**, 23 mar.2009. Coluna Mercado Aberto, Caderno Dinheiro)

7 - Intermediação Financeira

De acordo com informe recém-divulgado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI), as perdas potenciais das entidades financeiras nos Estados Unidos, Europa e Japão, diante da crise global, poderão alcançar US\$ 4,1 trilhões, entre 2007 e 2010, dois terços dos quais corresponderá ao sistema bancário, enquanto o terço restante caberá a outras instituições financeiras, como fundos de pensão e seguradoras, que também sofreram com problemas de crédito. Apenas nos Estados Unidos, as perdas financeiras poderão atingir US\$ 2,7 trilhões (INTERNATIONAL MONETARY FUND, 2009).

A referida fonte informa ainda que o volume de crédito total poderá cair nos EUA, no Reino Unido e na Zona do Euro no curto prazo e demorará anos para se recuperar. Segundo o FMI, os governos devem injetar capital nos bancos e inclusive nacionalizá-los, já que as instituições se veem incapazes de captar dinheiro privado nas atuais condições dos mercados. A transferência provisória ao Estado pode ser necessária, mas unicamente com a intenção de reestruturar a instituição e devolvê-la ao setor privado, o mais rápido possível.

Um pouco nessa linha de preocupação, o governo de Barack Obama detalhou um programa para recuperar o setor financeiro norte-americano, com os seguintes passos: a) os bancos identificam quais “ativos contaminados” pretendem vender e todos os bancos, de quaisquer tamanhos, podem entrar no programa; b) o Federal Deposit Insurance Corporation (FDIC), fundo garantidor de depósito, vai organizar um leilão desses “ativos”, que terão como compradores os fundos público-privados de

investimento; c) o financiamento para a compra dos referidos papéis terá a garantia do FDIC; d) os administradores dos fundos de investimento vão controlar o processo de recuperação ou liquidação dos “ativos” que forem comprados. Esse programa foi bem recebido pelo mercado, embora ainda persistam algumas dúvidas. A primeira é partir do pressuposto de que os “ativos contaminados” ainda têm algum valor, e a segunda é achar que os próprios bancos vão pôr seus “ativos tóxicos” em leilão, explicitando assim suas fragilidades estruturais (BOLSA..., 2009).

De outra parte, um novo alento foi proporcionado pela recente reunião do G-20, grupo que congrega países responsáveis por 85% do PIB e por dois terços da população mundial, que sugeriu um conjunto de medidas para tentar minimizar os efeitos da crise global. Na área financeira, destacam-se: a) injeção de novos recursos da ordem de US\$ 1,1 trilhão (US\$ 750 bilhões para o FMI, US\$ 250 bilhões para promover o comércio internacional e US\$ 100 bilhões para os bancos de fomento); b) reformulação do sistema financeiro internacional; e c) maior controle sobre os balanços dos bancos, agências de classificação de risco e sobre os paraísos fiscais, acabando com os segredos bancários, como forma de garantir um sistema de alarme precoce contra a eclosão de novas crises.

No Brasil, o Governo Federal já vem adotando também um conjunto de medidas anticíclicas para mitigar os efeitos da crise global. Além das políticas fiscais (redução do IPI para o setor automotivo, a construção civil e os produtos da “li-

na branca”); redução do imposto de renda para as famílias; ampliação do Programa Bolsa Família; expansão dos investimentos do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC); e implementação do Plano Nacional de Habitação, destacam-se também as políticas monetárias, como a redução dos depósitos compulsórios bancários, aumento do redesconto, ampliação das operações dos bancos públicos e diminuição gradual da taxa básica de juros da economia (Selic).

Ademais, o Conselho Monetário Nacional, através da Resolução n. 3.692, de 26/03/2009, aprovou um conjunto de medidas que tem por objetivo criar condições para que os bancos de menor porte voltem a emprestar, como faziam antes da eclosão da crise, aumentando assim a liquidez do sistema bancário e recompondo os canais de crédito da economia. Em resumo, foi estabelecido que os bancos comerciais, os bancos múltiplos, os bancos de desenvolvimento, os bancos de investimento, as sociedades de crédito, financiamento e investimento e as caixas econômicas podem agora captar depósitos a prazo, sem emissão de certificado, com garantia especial a ser proporcionada pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A medida autoriza os bancos a emitir esses papéis (uma espécie de CDB especial), que dão ao aplicador uma garantia de até R\$ 20 milhões contra perdas, em caso de quebra da instituição financeira. A expecta-

tativa é de que, com esse título ultragarantido, os bancos de menor porte, que perderam clientes para os bancos de grande porte em função da crise financeira, recuperem seus tradicionais aplicadores (fundos de pensão, administradoras de ativos e escritórios de gestão de patrimônios familiares) e restabeleçam suas operações de crédito aos níveis anteriores à crise.

De qualquer modo, a retração do mercado de crédito, identificada como um dos canais de transmissão da crise global para a economia brasileira (os outros dois foram o comércio internacional de bens e serviços e as expectativas negativas dos agentes econômicos), começa a dar sinais de que o “fundo do poço” já foi atingido, começando agora uma fase de lenta recuperação. Na verdade, a intermediação financeira sofreu uma forte retração na passagem de novembro para dezembro de 2008. Entretanto, já começam a ser detectados sinais de melhora, na comparação janeiro/dezembro, para o saldo das operações de crédito. Vale destacar, ainda, que os resultados para o Nordeste, da referida variável, têm sido melhores do que para o Brasil. Regionalmente, a queda foi menor, na fase de retração, e o aumento foi maior, agora no começo da recuperação. As explicações para esses resultados e o detalhamento da análise da intermediação financeira são apresentados nos tópicos seguintes.

7.1 - Brasil - Depósitos e Operações de Crédito

O impacto da crise financeira global sobre o sistema bancário nacional foi mais acentuado na passagem de novembro para dezembro de 2008. Entretanto, alguns sinais de leve melhora começaram a ser detectados em janeiro do corrente ano, comparativamente aos números de dezembro, comportamento verificado tanto para o saldo dos depósitos como para as operações de crédito.

Na verdade, o “fundo do poço” parece ter sido atingido em dezembro do ano passado, quando o saldo dos depósitos do sistema bancário nacional acusou uma queda de 17,2%, comparativamente a novembro, comportamento que se deveu, exclusivamente, à ação dos bancos privados, que reduziram suas captações de depósitos em 26,2%.

Os bancos públicos, por sua vez, registraram uma leve expansão nos seus depósitos (1,6%).

Entretanto, na análise janeiro/dezembro já foram identificados pequenos sinais de melhora, com uma expansão de 3,1% na captação de depósitos, com um aumento de 2,3% para os bancos públicos e 3,6% para os bancos privados.

Nada obstante, os números divulgados pelo Banco Central revelam que o volume de depósitos captado pelo sistema bancário nacional ainda não retornou aos níveis registrados há um ano. Assim, no final de janeiro do corrente ano, o saldo dos depósitos alcançou o montante de R\$ 1.642,4 bilhões, significando uma queda real de 7,2% em relação a janeiro de 2008. Esse resultado negativo foi determinado pela queda nos depósitos dos bancos privados (-17,6%) e dos bancos federais, exceto o Banco do Brasil (-24,7%). Os demais bancos públicos experimentaram aumentos reais no saldo de seus depósitos, com destaque para os incrementos obtidos pelo Banco do Brasil (22,5%), Caixa Econômica Federal (10,2%) e bancos estaduais (6,8%) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c).

De outra parte, dezembro também marcou o “ponto crítico” para o saldo das operações de crédito, quando foi registrada uma queda de 11,6%

em relação aos resultados de novembro, valendo destacar que esse número negativo deveu-se, unicamente, à redução observada pelos empréstimos concedidos pelos bancos privados (-18,5%). As operações de crédito dos bancos públicos, entretanto, foram ampliadas em 3,3%.

Entretanto, uma abordagem anualizada mostra um crescimento real de 19,3% no saldo das operações de crédito, que passou de R\$ 945 bilhões, em janeiro de 2008, para R\$ 1.229,8 bilhões, em janeiro do corrente ano. Como resultado, a participação dos empréstimos em relação ao PIB também apresentou uma elevação, passando de 34,2% para 41,2%, entre as duas posições consideradas. Esses números mostram que o grau de alavancagem do sistema bancário brasileiro ainda é baixo, comparativamente aos países centrais, onde o volume das operações de crédito supera o valor do PIB. De toda sorte, essa posição brasileira mostra-se relativamente mais confortável, levando-se em conta que o setor financeiro internacional tem sido o mais afetado pela crise global.

Convém registrar que as operações de crédito no Brasil são destinadas preponderantemente ao setor privado, que em janeiro do corrente ano absorvia 97,8% do total dos empréstimos, cabendo a parcela restante (2,2%) ao setor público. Entretanto, em relação à taxa de variação, o cresci-

Tabela 1 – Brasil - Saldo Total de Depósitos, por Instituição Financeira - Janeiro de 2008 e 2009 - Em R\$ Milhões Correntes

Instituição Financeira ¹	Janeiro 2008	Janeiro 2009	Variação Real % (¹)	Participação Jan/09, em %	Depósito/PIB (²), em %	
					jan/08	jan/09
Banco do Brasil	252.789	338.020	22,5	20,6	9,1	11,3
Caixa Econômica Federal	187.318	225.250	10,2	13,7	6,8	7,5
Bcos. Federais, exceto BB	8.241	6.768	-24,7	0,4	0,3	0,2
Bancos Estaduais	65.069	75.800	6,8	4,6	2,4	2,5
Bancos Privados	1.108.412	996.584	-17,6	60,7	40,1	33,4
Total	1.621.829	1.642.422	-7,2	100,0	58,7	55,0
Bancos Públicos	513.416	645.838	15,3	39,3	18,6	21,6
Bancos Privados (³)	1.108.412	996.584	-17,6	60,7	40,1	33,4

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b e 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE, com base no IGP-DI centrado.

(³) Nacionais e Estrangeiros

Tabela 2 – Brasil – Operações de Crédito do Sistema Financeiro - Saldo para os Setores Público e Privado – Janeiro de 2008 e 2009 - R\$ Milhões Correntes

Destino do Crédito	Janeiro 2008	Janeiro 2009	Varição Real % (¹)	Participação Jan/09, %	Oper./PIB (²) Jan/08, %	Oper./PIB (²) Jan/09, %
Setor Público (a)	18.845	27.658	34,5	2,2	0,7	0,9
Gov. Federal	3.517	9.549	148,8	0,8	0,1	0,3
Gov. Est. e Mun.	15.328	18.109	8,3	1,5	0,6	0,6
Setor Privado (b)	926.136	1.202.150	19,0	97,8	33,5	40,3
Indústria	215.369	294.021	25,1	23,9	7,8	9,9
Habituação	46.355	64.372	27,3	5,2	1,7	2,2
Rural	90.024	106.606	8,5	8,7	3,3	3,6
Comércio	96.861	122.699	16,1	10,0	3,5	4,1
Pessoas Físicas	320.838	394.698	12,7	32,1	11,6	13,2
Outros Serviços	156.689	219.754	28,5	17,9	5,7	7,4
Total Geral (a + b)	944.980	1.229.808	19,3	100,0	34,2	41,2

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(¹) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(²) Estimativa do Banco Central para o PIB dos 12 últimos meses, a preços do mês referido, a partir de dados anuais do IBGE.

mento real dos empréstimos concedidos ao setor público (34,5%) superou a expansão verificada pelo setor privado (19%).

Por outro lado, a análise das operações de crédito, por fonte de recursos, mostra que o saldo dos empréstimos concedidos com recursos livres alcançou R\$ 870,3 bilhões, em janeiro de 2009, correspondendo a 70,8% do total e acusando um incremento real de 19,5%, em comparação com os números registrados em janeiro do ano passado. As operações de crédito realizadas com recursos direcionados (formados por recursos compulsórios ou governamentais) atingiram R\$ 359,5 bilhões (29,2% do total), registrando um aumento real de 18,7%. Nesse último grupo destacaram-se as operações realizadas com recursos do BNDES, que responderam por 58,7% do total dos empréstimos concedidos com recursos governamentais.

No âmbito das operações de crédito efetuadas com recursos livres, observa-se um deslocamento dos empréstimos concedidos às pessoas físicas (caíram de 48,6%, em janeiro de 2008, para 45,9%, em janeiro de 2009) em favor dos empréstimos concedidos às pessoas jurídicas (aumentaram de 51,4% para 54,1%, entre as duas posições consideradas), sugerindo que está em curso um

processo de redirecionamento do crédito do consumo para a produção.

De outra parte, cabe revelar que a qualidade do crédito só começou a sofrer os efeitos negativos da crise financeira global a partir de janeiro do corrente ano, mesmo assim ainda de forma muito branda. Desse modo, a inadimplência, definida por operações vencidas há mais de 90 dias, que representava 3,1% do saldo total das operações de crédito, em dezembro de 2008, elevou-se levemente para 3,2%, em janeiro do corrente ano. As operações de risco 1, assim classificadas aquelas com atraso de pagamento de 61 a 180 dias, passaram de 4,8%, para 5,1%. O mesmo aconteceu com as operações de risco 2, assim definidas aquelas com atraso de pagamento superior a 180 dias, que evoluíram de 2,9%, para 3%, entre as duas posições consideradas. Entretanto, se a comparação for feita com os índices observados em janeiro de 2008, pode-se concluir que praticamente não houve alteração na qualidade do crédito total concedido pelo sistema bancário nacional.

Ademais, a análise da qualidade do crédito segundo a origem do capital da instituição financeira mostra uma pequena diferenciação. Assim, o sistema financeiro público vem registrando um

Tabela 3 – Brasil – Operações de Crédito do Sistema Financeiro – Saldo com Recursos Livres e Direcionados (1) – Janeiro de 2008 e 2009 – Em R\$ Milhões

Natureza dos Recursos	Janeiro	Janeiro	Variação	Participação (%)	Operações de Crédito/PIB, (em %)	
	2008	2009	Real, % (2)	Jan/2009	Jan/2008	Jan/2009
Livres	667.390	870.318	19,5	70,8	24,2	29,2
Direcionados	277.590	359.490	18,7	29,2	10,0	12,0
Total	944.980	1.229.808	19,3	100,0	34,2	41,2

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(1) Refere-se a operações de crédito com recursos compulsórios ou governamentais.

Tabela 4 – Brasil – Sistema Bancário Brasileiro Total. Público, Privado Nacional e Estrangeiro – Proporção (%) das Operações Classificadas por Nível de Risco e em Inadimplência e das Provisões em Relação ao Volume Total de Crédito – 2007/2008/2009

Meses/Discriminação	Risco Normal (a)	Risco 1 (b) ¹	Risco 2 (c)	Inadimplência (d)	Provisões (e)
1) Sistema Financeiro Total:					
2007 Jan	90,8	5,7	3,5	3,8	6,3
Mar	90,9	5,7	3,4	3,6	6,2
Jul	91,3	5,6	3,1	3,6	6,0
Out	91,6	5,4	3,0	3,3	5,7
Dez	92,0	5,1	2,9	3,2	5,5
2008 Jan	91,8	5,2	3,0	3,2	5,6
Mar	92,0	5,1	2,9	3,0	5,4
Jul	92,2	5,0	2,8	2,9	5,2
Out	92,4	4,7	2,9	3,0	5,2
Dez	92,2	4,8	2,9	3,1	5,3
2009 Jan	91,9	5,1	3,0	3,2	5,5
2009 Janeiro:					
2) Sist. Fin. Público	91,5	5,4	3,1	2,2	5,3
3) Sist. Fin. Privado Nacional	92,5	4,8	2,7	3,7	5,6
4) Sist. Fin. Estrangeiro	91,4	5,3	3,3	3,7	5,6

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

Segundo o BACEN, a qualidade do crédito obedece à seguinte classificação:

- (a) Operações classificadas nos níveis de risco AA a C (operações em dia e com atraso de pagamento até 60 dias);
- (b) Operações classificadas nos níveis de risco D a G (atraso de pagamento de 61 a 180 dias);
- (c) Operações classificadas no nível de risco H (atraso de pagamento superior a 180 dias);
- (d) Total de crédito vencido há mais de 90 dias;
- (e) Provisões são exigidas a partir do nível de risco A.

nível de risco dos tipos 1 e 2 ligeiramente acima dos índices observados pelo sistema bancário privado nacional. Esse resultado, no entanto, já era esperado, levando-se em conta que, diante dos efeitos da crise global, os bancos públicos, como estratégia de política econômica anticíclica, passaram a atuar de forma mais agressiva no mercado, ampliando suas operações e, conseqüentemente, sua exposição ao risco. Em que pese essa eleva-

ção do risco, os bancos públicos ainda exibiam, em janeiro de 2009, um nível de inadimplência e de provisões ligeiramente abaixo dos índices registrados pelos bancos privados nacionais e pelos bancos estrangeiros que atuam no país.

Em decorrência dos efeitos da crise global, as condições para as operações de crédito referenciais para taxa de juros¹ começaram a sofrer uma

1 Identificadas pela Circular Nº 2.957, de 30.12.1999. Em janeiro de 2009, essas operações haviam alcançado R\$ 656,9 bilhões, correspondendo a 53,4% do total das operações de crédito realizadas no país.

Tabela 5 – Brasil – Operações de Crédito Referenciais para Taxa de Juros¹ Resumo

Períodos	Taxa de juros (% a.a.)		Spread (%)		Prazo Médio (dias corridos)		Inadimplência ² em (%)	
	PJ	PF	PJ	PF	PJ	PF	PJ	PF
2008								
Média jan/ago 08	26,4	49,2	14,3	35,7	301	458	1,8	7,2
Setembro	28,3	53,1	14,7	38,6	310	486	1,6	7,3
Outubro	31,8	54,8	17,7	39,7	310	491	1,7	7,7
Novembro	31,4	58,3	18,4	43,2	304	482	1,7	7,9
Dezembro	30,7	58,1	18,4	45,2	302	490	1,8	8,0
2009								
Janeiro	31,0	55,1	18,8	43,6	297	484	2,0	8,3

Fonte: BACEN, 2009b. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura.

¹ Recursos livres identificados pela Circular nº 2.957, de 30.12.1999. Em janeiro de 2009, essas operações alcançaram R\$ 656,9 bilhões, correspondendo a 53,4% das operações de crédito realizadas no país;

² Percentual do saldo em atraso acima de noventa dias em relação ao total dos empréstimos. PJ = Pessoa Jurídica. PF = Pessoa Física.

leve deterioração, comparando-se as condições observadas em janeiro de 2009 com as de um ano atrás. Assim, foram registrados pequenos aumentos na taxa de juros, no *spread* (diferença entre a taxa de aplicação e a de captação de recursos) e nos níveis de inadimplência. Entretanto, o impacto maior dessa elevação recaiu sobre as operações realizadas com pessoas físicas, conforme pode ser visto em detalhes na Tabela 5.

Em todo caso, torna-se bastante evidente que, diante dos elevados níveis dos juros e dos *spreads*

praticados nas operações de crédito, existe ainda grande margem para a implementação de uma política monetária mais flexível por parte do Governo Federal. Assim, é possível reduzir o custo financeiro dos tomadores finais de crédito (privados e públicos), aumentando sua competitividade e sua capacidade de enfrentar os problemas decorrentes da crise financeira global. Pelo menos dois argumentos reforçam essa tese: a inflação está sob controle e em queda e a necessidade de alinhar o Brasil com as políticas monetárias executadas nos países centrais.

7.2 - Nordeste - Depósitos e Operações de Crédito

Os impactos negativos da crise financeira global foram mais acentuados sobre a economia brasileira do que sobre a economia do Nordeste, segundo pode ser observado numa análise das variações recentes de um grupo expressivo de indicadores econômicos, representativos dos setores agrícola, industrial, comércio interno e externo, intermediação financeira, arrecadação de tributos e mercado de trabalho formal. De um modo geral, as retrações observadas para a economia nordeste-

tina, nos referidos indicadores, foram em torno da metade da variação ocorrida em âmbito nacional.

Conforme já mencionado em trabalhos realizados ultimamente pelo BNB/Etene, algumas pistas podem ser levantadas para tentar explicar essa diferença de impacto. De uma maneira mais ampla, o que antes era apontado como desvantagem para o Nordeste, passou a ser identificado como uma vantagem relativa e provisória, após a eclosão da crise global, como é o caso de um menor

grau de abertura comercial para o exterior, menor peso da intermediação financeira na economia e uma maior participação do setor público na formação da renda regional.

De um modo particular, a intermediação financeira no Nordeste foi menos atingida pela crise global do que em âmbito nacional. Informações divulgadas pelo Banco Central (2009c) sugerem que o “fundo do poço” foi atingido na passagem de novembro para dezembro do ano passado, com reduções expressivas no saldo das operações de crédito (-8% para o Nordeste e -11,6% para o Brasil). Por sua vez, enquanto o saldo dos depósitos bancários do Nordeste aumentou 1,4%, no Brasil recuou 17,2%.

A explicação para esses resultados é a preponderância dos bancos públicos no Nordeste, os quais respondem por mais de dois terços da intermediação financeira na região, enquanto no Brasil acontece o contrário, com dois terços intermediados pelos bancos privados. Em virtude de sua maior participação, os bancos públicos exercem um papel estratégico na região, atendendo orientação do Governo Federal para ampliar suas operações de crédito, atuando dessa forma como agentes de combate aos efeitos negativos da crise global.

De qualquer forma, as medidas de política monetária já em andamento sugerem uma pequena melhora nos indicadores da atividade bancária regional, na comparação janeiro/dezembro. Observou-se, assim, um aumento de 5,6% no saldo das operações de crédito e de 2,2% no saldo dos depósitos. A boa notícia é que esses resultados foram obtidos de forma preponderante pela ação dos bancos privados, que estão começando a recuperar suas posições anteriores à crise. Ademais, no Nordeste, o retorno dos bancos privados às suas participações originais no mercado de crédito parece que está acontecendo de forma mais acelerada do que em todo o Brasil. De outra parte, a forte atuação dos bancos públicos, ao lado da recuperação das operações dos bancos particula-

res, está garantindo a recomposição dos canais de crédito para o financiamento da atividade econômica do Nordeste.

De acordo com informações fornecidas pelo Bacen, o saldo dos depósitos bancários no Nordeste alcançou R\$ 95 bilhões no final de janeiro de 2009, registrando-se uma expansão real de 13,5% sobre os números registrados em janeiro do ano passado, enquanto em âmbito nacional foi observada uma redução real de 7,2% (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c).

Por outro lado, a participação do saldo dos depósitos no PIB do Nordeste tem sido crescente nos últimos anos. No final de janeiro de 2008, essa relação correspondia a 22,4%, evoluindo para 25,5% no final de janeiro do corrente ano, segundo estimativas elaboradas pelo BNB/Etene (BANCO DO NORDESTE DO BRASIL, 2009a). Embora crescente, esse índice regional está muito abaixo da marca verificada nacionalmente, que foi de 55% na última posição analisada.

A análise do desempenho do saldo dos depósitos bancários no Nordeste, segundo as origens dos capitais, revela que, no período sob análise, os bancos públicos apresentaram crescimento real bem acima do registrado pelos bancos privados (18,7% contra apenas 3,5%). Adicionalmente, no Nordeste, os bancos públicos foram responsáveis por 68,5% do saldo total dos depósitos, enquanto os bancos privados ficaram com a parcela restante, de 31,5%.

Dentre os bancos públicos, o maior crescimento do saldo dos depósitos foi obtido pelos bancos estaduais (25,6%), vindo em seguida o Banco do Brasil (24,7%), o Banco do Nordeste (20,2%) e a Caixa Econômica Federal (11,6%) (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c).

No final de janeiro do corrente ano, o saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste alcançou R\$ 64,6 bilhões, correspondendo a um aumento real de 14,6%, comparativamente aos

Tabela 6 – Nordeste – Saldos de Depósitos e Operações de Crédito, por Instituição Financeira – Janeiro de 2008 e 2009

Em R\$ Milhões

Discriminação/Posição	Banco do Brasil	Caixa Econômica Federal	Bcos.Federais, exceto BB		Bancos Estaduais	Bancos Públicos	Bancos Privados	Total(c) ¹
			BNB (b)	Total				
Depósitos								
Janeiro de 2008	24.982	20.369	2.854	3.357	1.499	50.206	26.529	76.735
Janeiro de 2009	33.990	24.813	3.743	4.189	2.053	65.045	29.971	95.016
Varição real, em % (a)	24,7	11,6	20,2	14,4	25,5	18,7	3,5	13,5
Participação Jan/09	35,8	26,1	3,9	4,4	2,2	68,5	31,5	100,0
Operações de Crédito								
Janeiro de 2008	16.306	9.199	3.379	5.043	649	31.197	20.490	51.687
Janeiro de 2009	21.788	13.486	4.536	6.169	878	42.322	22.298	64.620
Varição real, em % (a)	22,5	34,4	23,0	12,1	23,9	24,3	-0,3	14,6
Participação Jan/09	33,7	20,9	7,0	9,5	1,4	65,5	34,5	100,0

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b e 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(a) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

(b) Valores correspondentes às operações realizadas pelo BNB nos Estados do Maranhão até a Bahia, sem incluir as agências extrarregionais.

números observados em janeiro de 2008. Vale mencionar que esse resultado regional deveu-se exclusivamente ao desempenho das operações dos bancos públicos, que registraram um aumento real de 24,3%, enquanto os bancos privados reduziram seus empréstimos em 0,3% no período analisado. No Brasil, semelhante quadro foi observado. As operações de crédito dos bancos públicos foram ampliadas em 35,2%, ao tempo em que os bancos privados reduziam suas operações em 3,6%.

O aumento das operações de crédito dos bancos públicos representa uma opção de política econômica do Governo Federal para restituir os níveis de liquidez e da oferta de crédito da economia, compensando em parte a retração dos empréstimos dos bancos privados, que adotaram uma postura mais cautelosa e seletiva na concessão de crédito, diante do quadro de incertezas provocado pela crise financeira global.

A participação do saldo das operações de crédito em relação ao PIB do Nordeste também tem sido crescente nos últimos períodos, passando de 15,1%, em janeiro de 2008, para 17,3%, em janeiro de 2009, mostrando que a intermediação financeira vem crescendo acima do ritmo de ex-

pansão da economia regional, segundo estimativas do BNB/Etene. Nada obstante, o coeficiente regional ainda é considerado muito baixo, levando-se em conta que, nacionalmente, esse indicador alcançou 41,2%.

No final de janeiro do corrente ano, um pouco mais da metade do saldo das operações de crédito realizadas no Nordeste (51,9%) era representada por operações de curto prazo (empréstimos e títulos descontados). As operações de longo prazo (financiamentos industriais, comerciais, rurais, agroindustriais e imobiliários) absorveram 34,6% do total, ficando a parte restante (13,5%) com outros créditos. Em termos de desempenho, as maiores taxas reais de crescimento foram obtidas pelos financiamentos agroindustriais (65,5%), outros créditos (49,4%), financiamentos imobiliários (36%) e empréstimos e títulos descontados (17,5%). O saldo dos financiamentos, contudo, experimentou uma redução real de 19,8%, comparativamente ao valor observado em janeiro de 2008.

Para finalizar este tópico, cabem algumas reflexões. Diante do agravamento da crise financeira internacional, o que antes poderia ser apontado como uma limitação para o Nordeste (a pequena participação da intermediação financeira na eco-

Tabela 7 – Nordeste – Discriminação das Principais Operações de Crédito – Janeiro de 2008 e 2009 – Saldos em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	Janeiro 2008	Janeiro 2009	Varição Real, em % (*)	Participação Jan/09, em %
Operações de Crédito	51.687	64.620	14,6	100,0
Empréstimos e Títulos Descontados	26.153	33.518	17,5	51,9
Financiamentos	9.131	7.991	-19,8	12,4
Financiamentos Rurais	5.500	6.091	1,5	9,4
Financiamentos Agroindustriais	175	316	65,5	0,5
Financiamentos Imobiliários	5.369	7.968	36,0	12,3
Outros Créditos	5.359	8.736	49,4	13,5

Fonte: Banco Central do Brasil, 2009b e 2009c. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica.

(*) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

nomia e predomínio dos bancos públicos), pode agora ser entendida como uma vantagem relativa e provisória. Por outras palavras, nesse momento, os bancos públicos, além de serem eleitos pelo Governo Federal como vetores de política anticíclica, possuem fontes de recursos mais estáveis para lastrear suas operações do que os bancos privados, na quadra atual. De outra parte, como o sistema bancário é um dos segmentos que estão sendo mais duramente atingidos atualmente, uma menor participação dessa atividade no PIB, como é o caso do Nordeste, pode deixar a economia regional menos vulnerável às restrições impostas a esse setor.

A propósito, nos países centrais, as operações de crédito superam o valor do PIB, enquanto no Brasil o grau de alavancagem é relativamente

baixo, sendo mais baixo ainda no Nordeste. Assim, diante da crise financeira global e do elevado grau de incerteza, ter uma baixa alavancagem do sistema bancário representa um problema a menos, situação que está beneficiando a economia brasileira e particularmente a nordestina.

Outra questão diz respeito à qualidade dos ativos e da “saúde” financeira do sistema bancário. Como se recorda, foi a comprometida qualidade de alguns ativos bancários que praticamente gerou toda a crise financeira global. Ademais, a recuperação da economia mundial passa pela solução dos “ativos tóxicos” dos bancos dos países centrais, que hoje atingem valores trilionários, conforme comentado. Já no Brasil, ao contrário, o sistema bancário está sólido e os seus ativos são considerados, regra geral, “saudáveis”.

7.3 - BNB - Depósitos, Operações de Crédito e Taxas de Juros

De acordo com o Bacen (BANCO CENTRAL DO BRASIL, 2009c), no final de janeiro do corrente ano o saldo dos depósitos do Banco do Nordeste captados na região havia alcançado a cifra de R\$ 3,7 bilhões, representando um crescimento real de 20,2% sobre os valores registrados em janeiro

de 2008, ficando abaixo apenas dos aumentos obtidos pelos bancos estaduais (25,6%) e pelo Banco do Brasil (24,7%). De outra parte, a participação do BNB no saldo total dos depósitos da região ainda é muito pequena (3,9%), embora venha crescendo em períodos recentes. As maio-

res participações foram registradas pelo Banco do Brasil (35,8%), bancos privados (31,5%) e Caixa Econômica Federal (26,1%).

Outra informação relevante diz respeito ao posicionamento do BNB em relação ao mercado, no que respeita às taxas efetivas de juros praticadas nas operações de crédito. Segundo informações fornecidas pelo Banco Central do Brasil (2009d), no período de 1 a 7 de abril de 2009, o BNB praticava a 15ª menor taxa no cheque especial e a 19ª no crédito pessoal. Entretanto, as melhores posições foram conquistadas nas taxas praticadas nas operações de crédito junto a pessoas jurídicas: a terceira menor taxa no desconto de duplicatas, a oitava menor taxa nas operações de capital de giro prefixado e também a oitava menor taxa nas operações de conta garantida. Vale destacar, de outra parte, que apenas nas operações de cheque especial, a taxa praticada pelo BNB ficou acima da média do mercado. Nas demais operações comentadas, a sua taxa ficou abaixo da média do mercado, condição que beneficia o tomador final de crédito, ao reduzir seus custos financeiros, propiciando ainda condições para melhorar sua competitividade no mercado.

A iniciativa do Bacen de divulgar sistematicamente as taxas de juros é bastante louvável, pois, além de proporcionar mais transparência ao mercado de crédito, induz uma maior competição

entre os bancos, podendo ainda contribuir para a redução das taxas de juros praticadas nas suas operações de crédito.

No final de janeiro do corrente ano, o saldo das operações de crédito do BNB, realizadas no Nordeste, atingiu R\$ 4,5 bilhões, registrando-se uma expansão real de 23% sobre os números de janeiro de 2008, bem acima do crescimento médio dos empréstimos totais concedidos na região (14,6%). Em comparação com outras instituições financeiras, o incremento do BNB ficou abaixo apenas do resultado alcançado pela Caixa Econômica Federal (34,4%) e pelos bancos estaduais (23,9%). Em função desse desempenho, a participação do BNB no total dos empréstimos concedidos na região foi ligeiramente ampliada, passando de 6,5%, em janeiro de 2008, para 7%, em janeiro de 2009.

Como principal agência de fomento do Nordeste, o BNB apresenta uma atuação diferenciada, uma vez que 70,5% do saldo de seus empréstimos estavam representados por operações de longo prazo, cabendo a parcela restante (29,5%) às operações de curto prazo.

Essa característica de atuação no longo prazo torna-se mais forte quando são acrescentadas às contas do BNB as operações de crédito realizadas com recursos do Fundo Constitucional de Finan-

Tabela 8 – Taxas Efetivas de Juros de Operações de Crédito – Posição Relativa do Banco do Nordeste do Brasil em Relação ao Mercado Brasileiro – Período: 1 a 7 de abril de 2009

Modalidade da Operação	Taxas Efetivas ao Mês (%)				Posição do BNB	Nº de Bcos. Pesquisados
	BNB	Média do Mercado	Mínima do Mercado	Máxima do Mercado		
Pessoa Física						
Cheque especial	6,41	6,34	1,83	9,41	15ª	35
Crédito pessoal	2,21	4,93	1,04	20,19	19ª	93
Pessoa Jurídica						
Desconto de duplicata	1,34	2,93	1,10	6,30	3ª	53
Capital de giro prefixado	1,40	2,50	0,93	6,44	8ª	62
Conta garantida	2,50	3,85	1,57	8,59	8ª	49

Fonte: Bacen, 2009d. Elaboração: Equipe BNB/ETENE de Conjuntura Econômica

Tabela 9 – Nordeste - Discriminação das Principais Operações de Crédito - Saldos em Janeiro de 2008 e 2009

Em R\$ Milhões Correntes

Discriminação	BNB(*) (a)	FNE (b)	BNB + FNE (c) = (a) + (b)	SISBACEN (d)	Sistema Financeiro (e) = (b) + (d)	Relações em %	
						a/d	c/e
Janeiro de 2008							
Total das Operações de Crédito	3.379	19.024	22.403	51.687	70.711	6,5	31,7
Empréstimos e Títulos Descontados	627	862	1.489	26.153	27.015	2,4	5,5
Financiamentos	1.038	3.968	5.006	9.131	13.099	11,4	38,2
Financiamentos Rurais	1.365	11.894	13.259	5.500	17.394	24,8	76,2
Financiamentos Agroindustriais	22	514	536	175	689	12,6	77,8
Outros Créditos	327	1.786	2.113	10.728	12.514	3,0	16,9
Janeiro de 2009							
Total das Operações de Crédito	4.536	22.714	27.250	64.620	87.334	7,0	31,2
Empréstimos e Títulos Descontados	1.340	1.571	2.911	33.518	35.089	4,0	8,3
Financiamentos	1.327	5.046	6.373	7.991	13.037	16,6	48,9
Financiamentos Rurais	1.309	12.952	14.261	6.091	19.043	21,5	74,9
Financiamentos Agroindustriais	29	812	841	316	1.128	9,2	74,6
Outros Créditos	531	2.333	2.864	16.704	19.037	3,2	15,0
Varição Real (**) em %, Jan-09/Jan-08							
Total das Operações de Crédito	23,0	9,4	11,5	14,6	13,2
Empréstimos e Títulos Descontados	95,9	67,0	79,2	17,5	19,0
Financiamentos	17,2	16,5	16,7	-19,8	-8,8
Financiamentos Rurais	-12,1	-0,2	-1,4	1,5	0,3
Financiamentos Agroindustriais	20,8	44,8	43,8	65,5	50,0
Outros Créditos	48,8	19,7	24,2	42,7	39,4

Fontes: Banco Central do Brasil 2008a, 2008b e BNB. Elaboração: Equipe BNB/ETENE Conjuntura Econômica.

(*) Operações realizadas nos Estados do Maranhão até a Bahia. O total do BNB, incluindo as operações extra regionais, era de R\$ 3.587 milhões, em jan/08 e de R\$ 5.904 milhões, em jan/09.

(**) Foi utilizado o IGP-DI como deflator.

Nota: O FNE, por possuir um sistema contábil independente do BNB, não figura nos levantamentos do SISBACEN.

ciamento do Nordeste (FNE)². Com essa inclusão, o saldo dos empréstimos (BNB + FNE) atingiu R\$ 27,3 bilhões, em janeiro de 2009, dos quais 89,3% estavam representados por operações de longo prazo. Vale ressaltar que, do referido valor, o FNE participou com 83,4%, constituindo-se a principal fonte de recursos de longo prazo do BNB para financiar o desenvolvimento regional.

Por outro lado, as operações de crédito financiadas com recursos do BNB e do FNE responderam por 31,2% de todo o crédito concedido no Nordeste, na posição de janeiro de 2009. De

modo particular, referido conjunto foi responsável, ainda, por 74,6% de todo o financiamento destinado à agroindústria e por 74,9% de todo o financiamento rural realizado pelo sistema bancário regional.

A propósito, no primeiro bimestre do corrente ano, foram contratadas pelo BNB mais de 51 mil operações no âmbito do FNE, representando um aporte de novos recursos para a economia regional da ordem de R\$ 1,7 bilhão (a preços de fevereiro), com um crescimento real de 226% sobre os números de igual período do ano passado.

2 O BNB é o gestor oficial do FNE. Contudo, por determinação legal, o sistema contábil do BNB não contempla as operações do FNE, que possui um sistema contábil próprio e independente e também não figura no sistema de acompanhamento do Banco Central/Sisbacen.

Vale sublinhar o desempenho do Crediamigo, programa de microcrédito produtivo do BNB para fortalecer pequenos empreendimentos. No primeiro bimestre de 2009, foram realizadas 159,8 mil operações de crédito (aumento de 18,7%), correspondendo a uma injeção de novos recursos na economia nordestina da ordem de R\$ 181,6

milhões (expansão real de 22,8%), com um valor médio de R\$ 1.136,55 por operação (incremento real de 5,7%). Em fevereiro último, a taxa de inadimplência do programa era de 1,5%, ligeiramente maior que aquela observada em fevereiro de 2008 (1,2%).

REFERÊNCIAS



BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Ata da 141ª Reunião do COPOM Março de 2009a**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 20 mar. 2009.

_____. **Boletim do Banco Central**, mar. 2009b. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 14 abr. 2009.

_____. **SISBACEN**. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009c.

_____. **Taxas de juros de operações de crédito**, 01-07 abr. 2009d. Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br>>. Acesso em: 21 abr. 2009.

BANCO DO NORDESTE DO BRASIL. **Crise financeira global: canais de transmissão, impactos regionais e perspectivas**, ETENE, mar. 2009a.

_____. Nordeste: Conjuntura mensal. **Boletim Eletrônico**, Fortaleza, n. 3, mar. 2009b.

_____. **Informações gerenciais do Programa Crediamigo**, fev. 2009c.

BOLSA: 2ª maior alta do ano. Diário do Nordeste, Fortaleza, 24 mar. 2009. Negócios, p. 5.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. **Carta de conjuntura**, mar. 2009. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 8 abr. 2009a.

_____. **Sensor econômico**, n. 3 abr. 2009b. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 20 abr. 2009.

_____. **Transformações na indústria bancária brasileira e o cenário de crise**. Comunicado da Presidência, abr. 2009c. Disponível em: <<http://www.ipea.gov.br>>. Acesso em: 13 abr. 2009.

INTERNATIONAL MONETARY FUND. **Global financial stability report: responding to the financial crisis and measuring systemic risk**. 2009. Disponível em: <<http://www.imf.org>>. Acesso em: 21 abr. 2009.



**Banco do
Nordeste**



ÁREA DE LOGÍSTICA
Ambiente de Gestão dos Serviços de Logística
Célula de Produção Gráfica
OS 2009-06/3.766 - Tiragem: 1.400